



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 016 TERÇA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2015

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º (Vago)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹²⁾</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹³⁾</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²¹⁾</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁹⁾</p> <p>Vice-Líder do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽³⁾</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ⁽¹⁵⁾</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira ^(14,16) José Medeiros ^(17,18) João Capiberibe ^(1,11)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(14,16)</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,11)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(17,18)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁶⁾ Eduardo Amorim ⁽⁵⁾ Marcelo Crivella ^(2,4)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(7,8)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁶⁾</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁵⁾</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,4)</p>	<p style="text-align: center;">PT - 14</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ⁽²²⁾</p>	<p style="text-align: center;">PDT - 6</p> <p style="text-align: center;">Líder Acir Gurgacz - PDT ⁽¹⁰⁾</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota ⁽⁹⁾</p>
<p style="text-align: center;">PCdoB - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Vanessa Grazziotin - PCdoB ⁽²⁰⁾</p>	<p style="text-align: center;">PSOL - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽²⁴⁾</p>	

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Hana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 13ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2015	6
1.1 – ABERTURA.....	6
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO.....	6
Destinada a celebrar os sessenta e nove anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), nos termos dos Requerimentos nºs 957/2014 e 16/2015, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores	6
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	
1.2.2 – Fala da Presidência (Senador Jorge Viana)	
1.2.3 – Oradores	
Senador Telmário Mota	7
Senador Paulo Paim	8
Senadora Ana Amélia.....	11
Senador Hélio José.....	13
Deputado Mauro Pereira.....	16
Senador Wellington Fagundes.....	17
Sr. Adelmir Araújo Santana, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio	18
1.3 – ENCERRAMENTO.....	21
2 – ATA DA 14ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2015	22
2.1 – ABERTURA.....	22
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	22
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	22
2.2.1.1 – Requerimentos	
Nº 53/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores, solicitando realização de sessão especial, em 18 de maio próximo, destinada à celebração do Dia Nacional da Defensoria Pública.....	22
Nº 54/2015, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando criação de Comissão Temporária Externa para verificar a situação da população atingida pelas cheias no Acre.....	23
Nº 55/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando informação ao Ministro de Estado da Fazenda.	23
Nº 56/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando informação ao Ministro de Estado da Justiça.	23
Nº 57/2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira e outros Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Maria Helena Gregori	25
2.2.1.2 – Término de prazo	
Término do prazo, sexta-feira última, sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 657/2014. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria</i>	26
2.2.1.3 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 31/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias, que <i>altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos</i>	26
Nº 32/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que <i>regulamenta as relações de emprego e as condições de trabalho nas operações de telemarketing ou nas atividades de teletendimento</i>	30
2.2.2 – Oradores	
SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com as demissões ocorridas no setor naval do Rio Grande do Sul; e outro assunto.....	41
2.2.3 – Comunicações da Presidência	
Realização de sessão de debates temáticos amanhã, às 10 horas, para tratar da Reforma Política	46

Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional amanhã, às 19h, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes e à apreciação de Vetos Presidenciais, Projetos de Resolução e de Lei do Congresso Nacional	46
2.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Receio de que as novas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) restrinjam o acesso dos estudantes de baixa renda ao ensino superior; e outro assunto.	46
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Alerta para os entraves ao crescimento da indústria no Brasil.	48
SENADOR JORGE VIANA – Preocupação com as consequências da cheia do Rio Acre; e outro assunto.	50
SENADOR RICARDO FERRAÇO, como Líder – Críticas à política externa brasileira com relação à prisão de lideranças opositoras ao governo da Venezuela	54
SENADORA ANA AMÉLIA – Expectativas em relação aos desdobramentos da “Operação Lava-Jato” e eventuais denúncias a serem apresentadas pelo procurador-geral da República na próxima quinta-feira; e outros assuntos	57
SENADORA SIMONE TEBET – Discurso inaugural de S. Exª, em que aborda os temas que terão prioridade durante seu mandato.	61
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Críticas às declarações da Presidente da República acerca da corrupção na Petrobras; e outros assuntos.	67
SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Encaminhamento de artigo publicado no jornal <i>O Globo</i> intitulado "Anão diplomático - O Brasil de Dilma e Lula"	73
2.3 – ENCERRAMENTO.....	78

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação	79
Bancadas dos Partidos	80
Por ordem alfabética	81

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

5 – LIDERANÇAS.....

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	86
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	88
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	88
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	89
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	91
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	92
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.....	93
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	95
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	96
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	97
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	98
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	99

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	99
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	100
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	101
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	101
Ouidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	101
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	102
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	103
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	104
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	106
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	107
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	108
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	109

CONGRESSO NACIONAL

9 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	110
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	116

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	116
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	117
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	118
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	118
10 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	119
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	120
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	121

Ata da 13ª Sessão, Especial, em 23 de fevereiro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Jorge Viana, da Srª Ana Amélia e do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 11 horas e encerra-se às 12 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu queria cumprimentar a Senadora Ana Amélia, que está aqui, dividindo a Mesa conosco. Quero também cumprimentar o Senador Telmário Mota, que se encontra aqui, compondo a Mesa, e, de modo muito especial, o Senador Paulo Paim, que é o autor do requerimento que motiva a presente sessão.

Esta sessão especial destina-se a comemorar os 69 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), nos termos dos **Requerimentos nº 957, de 2014, e nº 16, de 2015**, do Senador Paulo Paim e de outros Senadores.

Quero ainda, além de agradecer a presença de todas e de todos, seja aqui, no plenário, seja no auditório, convidá-los para darmos início à sessão.

Agradeço também a presença do nosso ex-Senador Adelmir Santana, que nos dá a honra de sua presença e que representa a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. *(Palmas.)*

Quero convidar também para fazer parte da Mesa o Deputado Federal Mauro Pereira. *(Palmas.)*

O Sr. Roberto Velloso representa aqui o Sistema Fecomércio Sesc/Senac Paraná. Convido-o para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Quero também registrar que está compondo a Mesa conosco o Senador Hélio José, que nos dá a honra de sua presença.

Convido todos para que, em posição de respeito, possam acompanhar a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Esta Presidência gostaria também, na condição de 1º Vice-Presidente da Casa, de agradecer a presença de todos e, de modo muito especial, dos alunos do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal, que se encontram prestigiando esta sessão. *(Palmas.)*

O Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) foi criado por meio do Decreto-Lei nº 8.621, no dia 10 de janeiro de 1946, por iniciativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, hoje conhecida simplesmente como Confederação Nacional do Comércio, que é o sindicato patronal máximo do comércio brasileiro. Desde então, o Senac tem sido um dos melhores exemplos de sucesso de parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada.

Cumprimentando a Senadora e os Senadores que estão aqui presentes e todos os convidados, devo dizer que o Senac, financiado por contribuições parafiscais incidentes sobre a folha de pagamento das empresas que se dedicam ao comércio, assim chamados os tributos instituídos pelo Poder Público, com o objetivo de financiar atividades de interesse social sob a administração de instituições de direito privado, no caso, a Confederação Nacional do Comércio, vem prestando contribuição inestimável para a formação educacional e profissional do trabalhador brasileiro.

A própria instituição calcula que já foram atendidos em suas escolas e cursos de treinamento, durante essas quase sete décadas, mais de 55 milhões de brasileiras e de brasileiros.

Ora, no momento em que grande parte dos economistas acusa a baixa produtividade do trabalhador brasileiro como um dos principais fatores que estorvam o crescimento da nossa economia, seria necessário ressaltar a importância dessa instituição, de excelência comprovada, que atua no campo da formação profissional.

E o que causa a baixa produtividade? Basicamente, duas coisas: número de máquinas e qualidade de tecnologia insuficientes no processo de trabalho e formação educacional e profissional deficientes do trabalhador.

O mundo, cada vez mais, é pautado pela economia do conhecimento. E o Senac, bem como as outras instituições do chamado Sistema S, tem papel preponderante a desempenhar nela.

Gostaria, portanto, de parabenizar o Senac pelos 69 anos de excelência incontestável em favor do trabalhador, da economia nacional e do bem-estar do povo brasileiro.

Parabenizo, mais uma vez, o Senador Paulo Paim, autor do requerimento que motivou a realização desta sessão, a Senadora Ana Amélia, o Senador Telmário, os demais Senadores que estão aqui, Senador Hélio também, e os demais convidados.

De modo muito especial, eu queria parabenizar também os gestores desta instituição vitoriosa: a Confederação Nacional do Comércio, que, por meio de administração profissional, tem organizado o nosso Senac mediante o padrão existente próprio da iniciativa privada. A iniciativa privada brasileira tem sido, de fato, uma parceira da sociedade brasileira em todos os aspectos, e essas organizações do Sistema S, na busca da excelência, são a expressão de parcerias públicas e privadas que têm dado certo, especialmente quando vinculadas diretamente à formação e ao aperfeiçoamento dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nesse sentido, fica aqui, oficialmente, aberta esta sessão especial.

Agradecendo a presença de todos, eu queria agora passar a palavra aos oradores inscritos.

O Senador Telmário Mota pede a palavra, com a colaboração do Senador Paulo Paim. Normalmente, o primeiro orador a falar é o autor da proposta, mas o Senador Telmário tem uma audiência.

O SR. TELMÁRIO MOTA (PDT - RR. *Fora do microfone.*) – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – S. Ex^a tem um compromisso e pede para ser o primeiro orador a falar.

Então, com a palavra, o Senador Telmário Mota. Em seguida, o orador será Paulo Paim, autor do requerimento que motivou esta sessão.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. TELMÁRIO MOTA (PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Jorge Viana, signatário desta sessão; ilustre Senador Paulo Paim, sempre com essa visão fantástica de não deixar passar em branco este dia tão importante na vida de mais de 55 mil brasileiros que já foram beneficiados com os cursos que o Senac tem proporcionado. Quero saudar também a Senadora Ana Amélia, essa guerreira, essa mulher incansável que nos honra, no Senado, com a sua presença; o Senador Hélio, representando o Distrito Federal; os demais convidados, o Deputado Federal Mauro Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Senador Telmário, só para ficar registrado adequadamente nos *Anais*, são 55 milhões.

O SR. TELMÁRIO MOTA (PDT - RR) – Milhões.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – V. Ex^a se referiu a mil.

O SR. TELMÁRIO MOTA (PDT - RR) – Fui tímido. Veja que coisa fantástica!

Então, aproveitando, Sr. Presidente, Sr^a Senadora, venho, hoje, a esta sessão, a esta tribuna, confraternizar-me com os 69 anos de atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac). Quero também parabenizar o Senador Paim e os demais: Senador Capiberibe, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Cristovam, que proporcionaram este momento tão importante, este registro tão importante.

Nesta sessão festiva, não posso deixar de falar do Senac de Roraima, que, ao longo dos anos, tem colaborado, efetivamente, para a formação de jovens e adultos para o mercado de trabalho. Quero também deixar meu abraço fraterno à Diretora Regional do Senac, Sr^a Lisiane.

Os jovens roraimenses que estão nos ouvindo podem procurar o Senac e fazer um curso nas áreas de saúde, infraestrutura, gestão, beleza, artes, moda, turismo, hospitalidade e lazer, informática, comunicação e *design*, comércio, idiomas, educação e outros cursos à distância. Então, os jovens do meu Estado que, a esta hora, nos ouvem, pela televisão ou pela Rádio Senado, procurem o Senac para aproveitar esses cursos tão importantes.

Milhares de aprendizes, hoje, estão cuidando da própria carreira, mas foi lá, no Senac, que tiveram os primeiros conhecimentos para poderem alçar voo e seguir carreira solo. Não fosse a dedicação e a visão empreendedora dos empresários roraimenses, muitos dos nossos jovens estariam sem profissão ou, talvez, sem rumo no sentido da sua profissionalização.

Quem nos dera alguns governantes que passaram pelo nosso Estado tivessem tido essa mesma visão da importância dos estudos na formação dos nossos jovens. Com certeza não teríamos tantos adolescentes desempregados, outros no mundo das drogas ou no submundo do crime. Desculpem-nos os que pensam o contrário, mas entendemos que só pela educação podemos tirar nossos jovens do obscurantismo e mostrar a luz para uma vida plena de sucesso.

Finalizo, colocando o meu gabinete à disposição do Senac em nível nacional e, também, à disposição do meu Estado, para continuarmos esse belíssimo trabalho que hoje deu luz, prosperidade e encaminhou milhões de brasileiros e milhares de roraimenses ao mercado de trabalho.

Senador Paim, meus parabéns por V. Ex^a ter proporcionado ao Senado hoje parabenizar o Senac pelos 69 anos de grande serviço prestado à Nação brasileira, aos brasileiros e ao meu Estado, que tão longe fica daqui, mas pelo qual tanto carinho nós temos.

O meu muito obrigado. Um abraço a todos. Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT - AC) – Eu cumprimento o Senador Telmário Mota pelo pronunciamento.

Eu ia passar a presidência – em respeito e por ser uma tradição da Casa fazermos isso – ao Senador autor do requerimento desta sessão especial, Senador Paulo Paim, mas, como ele era o primeiro orador inscrito, eu o convido a fazer uso da tribuna e usar da palavra. Ao mesmo tempo, passo para a Senadora Ana Amélia, que é a segunda oradora inscrita, a presidência desta sessão.

Então, Senador Paim, mais uma vez parabéns pela iniciativa. V. Ex^a, que é sempre uma pessoa que procura garantir os direitos e valorizar os trabalhadores deste País, faz isso hoje prestigiando uma das instituições que cuida dos trabalhadores e das trabalhadoras, especialmente do comércio brasileiro. Parabéns. Com a palavra, V. Ex^a.

Queria também agradecer a presença do Sr. Alexandre Sampaio, Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

Passo a presidência dos trabalhos para querida colega Senadora Ana Amélia.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Ana Amélia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Democracia Participativa/PP - RS) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Ex^{mo} Sr. Senador Jorge Viana, que abriu os trabalhos desta sessão tão importante, a Ex^{ma} Srª Senadora Ana Amélia, que preside os trabalhos neste momento, o Ex^{mo} Sr. Senador Hélio José, o Senador Telmário Mota, o Deputado Federal Mauro Pereira.

E o Mauro me perguntou quando aqui chegou: “Mas, Paim, eu não estou inscrito para falar.” Eu digo: Mauro, aqui quem indica quem fala é o autor da sessão. Então V. Ex^a está indicado e convocado a falar em nome da Câmara dos Deputados. Obrigado, Mauro, que de pronto acatou e ainda me disse mais, algo que eu não sabia: ele foi professor instrutor e foi também aluno do Sistema S.

Então, na figura do Mauro, neste momento, eu quero dar uma salva de palmas não somente ao Sesc e ao Senac.

Eu fui aluno do Sistema S. Eu era vendedor de frutas na feira – já contei essa história algumas vezes. Quando eu tinha 12 anos, meu velho pai, já falecido, foi à feira e me disse: “Você vai voltar para casa, em Caxias,” – eu vendia frutas em Porto Alegre – “você passou no Senai”. E a minha vida mudou. Por isso eu daria uma salva de palmas a todo o Sistema S neste momento. (*Palmas.*)

Eu já falei no Mauro. Agora quero cumprimentar aqui o representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o Vice-Presidente, ex-Senador, meu colega, meu amigo, Senador Adelmir Araújo Santana. Eu estava aqui preocupado, viu? Faltava um minuto para as 11 horas... E eu sou de cumprir horário, eu sou do tempo da área privada mesmo, às 11 horas em ponto eu abro a sessão. Quando eu vi, faltavam 30 segundos para as 11 horas, e ele disse: “Estou aqui, não vá dizer que eu faltei!” Então, seja bem-vindo, colega ex-Senador, é uma alegria vê-lo aqui.

Cumprimento também o representante do Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná, Chefe da Assessoria da CNC junto ao Poder Legislativo, Roberto Velloso, com quem tenho conversado aqui seguidamente e trocado ideias.

Cumprimento ainda o Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, Sr. Alexandre Sampaio.

E nesta saudação primeira – prometo a vocês que não vou ler tudo o que há aqui –, eu queria fazer uma homenagem especial mesmo a quem me procurou para que esta sessão fosse realizada. Não foi nenhum presidente de Sesc, Senac, Senai, desta federação de indústria, ou um presidente de federação de trabalhadores: foram os meninos e meninas – desculpem-me a expressão, e podem me chamar de menino que eu não fico bravo – que trabalham aqui dentro.

“Senador, a gente vê sempre o senhor para cá e para lá. O senhor não podia fazer uma sessão para a nossa entidade, o Sistema S, mais precisamente o Senac?” Perguntei: “Qual é o aniversário?” “São 69 anos, a gente

tem um carinho enorme pela nossa entidade". Então, eu queria dar uma salva de palmas para todos os alunos, ex-alunos e professores do Sistema S, precisamente do Senac, neste momento, uma homenagem a essa boa gurizada, que são os instrutores de todos os órgãos no futuro. Que a homenagem seja para vocês, professores e alunos. (*Palmas.*)

Quero lembrar um pouquinho dessa história bonita, até para valorizar também o trabalho da assessoria – a assessoria faz um belo discurso, mas chega na hora o Paim não lê o discurso e improvisa tudo. Vou, então, lembrar algo que é bonito para todos nós – isso é prazeroso.

Em 2014, com o honroso acompanhamento dos Colegas desta Casa, tomei a iniciativa, por meio do Requerimento nº 957, de 1º de dezembro, de propor a realização desta sessão destinada a lembrar e festejar os 69 anos do Senac, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

A homenagem, afinal aprovada nos termos do Requerimento nº 16, é uma justíssima homenagem que o Senado da República faz a uma das instituições que mais tem feito bem ao povo brasileiro, principalmente ao aprendizado profissional no Brasil.

Fundado em 10 de fevereiro de 1946, o Senac tem construído uma trajetória bonita, singular, bem sucedida no seu campo de atuação, trajetória essa que vem incorporando, ao longo do tempo, estratégias e táticas de ação renovadas na busca de fazer o bem não interessando a quem, mas sempre olhando aqueles que mais precisam.

O Senac, senhoras e senhores, Srª Presidenta, está muito próximo de completar sete décadas – oxalá possamos, ano que vem, aos 70 anos, estar aqui de novo – de uma trajetória inteiramente dedicada ao fortalecimento do setor do comércio de bens, serviços e turismo no Brasil e à qualificação, eu diria, dos trabalhadores e trabalhadoras do nosso País.

Essa capacidade de se transformar e de se aprimorar explica, em alguma medida, o espantoso desempenho do Senac, que, nessas quase sete décadas de existência, acumulou mais de 55 milhões de atendimentos prestados a trabalhadores, a trabalhadoras e a empresários, por meio de programas os mais variados, levados de forma presencial ou à distância em todo o território nacional – e já é uma referência em nível internacional.

De acordo com dados informados pelo próprio IBGE, as empresas do Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo registraram mais de dois trilhões de receita operacional líquida e geraram mais de dez milhões de empregos.

São números expressivos – claro que são – de suma importância para a economia brasileira e reforçam os desafios que o Senac enfrenta em sua missão de qualificar os profissionais do nosso querido País, da nossa Pátria, do Brasil. Os temas abordados nos programas do Senac envolvem todo o ciclo do comércio – seu setor de especialização –, estruturando-se em áreas do conhecimento, tais como ambiente e saúde – ou seja, a preocupação com o meio ambiente, que representa a vida, e a saúde, que é a essência da vida –; desenvolvimento educacional e social – para mim, “social” é uma palavra quase sagrada e mágica, e todos nós, homens e mulheres de bem, temos que ter compromisso com o social –; gestão e negócios; turismo, hospitalidade, lazer – o nosso povo tem que ter lazer –; informação e comunicação; infraestrutura; produção cultural e design; e produção alimentícia, entre outros.

Tudo isso, senhoras e senhores, se dá num arco que abrange todo o ciclo de formação profissional, que vai desde as etapas iniciais básicas até o ensino superior, em regime de graduação e de pós-graduação, passando pela educação técnico-profissional de nível médio.

O aluno, com isso, tem a liberdade de escolher a trajetória educacional que pretende percorrer na instituição segundo o seu grau de escolaridade, podendo assumir novos e mais complexos desafios a cada degrau, conquistado os caminhos da sua vida.

Na mesma medida em que este setor da economia ganha cada vez mais relevância, o Senac investe em inovação e tecnologia, na expansão de sua oferta, no desenvolvimento contínuo do seu corpo docente – por isso, sempre aqui a minha justa e querida homenagem a todos os professores –, na qualificação e na acessibilidade de seus ambientes pedagógicos, com o propósito de atender ao crescimento da demanda por educação profissional.

Eu quero aqui destacar a palavra “acessibilidade”, que é a preocupação também com as pessoas com deficiência.

Os melhores exemplos disso são as dezenas de empresas-escola espalhadas por todo o País – hotéis, restaurantes, lanchonetes, confeitarias, salão de beleza, cafés, além de espaços como postos de combustíveis, açougues, padarias e mercados –, cujas instalações, equipadas com o que há de mais moderno em infraestrutura, permitem que os alunos vivenciem experiências profissionais reais em ambientes que simulam o dia a dia do trabalho.

Quem nunca freqüentou ou ao menos ouviu falar de um dos famosos restaurantes do Senac, tão fáceis de encontrar Brasil afora? E o carinho como eles nos atendem, por exemplo, aqui? Que não fiquem com inveja os antigos meninos e meninas – hoje com mais idade – que antes operavam aqui. Com certeza eles também eram excelentes companheiros, amigos, mas não dá para deixar de reconhecer que o Senac entrou também numa linha de qualificação de atendimento profissional junto a todos nós, respeitando, inclusive, os antigos funcionários que estão em outros postos na Casa. É ou não é? Vejam o Zezinho e companhia limitada aí, que sabem muito bem o que estou falando.

Nós, aqui do Legislativo, por exemplo, temos a felicidade de contar com inúmeras unidades do restaurante-escola Senac, tão bem conceituadas na visão de todos aqueles que aqui circulam: Parlamentares, servidores da Câmara e do Senado, visitantes das duas Casas. Nós utilizamos esses serviços todos os dias e podemos testemunhar que esses meninos e meninas são de alta qualidade.

Eu estou ali tomando o meu cafezinho e digo: “Ó, não posso perder o meu espaço lá na tribuna”. Eu e a Ana Amélia, mas outros aqui também, falamos todos os dias aqui. “Pode deixar, Senador, que eu cuido do cafezinho e fico olhando lá.” “Ó, Senador, só tem um na tribuna.” E lá vou eu, graças à orientação que esse menino ou essa menina me dá aqui no Cafezinho do Senado.

Mas, enfim, o Senac está presente em todas as regiões. O Senac atende 3.061 Municípios, conta com 625 unidades operativas, incluindo unidades móveis (81 carretas-escola e até uma balsa-escola equipadas com a mesma infraestrutura encontrada nas unidades fixas) que levam educação profissional, ações sociais e de cidadania às comunidades mais remotas e ribeirinhas do nosso País.

Os números referentes a 2014 mostram o bom resultado das ações desse corpo dirigente, com mais de 1,8 milhão de matrículas realizadas, das quais mais de 1,1 milhão gratuitas. E esse dado é importante: R\$1,1 milhão gratuitas. Eu queria uma salva de palmas, não a mim, mas para as “gratuitas” aqui. Que elas aumentem cada vez mais, aí a palavra mágica: “social”. (*Palmas.*)

O primeiro é uma iniciativa de qualificação capitaneada pelo Governo Federal, que tem o Senac como parceiro desde o primeiro momento. Refiro-me aqui – eu pulei um pouco, porque é muito longo o pronunciamento – ao Pronatec. O Pronatec é uma parceria com o Sistema “S”, e eu sou um apaixonado também pelo Pronatec. Eu sei que está atrasado, agora. Eu sei que está atrasado e já cobre aqui. Não estou cobrando hoje, não. Cobre aqui, na semana passada, que está atrasado e não pode atrasar. E também não gostei nada de ver os 30% a menos em investimentos na educação, como corte no Orçamento. Sou da Base, mas mantenho sempre o que eu penso, e falo na tribuna. E eles sabem disso. Não adianta falar que a educação é a salvação, é a revolução pelo saber, pelo conhecimento, pela cultura se não investirmos cada vez mais na educação.

Eu apresentei aqui o Fundep, um projeto que veio antes do Pronatec, que criou um grande fundo de investimento que ia trabalhar em parceria, discutindo muito com o Sistema “S”, para que houvesse, de fato, respaldo financeiro para a formação cada vez maior da nossa moçada, da nossa juventude e de toda a nossa gente.

Os dados do Senac são belíssimos e não precisaria que eu continuasse aqui falando tanto. Enfim, o Programa Senac de Gratuidade, por exemplo, iniciativa de inclusão social que vem transformando a vida de milhares de pessoas – destaque –, oferecendo oportunidade de capacitação para o primeiro emprego ou de requalificação, é fundamental. Eu, por exemplo, acho que quem estiver recebendo o seguro-desemprego, deve ir fazer um curso. Nada de receber o seguro-desemprego e ficar – desculpem-me a expressão – “borboleteando” e, às vezes, em uma situação – de que eu não gosto – de “parceria com alguns empresários” – entre aspas –, que colocam o cara na rua e o emprega informalmente. Aí se dá o escândalo do seguro-desemprego. Então, querem tirar o seguro-desemprego daqueles que têm direito. Aí não dá! Não dá! Vamos punir efetivamente quem tem desvio de conduta em relação ao seguro-desemprego. Por isso é que eu digo: ficou desempregado? Muito bem, então vá fazer um curso técnico. Durante esse determinado período, para que receba o seguro-desemprego, deverá cursar alguma coisa, de qualquer jeito, ou não receberá. Terá que comprovar que está, de fato, fazendo um curso, para não permitir que o “malandro” – entre aspas... Ele pensa que é malandro, mas, na verdade, ele está se prejudicando. O trabalhador que está me ouvindo sabe que eu sou um dirigente sindical da área dos trabalhadores, e digo: ele pensa que é malandro, mas não é malandro. Ele está perdendo espaço na empresa, deixa de ter um salário melhor, no futuro, e um plano de carreira que poderia estar ao alcance dele. Mas resolveu pegar aquele dinheirinho, ficar em casa, e trabalhar por fora. Isso não ajuda nada! Por isso, os números são assustadores em época de pleno emprego.

Relevante ainda é a atuação pioneira do Senac na integração de seus programas com importantes fontes de financiamento público, permitindo que, por exemplo, as micro, pequenas e médias empresas – de que sou fã também –, possam assim financiar com juro subsidiado seus custos de capacitação profissional, utilizando, inclusive, o cartão BNDES, instrumento de financiamento empresarial gerado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Essa parceria foi montada com vistas à preparação do País para atender

às demandas, como, por exemplo, jogos da Copa do Mundo, Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, inclusive no que se refere à comunicação em inglês e em espanhol.

Finalmente, senhoras e senhores, resta destacar, nesta minha síntese, porque não daria para falar aqui de todo o Senac, a importância do sistema de parcerias, que multiplica o alcance das iniciativas do Senac na área da capacitação profissional.

No âmbito tecnológico, com o objetivo de possibilitar o aperfeiçoamento dos docentes, técnicos e alunos, em todo o País, o Senac é, hoje, a instituição de educação profissional com o maior número de Centros de Treinamento Autorizado, chamados Autodesk, em todo o mundo. E os dados aqui estão corretos. A consultoria do Senado é muito preparada. Cada dado aqui apresentado, eu cobro deles se estiver errado. Mas tenho certeza de que são dados corretíssimos.

É também o Senac a maior parceira educacional da Adobe e da Corel, na América Latina. Com a McAfee, está apta a oferecer soluções de segurança nas áreas de educação e de proteção corporativa; e, com a Microsoft, acesso aos conteúdos de cursos *on-line* para os alunos da instituição, bem como o fornecimento de certificações e de licenças gratuitas para uso de aplicativos, e assim vai.

Na dimensão social – volto eu ao social; e aí podem ver que eu levanto a voz, e é proposital –, o Senac desenvolve, além das ações em âmbito nacional, inúmeras parcerias locais, a exemplo das realizadas com prefeituras, governos estaduais, Organizações Não Governamentais, empresas e instituições, públicas ou privadas, voltadas para fomentar a cidadania e permitir o acesso à educação profissional dos que mais precisam. Dessas, um bom exemplo – e eu tenho de lembrar, embora eu queira encerrar – é o Programa ViraVida, que oferece atendimento psicológico, capacitação profissional e inserção no mundo do trabalho a jovens de 16 a 21 anos que tenham sido vítimas de exploração sexual.

Outro programa, o Maria Marias, para qualificação profissional de detentas, em conjunto com as secretarias estaduais de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, com o Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça, e com outras instituições; e, por fim, o Programa Soldado Cidadão, em parceria com o Ministério da Defesa e o Comando das três Armas, que disponibiliza cursos gratuitos para os jovens das Forças Armadas.

O Senac não mede esforços para se consolidar como referência em educação profissional. Ele chega às vésperas dos seus 70 anos de espírito renovado, cada vez mais jovem, pronto para enfrentar novos desafios, desenvolvendo talentos e competências, inovando e transformando a sociedade para ser o ensino do futuro, no Brasil e no mundo.

Amigos e amigas, nós, que falamos tanto em educação; nós, do Brasil, que falamos em “Pátria Educadora”, temos alguns trunfos no desafio de construir um quadro mais adequado nesse setor de tanta importância para a nossa querida Nação. Estou certo de que, nessa direção, estarão comprometidas todas as instituições do Sistema S, já tradicionais e experimentadas nesse mister, e, notadamente, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, que hoje lembramos aqui, nesta homenagem, no transcurso dos 69 anos.

Tomo a liberdade – e aqui eu encerro, Senador – de empenhar minha sincera gratidão aos dirigentes do Senac e do Sistema S, presentes neste plenário, em cuja figura faço representar todas as companheiras e todos os companheiros a eles vinculados, pela imensa contribuição que vêm fazendo, no decurso de quase sete décadas, em prol dessa missão tão nobre, que é a educação, principalmente a educação profissional do trabalhador.

Muito obrigado. Muito obrigado mesmo. Parabéns, Senac! Como é bom saber que, no mundo, existem pessoas iguais a vocês, a todos que estão aqui e representam milhões e milhões de brasileiros.

Vida longa ao ensino técnico! Vida longa ao Senac!

Um abraço a todos vocês. *(Palmas.)*

A Srª Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – É com satisfação que assumo a Presidência dos trabalhos e passo a palavra à nobre Senadora Ana Amélia – permita-me que eu diga, Senadora –, parceira sempre em momentos como este, como no debate permanente aqui do Sistema S, por exemplo. Estamos sempre na mesma trincheira. Com alegria, passo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente desta sessão especial, Senador Paulo Paim, que teve um senso de oportunidade e justiça ao requerer esta homenagem aos 69 anos do Senac, também como uma iniciativa de um Parlamentar defensor da classe trabalhadora brasileira, dos aposentados e das questões sociais. Tudo justifica, especialmente pela história que ele contou.

A iniciativa foi tomada porque os próprios alunos reconhecem e valorizam a instituição que hoje está sendo homenageada com muita justiça pelo Senado Federal, pela iniciativa do Senador Paulo Paim e outros colegas Parlamentares.

Queria saudar nosso querido Senador, Vice-Presidente Jorge Viana, que abriu esta sessão; o autor da homenagem, Senador Paim; o Senador Hélio José, aqui do Distrito Federal; o Senador Telmário Mota, de Roraima, que foi o primeiro orador; o Senador Ataídes Oliveira, de Tocantins; e o amigo Deputado Federal do PMDB do Rio Grande do Sul, nosso querido Mauro Pereira, que nos dá a grande honra de estar nesta Casa, especialmente pelo antecedente que o Paim salientou, da sua convivência e familiaridade com o Sistema S, e em particular com o Senac.

Queria também saudar o nosso querido amigo Adelmir Santana, que está representando aqui a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, que é seu vice-presidente. Também o representante do Sistema Fecomércio Sesc-Senac Paraná e chefe da Assessoria da CNC junto ao Poder Legislativo, Roberto Velloso. Bem-vindos! E também o Alexandre Sampaio, que é Presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

Sintam-se todos bem-vindos, especialmente professores e alunos de todo o Sistema S. A eles está dedicada esta homenagem, junto, é claro, com seus dirigentes, pelo significado que é reconhecer, num país como o nosso, com tantas carências sociais e necessitando da inclusão – que só se fará pela educação, pela profissionalização –, que este é um momento extraordinário de reconhecimento do papel que o Sistema S e, em particular, no caso de hoje, o Senac, presta.

Como diz o Senador Paim, eu, em Porto Alegre, quando lá morava, frequentava o restaurante do Senac no centro da capital. Depois, eu via aqueles alunos atuando como *maître e chef* de cozinha nos outros restaurantes que eu passava a frequentar. As histórias se repetem. Agora, aqui no Senado, com um trabalho extraordinário, também nós somos clientes dos alunos que treinam, prestando-nos um serviço, para a profissionalização completa. Nós conseguimos avaliar pessoalmente a dedicação e o esforço que essa gurizada – meninos e meninas – faz para, através da educação e do ensino profissionalizante, poder ter um futuro promissor. As histórias de sucesso do Senac são incontáveis! Não precisa falar, Velloso, do número, dos milhões de alunos, mas cada um é uma história, um universo, para mostrar que esse Sistema, por maiores que sejam os problemas que ele tenha, Senador Paim, funciona, é uma parceria de sucesso.

Em boa hora o Governo Federal criou o Pronatec, uma espécie de “menina dos olhos”, de que a Presidente Dilma sempre fala, e de fato é. Eu penso que esse seja o instrumento mais poderoso para favorecer o Sistema. Tanto quanto a homenagem que prestamos, que é o reconhecimento que em boa hora o Senador Paim teve a iniciativa de tomar, é também o momento de o Poder Público, o Poder Executivo, nesses programas, fazer o apoio financeiro necessário. O atraso na liberação dos recursos do Pronatec não é um bom sinal. Algumas coisas são fundamentais, nós não podemos suspender, paralisar.

Se não estamos liberando o dinheiro porque o Senado e a Câmara não votaram o Orçamento deste ano, o que afeta várias outras liberações de recursos públicos para a educação nos Municípios, por exemplo, nós temos de fazer um esforço, Senador Paim – e aí convoco o Mauro, que aqui representa a Câmara –, para que votemos o Orçamento, para a execução desse programa de repasse dos recursos. O Governo já anunciou que vai fazer a liberação do recurso do Pronatec para todas as instituições que estão envolvidas.

O Sistema S já deu ao Brasil um Presidente da República, aluno do Sistema S, do Senai; o Senador Paim, aluno também do Sistema; e vários outros parlamentares.

Então, nós temos todos o compromisso de, nesta Pátria educadora, não deixar que isso fique apenas na retórica, nas palavras bonitas, mas que isso seja, de fato, viabilizado com a liberação imediata do recurso.

Então, eu queria me associar a todas as homenagens que foram feitas aqui, lembrando, como eu disse, que existem muitas histórias para mostrar a relevância disso. E que cada um desses jovens que estão aqui de uniforme com seus professores e monitores poderá amanhã ter uma história bonita para contar, como a história da Delci Lutz, que tem 49 anos e que é mãe de dois filhos.

Delci rompeu a fase mais difícil da sua vida, a barreira da pobreza, e tornou-se empresária graças à educação profissional e ajuda de instituições como o Senac. Por causa do curso técnico que ela fez no Senac e do incentivo ao comércio, ela cria e costura figurinos para espetáculos de dança e teatro em Novo Hamburgo, na região metropolitana de Porto Alegre, chamada também “a capital brasileira do calçado”, ali no Vale dos Sinos.

Antes de se tornar empresária, ele teve acesso ao Bolsa-Família, passou pelo Pronatec, buscou assessoria no Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae. Ela fez um curso de desenho e moda pelo Senac, estudou desenho também de calçados no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Senai. Tudo ali em Novo Hamburgo.

Hoje ela tem uma empresa individual, a Delci Figurinos, que gera ali, no Rio Grande do Sul, para a família dela, uma renda mensal de R\$2 mil. Se não fosse esse ensino profissionalizante, a empresa não existiria. Ela não teria tido aberta a porta de uma grande oportunidade, que ela aproveitou muito bem. Ela hoje e os filhos estariam aumentando as estatísticas do desemprego e da exclusão no mercado de trabalho.

Aliás, os dois filhos da Delci, a Grazielle, de 18 anos, e o Daniel, de 17 anos, também foram alunos dos cursos de auxiliar administrativo do Pronatec. Hoje os dois jovens ajudam a administrar a empresa da mãe, que, amanhã ou depois, será uma média e, depois, talvez uma grande empresa, como nasceram todas as grandes empresas do nosso Rio Grande do Sul, especialmente da Caxias do Sul ali na Serra Gaúcha, do nosso Mauro.

Muitos estudantes que passaram pelo Senac já foram destaques na Olimpíada do Conhecimento, competição internacional focada na educação profissional, promovida pelo Senai e que, neste ano, será realizada em São Paulo, entre os dias 11 e 16 de agosto. Alguns desses jovens com destaque na formação técnica foram, inclusive, homenageados na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da qual fui vice-presidente no último biênio.

Em 2012, na categoria Cozinheiro, Elisa Maffessoni, do Senac - RS, conquistou medalha de ouro e o troféu destaque da ocupação nessa atividade. Na área de Cabeleireiro, a competidora Carolina Armendaris ficou em segundo lugar. Em Técnico em Enfermagem, a dupla Daniela de Matos Bobei e Silvana Fátima Borges garantiu o Certificado de Excelência.

É para preservar histórias como essas que acho relevante alertar, neste momento importante desta homenagem que o Senador Paim teve a felicidade de propor, sobre a necessidade de constância nos repasses de recursos para a educação profissional.

As parcerias com instituições importantes como o Senac não podem ficar reféns da má gestão ou do desequilíbrio financeiro, sobretudo quando envolvem instituições com quase sete décadas dedicadas ao treinamento e à profissionalização de milhões e milhões de brasileiros.

A cada dia que passa, o mercado de trabalho está mais difícil, disputado e competitivo. Se quem tem qualificação sofre as consequências de uma retração econômica, imagine aqueles que não têm oportunidade de iniciar ou continuar o seu trabalho através da educação. Até os estudantes que tentaram renovar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), por exemplo, tiveram dificuldades e limitações. É importante lembrar que o Senac atende os beneficiários do Fies, que prevê linhas de crédito direto aos que já tenham concluído o ensino médio em caráter individual (Fies Estudante) ou por meio de empresas que queiram qualificar seus empregados (Fies Empresa).

As inscrições para novos candidatos, é bom que se diga, foram bloqueadas para as instituições que reajustaram as mensalidades acima de 4,5%. Diante do questionamento dos alunos, o Governo Federal teve que repensar esse bloqueio e anunciar que seriam aceitos reajustes de até 6,4%. Só então foram reabertas as inscrições para novos candidatos nesse sistema.

É bom que isso aconteça, porque a comunidade está mobilizada e, quanto maior for a participação da sociedade na solução desses problemas, como agora teremos... Senador Paulo Paim, V. Ex^a lembrou da questão relacionada aos direitos dos trabalhadores no exame de duas medidas provisórias. V. Ex^a, eu e vários Senadores trouxemos emendas para evitar prejuízos aos trabalhadores. O ajuste é necessário? É! Mas não pode ser feito à custa de quem mais precisa, que são os nossos trabalhadores.

Não podemos esquecer também que a Receita de Serviços cresceu menos que a inflação em 2014, segundo o último dado da pesquisa mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Foi o pior resultado desde o início da pesquisa. Por isso, sobretudo agora, num momento de dificuldades, a nobre missão de preparar milhões de brasileiros para o mercado de trabalho deve ser reforçada, apoiada e estimulada. Não podemos, em hipótese alguma, ampliar as ameaças ao mercado de trabalho. Nossa economia quer soluções, e também entendemos que o Senac é o caminho, a porta de entrada para esse processo de profissionalização, mas, sobretudo, de educação e de inclusão social.

Parabéns, alunos, alunas; professores; monitores, todos aqueles que fazem do Senac essa instituição tão respeitada que hoje, ao celebrar os 69 anos de existência, dá uma demonstração de que este, também, o da parceria, é um bom caminho para a superação dos grandes dilemas sociais e nacionais que nós temos.

Parabéns, Senac; parabéns, alunos; parabéns, professores. Que histórias de sucessos maiores sejam feitas. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Senadora Ana Amélia, que faz um brilhante pronunciamento, como sempre.

Agora, eu passo a palavra ao nobre Senador Hélio José. Na sequência, vai falar o nobre Deputado do PMDB, representando a Câmara, Mauro Pereira, e depois falarão os membros da Mesa, em nome das entidades.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, S. Ex^a Senador Paulo Paim; Sr^a Senadora Ana Amélia; também os Senadores Telmário Mota, Jorge Viana, que já passaram por aqui; o Senador Ataídes, que teve uma passagem relâmpago por aqui; o Senador, sempre Senador, Adelmir Santana, nosso Presidente da Fecomércio, Vice-Presidente Nacional do Sistema. Nosso querido Deputado Federal Mauro Pereira; o Sr. Roberto Velloso, representando o Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná. Queria saudar também o Sr. Alexandre

Sampaio, presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, e, de forma especial, o Sr. Luiz Otávio da Justa Neves, Diretor Regional do Sesc Brasília.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senac Brasília. Sesc e Senac são irmãos. Tenho uma grande amiga, inclusive da Igreja Católica, a Daura, que trabalha no Sesc e, com muito prazer, faz toda a corregedoria do Sesc para o nosso amigo Adelmir Santana.

É com muita alegria que estou aqui, neste plenário, saudando especialmente todos os professores, alunos e alunas deste importante organismo de ensino e aprendizagem profissional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma grande satisfação participar desta sessão especial, na qual comemoramos os 69 anos do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Meus cumprimentos ao nobre Senador Paulo Paim, que idealizou a presente sessão, uma homenagem justa e oportuna a uma das mais importantes instituições educacionais do nosso País.

Em seus 69 anos de existência, o Senac realizou mais de 55 milhões de atendimentos. Nos mais de 4 mil Municípios que possuem unidades de ensino da instituição, o Senac oferece aos brasileiros a oportunidade de uma qualificação profissional de altíssima qualidade, fundamental para um cenário cada vez mais competitivo. Isso é importante demais, porque nada mais importante para um excluído que a oportunidade de ser incluído. E só um trabalho tão importante quanto esse do Senac propicia oportunidade de o menos favorecido ser incluído.

Sabemos que os cursos do ensino profissionalizante, além de prepararem pessoas com conhecimentos técnicos, contribuem para a formação de cidadãos conscientes do seu importante papel para o desenvolvimento econômico, social e cultural do País.

Sabemos, também, que é através da educação que incluímos os brasileiros no processo produtivo e reduzimos o número de pessoas marginalizadas, sem emprego, sem acesso à saúde, lazer e outros componentes da cidadania.

É muito triste ver aquela pessoa que quer ter oportunidade e não a tem porque não tem formação adequada.

Até estava dizendo ao meu amigo o Senador Adelmir Santana – quero até fazer um desafio ao Senac, que é aprendizado comercial – que, nesta Casa, vou debater, de forma muito incisiva, a questão da mudança da nossa matriz energética, até por ser engenheiro eletricista de formação, concursado público federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mas prestando serviço ao Ministério de Minas e Energia.

Nós já vamos ter que partir, com muita força, para o aproveitamento da energia solar, que é abundante em nosso País e que tem um aproveitamento mínimo. E eu estava dizendo ao meu amigo o Senador Adelmir Santana aqui que nós precisamos desafiar o nosso Senac a fazer cursos de preparação para a utilização e venda das placas fotovoltaicas, porque vai haver muito avanço nessa área. Hoje, inclusive, estive na UnB. A UnB tem o primeiro curso de parceiro da energia solar no País. Hoje, foi inaugurado lá um encontro sobre isso, e a gente vai precisar muito atuar nessa área.

Então, seria importante que o Senac pudesse propiciar aos brasileiros – porque é preciso aproveitar melhor a energia que nós temos nestes momentos de crise energética – preparo e condição para atuarem nessa nova realidade de aproveitamento da energia solar. É preciso haver técnicos preparados para trabalhar em montagens e nessas áreas todas aí, e no aprendizado.

Reconhecemos ainda que o bom nível educacional de um povo, principalmente daqueles inseridos no mercado de trabalho, é um dos principais fatores a estimular a modernização e a competitividade de diversos setores econômicos.

Para avançarmos como Nação, portanto, é preciso promover um salto na qualidade da educação escolar básica, sobretudo em questões centrais como o domínio da língua portuguesa, matemática e ciências, além da própria tecnologia, que é este caso que eu estou falando aqui, das células fotovoltaicas.

Além disso, as novas tecnologias, as novas facetas do mundo dos negócios e os novos mercados de serviços exigem do trabalhador habilidades e conhecimentos que são adquiridos por meio de uma aprendizagem adequada.

É aí que o Senac se destaca. Para atender aos desafios dessas novas situações, o Senac vem oferecendo aos trabalhadores brasileiros conhecimentos e habilidades fundamentais para sua inserção num mercado em permanente transformação.

É crucial, para o trabalhador moderno, saber atuar em situações planejadas e não planejadas, dando respostas adequadas às complexas tarefas do dia a dia, e contribuindo, significativamente, para a garantia dos resultados esperados pela empresa.

O Brasil necessita de pessoas preparadas para um mercado de trabalho globalizado, que exige mão de obra flexível, capaz de adequar-se às mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Precisamos incentivar os brasileiros a escolherem a formação técnica como uma opção para ingressar no mercado de trabalho com bom salário e carreira promissora.

A questão do curso profissional de formação técnica é fundamental. Eu me lembro de que, quando eu fiz o meu segundo grau – isso foi nos idos do ano de 1977, 1976, pois eu entrei na UnB em janeiro de 1978 –, eu fiz o curso técnico em química orgânica. Embora tenha me formado em Engenharia Elétrica, eu sei o tanto que foi importante, naquela época, em que se exigia o curso profissionalizante, eu ter feito o curso técnico em química orgânica, que é fundamental na formação de diversos derivados do carbono, e o quanto que são importantes, hoje, iniciativas como o Pronatec e essas iniciativas de parceria com órgãos importantes como o Senac. Por isso, faço das palavras do nosso Presidente, Senador Paulo Paim, as minhas palavras no sentido de que, embora sendo da Base Aliada – sou do PSD, Partido Social Democrático –, também cobraremos, vigilantes, junto ao Governo Federal, para que sejam pagos e repassados, o mais breve possível, todos os recursos relativos ao Pronatec e às parcerias, porque não dá para um sistema tão importante para o povo brasileiro como é o Sistema S ficar nessa dependência, uma vez que o serviço vem sendo prestado da melhor forma possível. Então, eu também colaboro nessa tese.

Nesse quesito, o papel do Senac é crucial. Especializado no setor do comércio, o Senac oferece cursos nas mais diversas áreas, cobrindo dezenas de setores do comércio de bens, serviços e turismo.

É bem verdade que o Brasil ainda tem um nível tímido de educação profissional, com apenas 6% dos nossos jovens na educação profissional, mas podemos comemorar o fato de que esses jovens não poderiam estar mais bem servidos. O Senac é uma instituição exemplar, sempre aperfeiçoando seus métodos e expandindo seus cursos; sempre estabelecendo parcerias com empresas e entidades nacionais e estrangeiras; continuamente oferecendo oportunidades de inserção social por meio de bolsas e gratuidades a seus alunos mais carentes. Uma salva de palmas, não é, Senador Paim? Bolsas e oportunidades, gratuidades às pessoas que procuram por isso. Uma salva de palmas, novamente, à gratuidade do Senac. Isso é importante. (*Palmas.*) Então, o Senac está continuamente oferecendo oportunidades de inserção social por meio de bolsas e gratuidades a seus alunos mais carentes, entre outras tantas medidas que, em conjunto, vêm revolucionando o ensino técnico em nosso País.

Pessoal, em relação ao meu mandato de Senador da República, imagine esta folha aqui dividida em quatro espaços, e um dos quadrantes do meu mandato aqui vai ser defender o menos favorecido. E o menos favorecido é, exatamente, aquele pessoal que mais precisa de oportunidades e gratuidades, igual ao que o Senac, o Sesc, o Senai, o Sistema S oferece. Então, por isso, não tenha dúvida de que, por estar defendendo esse quadrante de uma política favorável a dar oportunidade ao menos favorecido, eu, sempre que puder, vou colaborar. Um dia desses, um colega veio coletar assinaturas para uma CPI do Sistema S, e eu falei com ele que lamentava, mas que não era possível assinar, porque, primeiro, teríamos que ter uma posição de Bancada e, segundo, porque eu, sinceramente, acho o Sistema S um sistema que vem funcionando bem no País e que precisa do nosso apoio para, cada vez, funcionar melhor. Ele gera muita oportunidade, exatamente, para esse setor do menos favorecido, que é prioridade no meu mandato de Senador da República aqui nesta Casa. Os outros três quadrantes, em outra oportunidade, eu posso colocar para os demais colegas.

Sr. Presidente, a educação profissional brasileira está cada vez mais em sintonia com as necessidades das empresas, qualificando trabalhadores com conhecimentos específicos para o desempenho de sua função. Esse preparo proporciona aumento da produção e dos ganhos da empresa e eleva as chances de o trabalhador ter uma promoção de cargo e salário.

O Senac, portanto, contribui decisivamente para o desenvolvimento socioeconômico do País, pavimentando um caminho seguro para a formação de profissionais qualificados; garantindo igualdade de oportunidades para todos os brasileiros; e, principalmente, oferecendo a nossos cidadãos a oportunidade de aprender um ofício, uma profissão; e, assim, disseminando bem-estar e qualidade de vida aos brasileiros.

Vida longa ao Senac! Que continue transformando a vida de milhões de brasileiros – 55 milhões de brasileiros! Que coisa maravilhosa! O número do meu Partido é 55, e, então, fico muito feliz de estar, aqui, fazendo esta homenagem. E que continue prestando valorosos serviços ao País.

Muito obrigado aos alunos, aos professores, aos diretores, ao nosso Senador Adelmir Santana por, com bastante brilho, estar à frente do Sistema S, do Senac, do Sesc, a nós, aqui, de Brasília. O meu gabinete estará sempre à disposição de vocês, no que eu puder ajudar e colaborar. Eu sei o tanto que vocês são importantes no Distrito Federal. Contem conosco.

Parabéns, novamente, a S. Ex^a o Senador Paulo Paim, talvez um dos políticos mais veteranos hoje no Congresso Nacional. Lembro do Paulo Paim quando ele teve seu primeiro mandato de Deputado Federal. Foi um dos primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Deputado Federal Constituinte ainda.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Entregando a minha idade, eu vou dizer que eu tenho 65 anos e com muito orgulho!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com muito orgulho. Então, o Presidente desta sessão é, realmente, uma pessoa entusiasta. É um parceiro. E o que eu puder fazer para ajudar S. Ex^a a quebrar algumas barreiras que prejudicam os trabalhadores eu vou ajudar, vou estar no *front* de batalha, com o nosso Senador Paulo Paim.

Obrigado a vocês. Um forte abraço. Conte conosco.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José, que dá um belo depoimento sobre a nossa sessão, tão importante.

Como eu já havia anunciado, passo a palavra, agora, ao nobre Deputado Mauro Pereira, que vai falar em nome da Câmara dos Deputados. Ele é do PMDB do meu querido Rio Grande do Sul.

E, na sequência, falará o Senador Wellington Fagundes.

O pronunciamento de encerramento vai ser feito pelo meu querido amigo e ex-Senador Adelmir Araújo Santana. Eu sempre o chamava de Aldemir, e ele dizia: “Não é Aldemir, é Adelmir”.

O SR. MAURO PEREIRA – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Eu quero cumprimentar a todos e a todas, especialmente os jovens aqui presentes, e dizer, Senador Paim, que para mim é uma honra poder estar aqui nesta segunda-feira, dia 23 de fevereiro. Na verdade, há uma teoria, no nosso País, de que o Brasil começa a funcionar mesmo depois do Carnaval. E nós estamos aqui, numa segunda-feira, 23 de fevereiro, numa importante homenagem ao Senac.

Eu quero cumprimentar aqui o Senador Jorge Viana, que abriu os trabalhos; a Senadora Ana Amélia LeMos; e o meu amigo Senador Paulo Paim.

Eu, como Vereador em Caxias do Sul, como homem público que vem da base, sempre vi o Senador Paulo Paim e reconheci o trabalho dele em defesa das pessoas, dos mais fracos e dos nossos aposentados. Inclusive, no sábado de manhã, eu estava numa reunião com a Associação dos Aposentados em Caxias do Sul, com o nosso amigo Abrelino Dalbosco, que estava falando da tua pessoa – Abrelino tem, inclusive, umas recomendações para ti, mais umas solicitações – e da importância do teu trabalho.

Para mim, não tenho dúvida nenhuma de que todos os outros 512 Deputados Federais gostariam de estar aqui, neste exato momento, no meu lugar, para trazer o carinho, o abraço e o apoio de que o S5 precisa, de que a indústria precisa, de que o comércio precisa, Senador Paim.

Este dia não vai servir somente para homenagear o Senac, Senador Paim; ele pode ser como um marco. V. Ex^a deixou bem claro aqui, como Senador da Base do Governo, oriundo do Partido dos Trabalhadores, que nunca deixou de cobrar ações efetivas do Governo para a população. E Caxias do Sul é a terra da indústria, da indústria metalúrgica, da Randon, Guerra, Marcopolo, Neobus, Agrale, onde tive a oportunidade de ser instrutor técnico durante oito anos. E nós estamos vivendo um momento de dificuldade da nossa indústria nacional. Este momento aqui, no Senado Federal, serve, sim, Senador Paim, não só para esta homenagem importante ao Senac, mas para uma reflexão da nossa equipe econômica, do nosso Ministro Joaquim Levy, da nossa Presidente Dilma. Nós temos de olhar para dentro do nosso País, para dentro da nossa indústria, porque realmente estamos passando por um momento de dificuldades.

E nós a Câmara Federal e o Senado Federal temos uma responsabilidade muito grande para com o povo brasileiro, com o povo trabalhador, com esses jovens, que são o orgulho do pai, da mãe, dos parentes, que dizem “Meu filho está fazendo Senai”, “Meu filho está fazendo Senac”, “Meu filho vai ter um futuro brilhante ali na frente”. Para que esse futuro seja realmente brilhante, ele precisa da nossa ação, do nosso trabalho, da nossa dedicação.

O maior amigo e verdadeiro Deputado e Senador da Base é aquele que fala a verdade para aquele que está no exercício do poder. (*Palmas.*) Não é aquele, Senador Paim, que vai só dizer amém. É tão bom quando você tem a coragem de dizer: “Olha, o caminho exato é este; se for por esse caminho, vai ser o caos”. Este é o verdadeiro caminho: a cobrança bem-feita, bem-colocada, mostrando o que poderá acontecer se não se fizer o dever de casa com muito respeito a essa gente.

Quero cumprimentar, também, o nosso Senador Hélio José; o Senador Telmário Mota; o nosso representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, o seu Vice-Presidente, Sr. Adelmir

Araújo Santana; e, representando o Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná, o chefe da Assessoria Parlamentar junto ao Poder Legislativo, da CNC, Sr. Roberto Velloso.

Senador Paim, para mim é uma honra poder estar aqui. Eu ainda disse para V. Ex^a: “Senador, eu sou Deputado Federal, mas não tenho autorização do meu Presidente, Eduardo Cunha, para falar”. E V. Ex^a falou: “Não, Mauro, você vai falar como Deputado Federal, representando, sim, a Câmara Federal, porque o seu trabalho é digno disso”. Então, Senador Paim, eu quero agradecer muito.

Na verdade, a Bancada do Rio Grande do Sul tem o maior carinho por V. Ex^a. Nosso Estado é um Estado que presta relevantes serviços para o nosso País, com mão de obra qualificada, com um povo justo, um povo hospitaleiro. E estamos, sim, num momento de alegria, pois estamos em plena colheita da soja, colheita do milho, com uma agricultura em que nossos agricultores vêm fazendo a parte deles muito bem feita. As nossas indústrias estão com tecnologia avançada. Agora, nós Deputados Federais e Senadores temos, sim, de não decepcionar a nossa sociedade. Esta Legislatura da Câmara Federal que se iniciou agora tem uma grande responsabilidade, como o nosso Senado Federal.

Então, parabéns, Senador Paim! Parabéns por lembrar e ter a sensibilidade de saber que nós temos de elogiar, sim, quem trabalha e quem faz. É a nossa obrigação, porque é coisa boa elogiar alguém, é coisa boa dizer: que trabalho bem feito! São 55 milhões de pessoas que se formaram, que cresceram, que ajudaram a fazer com que o Brasil chegasse ao local onde está.

O nosso Brasil é um País fantástico, que tem tudo de bom: clima, gente, povo. A única coisa que temos de fazer é o dever de casa, e eu, como Deputado Federal, não tenho dúvida alguma de que nós, todos os Parlamentares do Senado e da Câmara Federal, juntamente com o Governo Federal e com nossos Ministros, temos a obrigação de fazer o melhor pelo nosso povo e pela nossa gente.

Parabéns a todos esses jovens! Parabéns aos professores! Parabéns à direção do Senac! E parabéns a todos os nossos representantes da indústria e do comércio, pois, sem eles, as coisas não teriam acontecido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Esse foi o Deputado Mauro Pereira, que, de improviso, porque foi convocado, falou muito bem, como sempre. Ele é da mesma cidade natal deste Senador, Caxias do Sul, terra da uva, do vinho, mas de muita indústria.

O SR. MAURO PEREIRA – O Senador Simon também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – O Senador Simon também é de lá. O Senador Simon deve estar assistindo a esta sessão.

Com satisfação, passamos a palavra ao nobre Senador Wellington Fagundes, que fala como Líder do PR. Wellington Fagundes é do Mato Grosso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paulo Paim, proponente desta sessão solene, além de cumprimentá-lo, quero parabenizá-lo por esta sessão, dada a justiça que é feita a uma organização que presta um grande serviço à Nação brasileira.

No nosso País, temos de investir em educação. Quando eu vinha do aeroporto para cá, ouvi sua fala. V. Ex^a dizia do Pronatec e da importância do ensino profissionalizante. Eu, que estudei em uma escola técnica federal, em uma escola agrotécnica, sei da importância que ela representa e, principalmente, da transformação, após o governo do Presidente Lula, dessa questão do ensino profissionalizante.

Não tinha cabimento estar atrelado o ensino propedêutico ao ensino profissionalizante. Com essa modificação, hoje oferecemos milhares de oportunidades a jovens, a pessoas de todas as idades que queiram buscar uma profissão e aperfeiçoar seu trabalho, para agregar valores ao seu trabalho, bem como à sua renda.

Eu me lembro de que, quando recém-formado, voltei para minha cidade de Rondonópolis, com 22 anos. Logo, aos 23 anos, fui Presidente da Associação Comercial e Industrial da minha cidade. Lá começamos uma grande parceria com o Sistema Fecomércio. Lembro aqui a figura do Sr. Pedro Jamil Nadaf, figura que fazemos questão de relembrar.

Quero cumprimentar aqui também, além do Senador Paulo Paim, o Senador Hélio José, o Adelmir Araújo Santana, representando a Confederação Nacional, e também o Roberto Velloso, figura carismática de que já tivemos oportunidade de falar.

Eu me lembrava de Pedro Jamil Nadaf pelo brilhante trabalho que ele fez, junto com a Confederação, nessa área educacional.

Também quero aqui destacar o papel da Confederação na área turística educacional do meu Estado. Lá temos o Sesc Pantanal, uma área de mais de 100 mil hectares, onde está uma reserva ecológica e ambiental, que serve hoje de ensino, de pesquisa. Então, vai além o trabalho da Confederação, da Federação mato-grossense e do Senac.

Por isso, fiz questão de estar aqui presente, para registrar, junto com o Senador Paulo Paim, esse belo trabalho que é feito há 69 anos por essa instituição.

Eu gostaria que os nobres colegas prestassem atenção nestas palavras:

Quando entrei no Senac não ligava para nada. O Senac me ofereceu um recomeço, me preparou para vida, me ensinou a ser um homem com visão de futuro. Se não tivesse entrado no Programa, creio que estaria como um desses moleques que passam o dia na rua.

Esse é um depoimento de Robson David Ramos da Silva, de 16 anos, do meu Estado, meu querido Mato Grosso. E, certamente, isso poderia ser testemunhado também por milhares de jovens brasileiros, afinal essa entidade, essa instituição, o Senac, tem sido fundamental para o encaminhamento da vida de milhares de brasileiros, como fez questão de dizer esse menino de 16 anos apenas.

Há um detalhe essencial nesse testemunho: Robson David, conforme ele mesmo revela, antes de conhecer o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, trabalhava em situação análoga à de trabalho escravo, esse mal que tanto precisamos combater no Brasil. Também o Senador Paulo Paim, sem dúvida alguma, tem lutado muito por essa causa.

Robson é um exemplo de milhares de crianças, vivia nas feiras livres, sobrevivia executando serviços pesados e proibidos por lei para crianças e adolescentes. Essa é uma realidade tão dolorida ainda existente nos dias de hoje.

Após ingressar no Senac, Robson foi contratado pela empresa Transamérica e, ainda em 2013, foi convidado a participar do Fórum Nacional da Aprendizagem, dando seu depoimento, servindo de exemplo a muitos jovens brasileiros. Atualmente, esse adolescente se destaca como jovem aprendiz do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.

São atos de transformação como essa vivida por esse jovem mato-grossense que ocorrem aos milhares através do Senac em todo o Brasil ao longo desses 69 anos de existência e que desejamos tanto ver fluindo no nosso País.

Sem dúvida, em Mato Grosso, o Senac tem sido um grande parceiro da sociedade, resgatando e construindo vidas, principalmente vidas jovens. Ao longo de sua história, casos como o de Robson têm se revelado em suas fileiras através de seus programas e iniciativas, e isso nos traz muita satisfação e grande alento.

Para registrar, o Senac se instalou em Mato Grosso em 1959 – dois anos após eu ter nascido – através da ação de um cuiabano muito ilustre, de família tradicional, grande incentivador do comércio local, o Sr. Hid Alfredo Scaff, então Presidente da Federação do Comércio. Desde então, o Senac se expandiu, atendendo atualmente a milhares de pessoas. Com isso, o Senac conta com uma unidade regional em Cuiabá e com unidades de ensino nas cidades de Barra do Garças, de Colider, de Cuiabá, de Primavera do Leste, de Rondonópolis e de Tangará da Serra.

Senhoras e senhores, creio muito no Brasil das oportunidades e tenho trabalhado ao longo da minha vida para que o acesso a uma vida melhor seja uma constante na vida do povo brasileiro, como todos nós aqui objetivamente falamos.

Por isso, em nome desse menino Robson, quero parabenizar o Senac, o Sistema S do Brasil, pelos relevantes trabalhos que vem realizando ao longo do tempo com sua missão valorosa de educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo, na sua visão essencial de ser uma organização sustentável rumo à excelência na educação profissional no Estado de Mato Grosso e também em todo o Brasil.

Por isso, aqui quero me colocar ao lado de toda a direção do Senac do meu Estado e também do Brasil, para, juntos, somarmos esforços na construção dessa nova sociedade, cada vez mais humana, justa e fraterna.

Por isso, rendo aqui também minhas homenagens ao companheiro Pedro Nadaf, que é o atual Presidente do Fecomércio do nosso Estado, bem como a Aldo Romani, em nome de todos os conselheiros do nosso Estado e, é claro, de todos os conselheiros que aqui estão representando essa instituição brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Senador Wellington Fagundes, que deu o testemunho de quem conhece de fato a área e os trabalhos dessa importante instituição. Meus cumprimentos, Senador!

Passamos a palavra, neste momento, ao ex-Senador Adelmir Araújo Santana, que representa aqui a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Dou o testemunho de que tanto ele como o ex-Senador e hoje Ministro Armando Monteiro eram duas vezes que eu ouvia muito aqui sempre. Fazíamos uma parceria aqui em relação ao debate propositivo, positivo e permanente do Sistema S e, é claro, da área tratada na sessão que fazemos hoje.

O SR. ADELMIR SANTANA – Bom dia a todos! Eu queria saudar, apesar de ele já ter se ausentado, o nosso Vice-Presidente que abriu a sessão, o Senador Jorge Viana; o Senador Paulo Paim, autor dessa proposição;

a Senadora Ana Amélia, que também nos deixou; o Senador Hélio José, companheiro de Brasília; o Senador Wellington Fagundes, que tão bem dissertou sobre a presença do Senac no Mato Grosso; o Senador Telmário Mota, que também já se ausentou; e o Deputado Federal Mauro Pereira, que veio abrilhantar esta sessão de homenagem do Senado ao Senac.

Quero saudar também meu amigo Alexandre Sampaio, Presidente da Federação Nacional Brasileira de Hospedagem e Alimentação; o Prof. Luiz Otávio da Justa Neves, Diretor Regional do Senac no Distrito Federal, em nome do qual saúdo todos os componentes do Senac, não apenas os do Distrito Federal, mas os do País; o Diretor Regional do Sesc, que vem, como primo irmão do Senac, prestar homenagem ao Senac do Distrito Federal, Dr. José Roberto Sfair Macedo.

Quero saudar a Presidente do Instituto Fecomércio, Elizabeth Campos, em nome da qual saúdo também todos os servidores. Saúdo os servidores do Sesc, em nome de José Roberto, e os do Instituto, em nome da Elizabeth.

Quero saudar os Conselheiros do Sesc e do Senac que aqui estão presentes, os alunos e os instrutores. Enfim, quero saudar todos.

Estou aqui, nobre Senador e Presidente Paim, representando nosso Presidente Nacional, Antônio de Oliveira Santos, que me deu esta incumbência, que recebi com muito prazer. Eu a recebi com prazer porque venho aqui pela iniciativa de V. Ex^a, com o apoio de Senadores como João Capiberibe, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin e Cristovam Buarque e do ex-Senador Pedro Simon, também companheiro de algum período, que foram os signatários iniciais do requerimento de homenagem nesta sessão.

Se fizermos uma análise, vamos ver...

O Senador Paim, como foi dito aqui, é um intransigente defensor dos trabalhadores, já vindo da Câmara com essa mesma projeção. Fomos aqui, em dados momentos, até adversários do ponto de vista ideológico, mas sempre convergentes na defesa dos trabalhadores e do empresariado nacional.

Há uma pluralidade no requerimento que foi apresentado aqui, com Senadores do PT, do PMDB, do PSB, do DEM, de vários Estados brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Do PCdoB, da Vanessa.

O SR. ADELMIR SANTANA – Do PCdoB. Há uma pluralidade, o que demonstra que o Senac é uma convergência nacional, que o Sistema S é um sistema que converge para todas as ideologias, para todas as matrizes partidárias.

Aproveito, Senador Paim, para dizer que esses Senadores e Senadoras que citei aqui, além dos que me antecederam nesta tribuna, como o Senador Telmário, o Senador Wellington, o Senador Hélio José, a Senadora Ana Amélia, são homens públicos e mulheres públicas que compreendem o verdadeiro sentido da função pública, o verdadeiro sentido da representação parlamentar, ao fazer uma homenagem a uma instituição como essa de caráter nacional.

Parece uma coisa simples, mas não o é. Nós estamos dedicando uma manhã no Senado da República para homenagear uma instituição que completa 69 anos. (*Palmas.*)

E volto a repetir: com o requerimento de Senadores e Senadoras que têm uma visão do que seja a figura do homem público. Que me perdoem os demais, mas muitos deles se deterioraram no decorrer dos últimos anos.

O Senac faz, portanto, 69 anos. É presente, como o próprio nome diz, em todo o País, em 27 unidades federativas, incluindo o Distrito Federal. Já foi dito aqui, mas não é pouco repetir, a presença em todos esses Estados. E os oradores que aqui vieram, em nome dos seus respectivos Estados, demonstraram claramente a presença do Senac em suas unidades federativas. Mas eu gostaria de dizer mais ainda: são 625 unidades operativas; a presença em 3.061 Municípios brasileiros, com um atendimento de 4.610 Municípios, porque, mesmo não tendo a unidade operativa fixa, fazemos esse atendimento através das unidades móveis existentes no Senac.

Meu caro Senador Paim, além disso tudo, não foi dito aqui que o Senac tem cinco editoras que editam livros voltados para a formação profissional. No seu Estado, o Rio Grande do Sul, há 40 unidades fixas em vários Municípios, com 20 balcões de atendimento que se somam a essas 40 unidades fixas para atender a todo o Estado rio-grandense.

O Senac possui mais de 5.600 parcerias com outras unidades congêneres, com outras entidades congêneres, outras organizações conveniadas. Possui 30 mil instrutores espalhados por esse Brasil afora.

Só em 2014, foi dito aqui, foram mais de 1,8 milhão matrículas efetivadas em todos os Estados brasileiros. E, é bom que se destaque, destes 1,8 milhão de matrículas realizadas, mais de 1,1 milhão foram gratuitas; gratuitas através de um programa do próprio Senac, o PSG (Programa Senac Gratuidade), e também gratuitas porque o Governo Federal fez o Pronatec e compra vagas, ou paga vagas, no sistema Senac.

Esse programa foi destacado pela Senadora Ana Amélia. Eu não ia fazer esse tipo de cobrança. Não ficaria bem, em uma reunião de homenagem, falar dessas questões de atrasos com os pagamentos. Mas é sabido

que o Senac dá 70% de gratuidade aos seus alunos. Ora, o Pronatec serve como fórmula de equilibrar, de dar equivalência a essa questão de gratuidade. Se isso não for levado em conta e se não colocarem efetivamente em dia esses pagamentos, estamos correndo o risco de evitar ou de suspender a formação profissional, tão necessária, tão endeusada e tão falada aqui por todos nós.

No Rio Grande do Sul, meu caro Paim, existem 220 mil alunos frequentando as unidades do Senac. Desse 220 mil alunos, mais de 162 mil frequentam as unidades de forma gratuita ou através do programa, como falei, PSG (Programa Senac Gratuidade), ou ainda através do Pronatec, que tem 62 mil pessoas matriculadas nos cursos do Senac do Rio Grande do Sul.

E que cursos são esses? Que ofertas são essas feitas pelo Senac nesses 69 anos? Não são mais os cursos de datilografia. Mudou. Entretanto, são cursos voltados para as áreas de comércio e serviço, turismo, hospitalidade e saúde, que vão desde a formação inicial e continuada; formação de nível técnico, médio, tecnólogos, graduação e pós-graduação. Todos em razão das exigências do próprio mercado.

Esses cursos, meu Senador Presidente, senhoras e senhores, estão focados nos acontecimentos e nas necessidades do mercado. Foi dito aqui, mas é bom que se repita, que estão ligados à área da informática, do turismo e hospitalidade, na gestão, na beleza, na saúde, na gastronomia, na segurança. É uma instituição, como eu disse, com o foco no mercado, com o foco nas necessidades do mercado. Nós contamos, Senador Paim, com um portfólio de mais de 1.000 cursos em programação no Senac. São ofertados de acordo com a necessidade do mercado. Cursos desenvolvidos em somatório, como eu disse, com as demandas, não apenas com as necessidades, mas com as demandas do mercado de trabalho, notadamente voltados, como eu disse, sempre para as nossas atividades de comércio, de serviços, de turismo, de saúde e hospitalidade. Há outros, como é o caso do Senai, que têm seus cursos voltados para a indústria; como existe o Senar, para a agricultura; o Senat, para os transportes. Apenas para citar alguns.

Em 2014, no País, apenas para dar uma dimensão, tivemos mais de 2,7 milhões de matrículas concluídas, isto é, alunos que fizeram matrícula e concluíram seus cursos. Destes mais de 2,7 milhões, 1,8 milhão de matrículas só na área da educação profissional, cursos iniciais e continuados. E gratuidade.

Eu falo sempre da gratuidade porque tive a oportunidade de ouvir, recentemente, em um discurso aqui, nesta Casa, a cobrança da gratuidade desses cursos. Ora, nós temos 69 anos de história. São 69 anos de construção. Não foi no primeiro ano que se formou toda essa estrutura do Senac no País. Isso levou tempo. Nós entendemos que a nossa finalidade é formar pessoas gratuitamente, mas, se tivéssemos feito isso logo no primeiro momento, certamente nós não estaríamos presentes em mais de 3.600 Municípios brasileiros. A gratuidade existe. É força de lei. Aliás, o Governo, inteligentemente, ao fixar, ao elaborar e manter a lei da gratuidade, que são 70% gratuitos, cria o Pronatec. Tira com uma mão e dá com a outra, para haver a equidade, o equilíbrio. Se não, certamente, não teríamos, com 30%, nem mesmo condição de manter a estrutura construída nesses últimos 69 anos.

Foi mencionada aqui, pelo Senador Wellington, a importância da existência desses cursos técnicos. No período em que passei aqui, fui um defensor intransigente desse Sistema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Sou testemunha da história.

O SR. ADELMIR SANTANA – Exatamente. Posicionei-me em todos os momentos em defesa do Sistema, não apenas do Senac e do Sesc, que é a minha origem, mas de todo o Sistema. Mesmo sendo um Senador de oposição, eu dizia da grandeza do Presidente Lula, quando assumiu. Havia pouco menos de 100 escolas técnicas no Brasil. Eu senti uma satisfação enorme em ver que muitos que me antecederam aqui são egressos desse Sistema, ou na indústria, ou na agricultura, ou no comércio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Permita-me, inclusive o Presidente Lula.

O SR. ADELMIR SANTANA – Inclusive o Presidente Lula, que foi do Senai. Fez o curso de torneiro mecânico, que não existe mais. Já evoluiu. Outros estudaram em escolas técnicas, como eu. Sou egresso também de uma escola técnica, daquelas primeiras, que vêm desde Nilo Peçanha, governo Vargas, que implantou o ensino técnico no Brasil.

Mas, se fizermos uma retrospectiva, vamos verificar que, até 2007, 2008, não tínhamos nem 100 escolas técnicas no Brasil. Por que surgiram o Senai e o Senac em 1946? Exatamente pela deficiência do Estado brasileiro para formar pessoas que o mercado exigia. Foi quando os empresários, não apenas de comércio, os empresários de modo geral abrem voluntariamente as folhas de pagamento de salários e incluem a contribuição para formar técnicos, formar pessoas para o mercado de trabalho brasileiro.

Em 1946, para os mais jovens aqui, o Brasil não fabricava nem mesmo abridor de latas, nem ferro de engomar. Talvez alguns nem saibam o que é isso. Era feito com carvão. A dona de casa soprava. Foi aí que se criaram esses cursos para formar pessoas para ajudar o desenvolvimento nacional.

O Presidente Lula, egresso desse Sistema, motivou a criação de escolas técnicas no Brasil. Findou 2010, 2012 com mais de 400 escolas técnicas. Isso não é nada para um país que tem quase 5 mil Municípios. Ou mais. Não é nada! Sabendo que efetivamente não é nada, aproveitou a estrutura existente no Senai e no Senac, construída nesses 69 anos, e lançou o Pronatec, que nada mais é do que usar equipamentos existentes, estrutura física existente em benefício da Nação. Não podemos deixar que um programa como esse sofra. Foi grande a nossa animação ao ver que esse era um dos principais pontos de destaque na campanha eleitoral dos candidatos. Ninguém foi contra o Pronatec.

Então, é preciso, e já foi destacado aqui pela Senadora Ana Amélia, que levem em conta a importância da existência desse programa e coloquem efetivamente em dia as obrigações do Estado para com o Senai, com o Senac e com as escolas que hoje participam do Pronatec. *(Palmas.)*

Eu queria, apenas para finalizar, reafirmar a nossa cobertura do Senac: são 3.061 Municípios com estruturas montadas; 3.600 Municípios atendidos; 620 unidades operativas; 541 unidades escolares fixas; 79 unidades móveis, inclusive o que o Senador Paim falou, uma balsa escola na Região Amazônica. Quando chega a determinados Municípios, o prefeito não quer deixá-la ir embora, mas nós temos que dar assistência a outros Municípios.

Esse é o Senac. Essa é a presença do Senac.

Então, mais uma vez, meu Senador, eu queria focar a grandeza do seu gesto, dos seus Pares, que demonstram efetivamente a compreensão do que é o homem público, saber olhar, enxergar quem deve e quem não deve ser homenageado.

Meus parabéns pela iniciativa de V. Ex^a, pela iniciativa dos demais Senadores que o acompanharam nesse requerimento e de todos os que aqui nos homenagearam nesta manhã.

Em nome do nosso Presidente Nacional Antônio de Oliveira Santos, os nossos agradecimentos ao Senado da República, à Câmara Federal, na pessoa do Deputado Mauro Pereira, e a todos os colaboradores, instrutores, professores, conselheiros e diretores que formam a instituição Senac, cuja homenagem tão bem recebemos. Somos felizes em dela participar.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem!

Esse foi o Senador Adelmir Araújo Santana, que fez um belo pronunciamento como ex-Senador e líder na área do Sistema de Comércio e que aqui falou em nome, eu diria, do Senac e de toda a sua organização.

Com esse pronunciamento – assim combinamos ele e eu –, ele fez o encerramento da nossa sessão.

Eu peço a todos, principalmente aos alunos e professores, que, se puderem, no encerramento, façamos a nossa foto histórica da presença de vocês, inclusive os que estão na galeria: que desçam para que façamos uma bela foto em homenagem a vocês e ao Senac.

Está encerrada a sessão.

Um abraço a todos. *(Palmas.)*

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 46 minutos.)

Ata da 14ª Sessão, Não Deliberativa, em 23 de fevereiro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 17 horas e 39 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2015

Requeremos, nos termos do artigo 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia **18 de maio de 2015**, para comemorar o Dia Nacional da Defensoria Pública, que é oficialmente lembrado no dia 19 de maio, nos termos da Lei nº 10.448, de 2002.

É notória a importância que a Defensoria Pública representa, em especial, para as camadas mais pobres da população. Os carentes de recursos formam um contingente considerável de pessoas que procuram o Poder Judiciário na condição de autor ou réu, necessitando continuamente de um advogado ou defensor.

Esse reconhecimento foi feito com a promulgação da Emenda Constitucional nº 80, de 2014, por meio da qual a Defensoria Pública passou a constar na Constituição Federal como função essencial à Justiça, com o amplo apoio do Congresso Nacional.

Sala das Sessões.

Sen Ana Amélia (PP-RS)

PAULO PAIM

GLEISI HOFFMANN

Jose Medeiros

ALVARO DIAS

JOÃO CAPIBERIBE

(À publicação)

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2015**Requer a constituição de Comissão Temporária Externa composta por 5 Senadores para verificar *in loco* a situação da população atingida pela cheia dos rios no Alto Acre.**

Nos termos dos arts. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado, requeiro seja criada Comissão Temporária Externa composta por 5 Senadores para verificar *in loco* a situação da população atingida pela cheia do rio nos Municípios de Rio Branco, Brasiléia, Assis Brasil, Xapuri e Eptaciolândia. Apenas no Município de Brasiléia mais de 584 famílias estão desalojadas, um total de 1648 pessoas.

Justificação

A situação de cheia dos rios nos municípios do Alto Acre, especialmente Brasiléia e Eptaciolândia, agravou-se nos últimos dias por conta das chuvas. O nível do Rio Acre continua subindo na região, tendo alcançado na manhã de hoje a marca de 14,55 metros (três metros acima da cota de transbordamento). Por isso, em Brasiléia quase 300 famílias foram levadas a abrigo público; outras centenas tiveram de sair de casa e procurar abrigo em casas de familiares não alagadas. Em Assis Brasil, já há 51 famílias desabrigadas; em Xapuri, 43.

Assim, urge a criação de Comissão Temporária Externa para que parlamentares possam acompanhar *in loco* a grave situação de cheia pela qual passa a população acreana.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2015. – Senador **Jorge Viana**.

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2015**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o programa Minha Casa Melhor.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o Programa Minha Casa Melhor:

1. Qual a justificativa para a suspensão, neste mês, do cartão Minha Casa Melhor?
2. Qual a previsão de reabertura para novas adesões a essa linha de crédito?
3. Qual o montante total destinado ao Programa desde sua instituição?
4. Do montante destinado ao Programa, quanto foi efetivamente contratado?
5. Do volume contratado, quanto foi pago de fato?
6. Existe algum estudo sobre o impacto para o Tesouro dos subsídios concedidos pelo Programa?
7. Em que medida o desaquecimento da economia influi no desempenho do Programa?
8. Em que medida a decisão de suspender o Programa relaciona-se às dificuldades fiscais pelas quais o País passa no momento?

Justificação

Segundo informa a Caixa Econômica Federal, o cartão Minha Casa Melhor oferece até R\$ 5 mil de crédito para mutuários que estejam em dia com o pagamento das prestações do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de facilitar a compra de móveis e eletrodomésticos.

No entanto, informações obtidas pelos canais de atendimento da Caixa Econômica Federal dão conta de que novas adesões a essa linha de crédito estão suspensas desde o último dia 20 de fevereiro para "reavaliação do Programa".

Assim, o objetivo deste requerimento é avaliar o desempenho do Programa, além de buscar esclarecimentos sobre os motivos que levaram à sua suspensão.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2015. – Senador **Cássio Cunha Lima**, LÍDER DO PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2015**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre as audiências concedidas a particulares.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requero que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre as audiências concedidas a particulares:

1. Nos últimos 3 anos, a contar desta data, quais advogados de investigados pela Polícia Federal e cujo caso já esteja em sede judicial, o Ministro recebeu em seu gabinete?
2. Quais são os nomes das pessoas que foram atendidas nesse tipo de audiência?
3. Quais as datas e horários que essas audiências ocorreram?
4. Quais assuntos foram tratados?
5. As pessoas atendidas se fizeram presentes com algum acompanhante? Quais os nomes dos acompanhantes?
6. Nos termos do art. 3º do Decreto nº 4.334/02, o Ministro ao conceder essas audiências estava acompanhado de algum servidor público ou militar?
7. Alguma dessas audiências foi realizada fora do local de trabalho do Ministro? Se afirmativo, qual local, com quem e quais assuntos foram tratados?

Justificação

A edição nº 2413, de 18 de fevereiro de 2015, da Revista Veja noticiou que o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, recebeu no seu gabinete em Brasília, de forma sigilosa, advogados de empreiteiras que estão sendo investigadas pela Polícia Federal na Operação Lava Jato.

Após ter negado a realização da audiência secreta, o Ministro voltou atrás e admitiu o encontro com Sérgio Renault, advogado da UTC. De acordo as matérias veiculadas, o Ministro teria tranquilizado as empreiteiras ao garantir que as investigações da Polícia Federal sofreriam uma reviravolta após o Carnaval.

Para responder as acusações de que teria agido politicamente ao receber advogados de réus da Operação Lava Jato, em uma coletiva de imprensa Eduardo Cardozo finalmente confirmou que recebeu representantes da empresa Odebrecht, investigada no processo que apura o esquema de corrupção da Petrobras.

Assim, o requerimento que ora apresento tem por objetivo esclarecer junto ao Ministério da Justiça, todas essas contradições apresentadas pelo ministro sobre o recebimento, em seu gabinete, de advogados de réus que estão sendo investigados pela Polícia Federal.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2015. – Senador **Cássio Cunha Lima**, LÍDER DO PSDB.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 218, combinado com o art. 221, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PFSAR pelo falecimento, no dia 15 de fevereiro de 2015, da ativista social Maria Helena Gregori e a apresentação de condolências a sua família.

Maria Helena participou ativamente do Movimento Diretas Já, em 1983, da campanha da eleição de Franco Montoro ao Governo de São Paulo, em 1982, e das campanhas de Fernando Henrique Cardoso para a Prefeitura de São Paulo em 1986 e para Presidência da República em 1994 e em 1998.

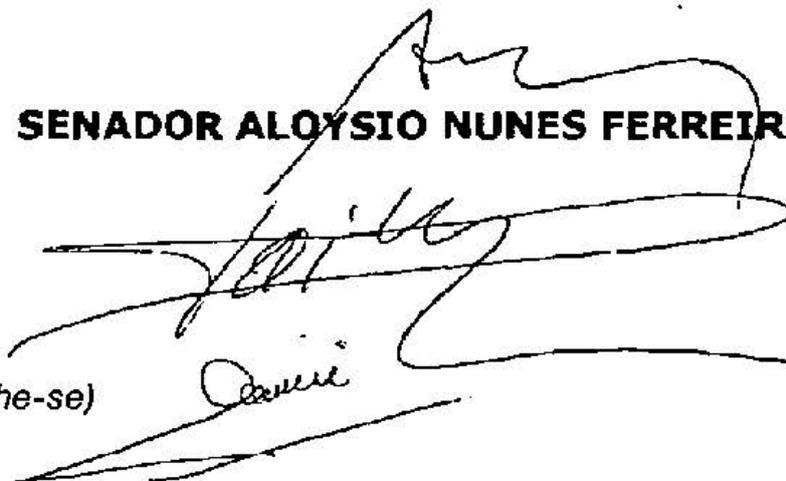
Foi Assessora Especial de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, no governo de Luiza Erundina e Presidente da Fundacentro, em São Paulo. Também foi Chefe de Gabinete do Programa Comunidade Solidário, então presidido pela Dra. Ruth Cardoso.

O ex-ministro da Justiça no Governo Fernando Henrique Cardoso, José Gregori, que foi casado com Maria Helena por 53 anos, lembra que a mulher trabalhava para fortalecer "movimentos feministas em seu nascedouro" e que a disposição permanente pelo ativismo social.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2015.

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA

(Encaminhe-se)



TÉRMINO DE PRAZO

Término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 20 de fevereiro do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 657, de 2014**, convertida no **Projeto de Lei de Conversão nº 16, de 2014**, aprovado em 11 de novembro de 2014.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

PROJETOS DE LEI DO SENADO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2015****Altera as Leis nºs 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXVI:

“Art. 3º

XXVI – Medicamento órfão: medicamento ou imunobiológico destinado especificamente à profilaxia, ao tratamento ou ao controle de doenças raras ou negligenciadas.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 10 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

§ 1º Compreendem-se nas exigências deste artigo as aquisições ou doações que envolvam pessoas de direito público e privado, cuja quantidade e qualidade possam comprometer a execução de programas nacionais de saúde.

§ 2º Excetua-se do disposto no caput a importação de medicamentos órfãos por pessoas físicas, em quantidades apropriadas para uso individual, desde que não sejam submetidos a regime especial de controle e não se destinem à revenda ou comércio.

§ 3º O procedimento de autorização para a importação de medicamento órfão por empresa importadora obedecerá a rito simplificado, na forma do regulamento, dispensada a exigência do registro de que trata o art. 12 desta Lei, quando o produto tiver sua comercialização aprovada pelo órgão responsável pelo registro de medicamentos da União Europeia ou dos Estados Unidos da América.

§ 4º As exigências técnicas, administrativas e jurídicas aplicáveis às empresas importadoras de medicamentos órfãos serão estabelecidas em regulamento próprio.

§ 5º Para a dispensação de medicamento sem registro, adquirido na forma dos §§ 2º ou 3º deste artigo, será exigida a assinatura, por parte do paciente ou de seu responsável legal, de declaração de ciência dos riscos inerentes ao uso de medicamento não registrado no País.” (NR)

Art. 3º O art. 68 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68. A ação de vigilância sanitária abrangerá todo e qualquer produto de que trata esta Lei, inclusive os dispensados de registro, os correlatos, os estabelecimentos de fabricação, importação, distribuição, armazenamento e venda, e os veículos destinados ao transporte dos produtos.

.....” (NR)

Art. 4º O art. 41 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 41.

§ 4º No registro de medicamento órfão serão obrigatoriamente adotados procedimentos ágeis e desburocratizados, na forma do caput.” (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação oficial.

Justificação

Os regulamentos vigentes sobre importação de medicamentos e os mecanismos legais e burocráticos interpostos são responsáveis, hoje, por uma série de problemas para a saúde e o bem-estar de pacientes que dependem de medicamentos indisponíveis no mercado nacional, especialmente no que diz respeito aos assim chamados medicamentos órfãos.

É verdade que as normas permitem a importação, independentemente de autorização, por pessoas físicas e serviços de saúde, de uma lista de medicamentos elaborada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), desde que em caráter excepcional e em pequenas quantidades. No entanto, essa via tem se mostrado insuficiente frente ao crescimento da demanda.

Para as pessoas que dispõem de informação e recursos, a via judicial é viável, ainda que, na maior parte das vezes, seja morosa. Para a grande maioria dos pacientes brasileiros, contudo, o acesso a esses meios jurídicos é limitado por suas próprias condições sociais.

Assim, em vista das dificuldades legais e burocráticas, a grande maioria dos pacientes e serviços de saúde que necessitam importar medicamentos indisponíveis no mercado nacional buscam o concurso de empresas importadoras que, pela mesma razão, por vezes são forçadas a atuar de forma clandestina.

As empresas que querem atuar em estrito cumprimento das normas, encontram, por seu lado, dificuldades nas suas relações com a Anvisa e entraves sérios à sua atuação, entre os quais a impossibilidade de obter autorizações de importação em seu nome e de manter estoques.

Esse conjunto de dificuldades resulta no desabastecimento ou na adoção de descaminhos, tanto por parte de pacientes e serviços de saúde como das empresas importadoras, com pesado ônus para quem necessita dos medicamentos, na medida em que se perde a rastreabilidade dos produtos. Além disso, não há como avaliar se esses produtos foram armazenados e transportados adequadamente.

A questão já foi debatida inúmeras vezes no âmbito desta Casa, seja na forma de pronunciamentos parlamentares, seja na forma de audiências públicas. Também foi buscada, por diversas vezes, a solução do problema junto à Anvisa, sem que se obtivesse uma resposta satisfatória. Assim, frente à inércia da Agência, resta ao Poder Legislativo exercer o seu papel, em prol da saúde e dos interesses da população brasileira.

Com efeito, a falta de uma política pública ampla, que leve em conta as especificidades e ofereça respostas para as diferentes necessidades das pessoas acometidas por doenças raras representa uma barreira que impede o acesso do paciente à assistência adequada. Nesse sentido, a burocracia envolvida na importação dos medicamentos talvez seja a pior das barreiras produzidas pelo Estado.

Em relação às outras doenças para as quais se destinam os medicamentos órfãos, cumpre esclarecer que o emprego do termo “doença negligenciada” decorre da falta de incentivos para atividades de pesquisas. Não obstante elas sejam responsáveis por quase metade da carga de doenças nos países menos desenvolvidos, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento não priorizam o tratamento dessas enfermidades.

Este projeto de lei objetiva, assim, mitigar o problema de um número significativo de pessoas cuja saúde e vida dependem da importação desses medicamentos ausentes do mercado nacional e que sofrem com as dificuldades e as incertezas desse processo.

Sala das Sessões, – Senador **Alvaro Dias**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976

Vigência

Regulamento

Regulamento

Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 3º – Para os efeitos desta Lei, além das definições estabelecidas nos [incisos I, II, III, IV, V e VII do Art. 4º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973](#), são adotadas as seguintes:

I – Produtos Dietéticos: produtos tecnicamente elaborados para atender às necessidades dietéticas de pessoas em condições fisiológicas especiais;

II – Nutrientes: substâncias constituintes dos alimentos de valor nutricional, incluindo proteínas, gorduras, hidratos de carbono, água, elementos minerais e vitaminas;

III – Produtos de Higiene: produtos para uso externo, antissépticos ou não, destinados ao asseio ou à desinfecção corporal, compreendendo os sabonetes, xampus, dentífricos, enxaguatórios bucais, antiperspirantes, desodorantes, produtos para barbear e após o barbear, estípticos e outros;

IV – Perfumes: produtos de composição aromática obtida à base de substâncias naturais ou sintéticas, que, em concentrações e veículos apropriados, tenham como principal finalidade a odorização de pessoas ou ambientes, incluídos os extratos, as águas perfumadas, os perfumes cremosos, preparados para banho e os odorizantes de ambientes, apresentados em forma líquida, geleificada, pastosa ou sólida;

V – Cosméticos: produtos para uso externo, destinados à proteção ou ao embelezamento das diferentes partes do corpo, tais como pós faciais, talcos, cremes de beleza, creme para as mãos e similares, máscaras faciais, loções de beleza, soluções leitosas, cremosas e adstringentes, loções para as mãos, bases de maquiagem e óleos cosméticos, ruges, “blushes”, batons, lápis labiais, preparados anti-solares, bronzeadores e simulatórios, rímeis, sombras, delineadores, tinturas capilares, agentes clareadores de cabelos, preparados para ondular e para alisar cabelos, fixadores de cabelos, laquê, brilhantinas e similares, loções capilares, depilatórios e epilatórios, preparados para unhas e outros;

VI – Corantes: substâncias adicionais aos medicamentos, produtos dietéticos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene e similares, saneantes domissanitários e similares, com o efeito de lhes conferir cor e, em determinados tipos de cosméticos, transferi-la para a superfície cutânea e anexos da pele;

VII – Saneantes Domissanitários: substâncias ou preparações destinadas à higienização, desinfecção ou desinfestação domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

a) inseticidas – destinados ao combate, à prevenção e ao controle dos insetos em habitações, recintos e lugares de uso público e suas cercanias;

b) raticidas – destinados ao combate a ratos, camundongos e outros roedores, em domicílios, embarcações, recintos e lugares de uso público, contendo substâncias ativas, isoladas ou em associação, que não ofereçam risco à vida ou à saúde do homem e dos animais úteis de sangue quente, quando aplicados em conformidade com as recomendações contidas em sua apresentação;

c) desinfetantes – destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microorganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;

d) detergentes – destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico.

VIII – Rótulo: identificação impressa ou litografada, bem como os dizeres pintados ou gravados a fogo, pressão ou decalco, aplicados diretamente sobre recipientes, vasilhames, invólucros, envoltórios, cartuchos ou qualquer outro protetor de embalagem;

IX – Embalagem: invólucro, recipiente ou qualquer forma de acondicionamento, removível ou não, destinada a cobrir, empacotar, envasar, proteger ou manter, especificamente ou não, os produtos de que trata esta Lei;

X – Registro: inscrição, em livro próprio após o despacho concessivo do dirigente do órgão do Ministério da Saúde, sob número de ordem, dos produtos de que trata esta Lei, com a indicação do nome, fabricante, da procedência, finalidade e dos outros elementos que os caracterizem;

XI – Fabricação: todas as operações que se fazem necessárias para a obtenção dos produtos abrangidos por esta Lei;

XII – Matérias-primas: substâncias ativas ou inativas que se empregam na fabricação de medicamentos e de outros produtos abrangidos por esta Lei, tanto as que permanecem inalteradas quanto as passíveis de sofrer modificações;

XIII – Lote ou Partida: quantidade de um medicamento ou produto abrangido por esta Lei, que se produz em um ciclo de fabricação, e cuja característica essencial é a homogeneidade;

XIV – Número do Lote: designação impressa na etiqueta de um medicamento e de produtos abrangidos por esta Lei que permita identificar o lote ou a partida a que pertençam e, em caso de necessidade, localizar e rever todas as operações de fabricação e inspeção praticadas durante a produção;

XV – Controle de Qualidade: conjunto de medidas destinadas a garantir, a qualquer momento, a produção de lotes de medicamentos e demais produtos abrangidos por esta Lei, que satisfaçam às normas de atividade, pureza, eficácia e inocuidade;

XVI – Produto Semi-elaborado: toda a substância ou mistura de substâncias ainda sob o processo de fabricação;

XVII – Pureza: grau em que uma droga determinada contém outros materiais estranhos.

XVIII – Denominação Comum Brasileira (DCB) – denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo aprovada pelo órgão federal responsável pela vigilância sanitária; ([Inciso incluído pela Lei nº 9.787, de 10.2.1999](#))

XIX – Denominação Comum Internacional (DCI) – denominação do fármaco ou princípio farmacologicamente ativo recomendada pela Organização Mundial de Saúde; ([Inciso incluído pela Lei nº 9.787, de 10.2.1999](#))

XX – Medicamento Similar – aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, preventiva ou diagnóstica, do medicamento de referência registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca; ([Inciso incluído pela Lei nº 9.787, de 10.2.1999](#))

XX – Medicamento Similar – aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica, e que é equivalente ao medicamento registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca; ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001](#))

XXI – Medicamento Genérico – medicamento similar a um produto de referência ou inovador, que se pretende ser com este intercambiável, geralmente produzido após a expiração ou renúncia da proteção patentária ou de outros direitos de exclusividade, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, e designado pela DCB ou, na sua ausência, pela DCI; ([Inciso incluído pela Lei nº 9.787, de 10.2.1999](#))

XXII – Medicamento de Referência – produto inovador registrado no órgão federal responsável pela vigilância sanitária e comercializado no País, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto ao órgão federal competente, por ocasião do registro; ([Inciso incluído pela Lei nº 9.787, de 10.2.1999](#))

XXIII – Produto Farmacêutico Intercambiável – equivalente terapêutico de um medicamento de referência, comprovados, essencialmente, os mesmos efeitos de eficácia e segurança; ([Inciso incluído pela Lei nº 9.787, de 10.2.1999](#))

XXIV – Bioequivalência – consiste na demonstração de equivalência farmacêutica entre produtos apresentados sob a mesma forma farmacêutica, contendo idêntica composição qualitativa e quantitativa de princípio(s) ativo(s), e que tenham comparável biodisponibilidade, quando estudados sob um mesmo desenho experimental; ([Inciso incluído pela Lei nº 9.787, de 10.2.1999](#))

XXV – Biodisponibilidade – indica a velocidade e a extensão de absorção de um princípio ativo em uma forma de dosagem, a partir de sua curva concentração/tempo na circulação sistêmica ou sua excreção na urina. ([Inciso incluído pela Lei nº 9.787, de 10.2.1999](#))

Parágrafo único. No caso de medicamentos genéricos importados, cujos ensaios de bioequivalência foram realizados fora do País, devem ser apresentados os ensaios de dissolução comparativos entre o medicamento-teste, o medicamento de referência internacional utilizado no estudo de bioequivalência e o medicamento de referência nacional. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001](#))

Parágrafo único. Até 30 de junho de 2003, no caso de medicamentos genéricos importados, cujos ensaios de bioequivalência foram realizados fora do País, devem ser apresentados os ensaios de dissolução comparativos entre o medicamento-teste, o medicamento de referência internacional utilizado no estudo de bioequivalência e o medicamento de referência nacional. ([Redação dada pela Lei nº 10.669, de 14.5.2003](#))

.....
Art. 10 – É vedada a importação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e demais produtos de que trata esta Lei, para fins industriais e comerciais, sem prévia e expressa manifestação favorável do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Compreendem-se nas exigências deste artigo as aquisições ou doações que envolvam pessoas de direito público e privado, cuja quantidade e qualidade possam comprometer a execução de programas nacionais de saúde.
.....

TÍTULO XIV Da fiscalização

Art. 68. A ação de vigilância sanitária abrangerá todo e qualquer produto de que trata esta Lei, inclusive os dispensados de registro, os correlatos, os estabelecimentos de fabricação, distribuição, armazenamento e venda, e os veículos destinados ao transporte dos produtos.

Parágrafo Único. Ficam igualmente sujeitas à ação de vigilância a propaganda dos produtos e das marcas, por qualquer meio de comunicação, a publicidade, a rotulagem e etiquetagem.

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

Regulamento

Conversão da MPv nº 1.791, de 1998

Vide Lei nº 11.972, de 2009

Texto compilado

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.791, de 1998, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária

Art. 41. O registro dos produtos de que trata a [Lei nº 6.360, de 1976](#), e o [Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969](#), poderá ser objeto de regulamentação pelo Ministério da Saúde e pela Agência visando a desburocratização e a agilidade nos procedimentos, desde que isto não implique riscos à saúde da população ou à condição de fiscalização das atividades de produção e circulação.

Parágrafo único. A Agência poderá conceder autorização de funcionamento a empresas e registro a produtos que sejam aplicáveis apenas a plantas produtivas e a mercadorias destinadas a mercados externos, desde que não acarrete riscos à saúde pública.

§ 1º A Agência poderá conceder autorização de funcionamento a empresas e registro a produtos que sejam aplicáveis apenas a plantas produtivas e a mercadorias destinadas a mercados externos, desde que não acarretem riscos à saúde pública. [\(Renumerado do parágrafo único pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001\)](#)

§ 2º A regulamentação a que se refere o **caput** deste artigo atinge inclusive a isenção de registro. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001\)](#)

§ 3º As empresas sujeitas ao [Decreto-Lei nº 986, de 1969](#), ficam, também, obrigadas a cumprir o art. 2º da Lei nº 6.360, de 1976, no que se refere à autorização de funcionamento pelo Ministério da Saúde e ao licenciamento pelos órgãos sanitários das Unidades Federativas em que se localizem. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001\)](#)

Art. 41-A. O registro de medicamentos com denominação exclusivamente genérica terá prioridade sobre o dos demais, conforme disposto em ato da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001\)](#)

Art. 41-B. Quando ficar comprovada a comercialização de produtos sujeitos à vigilância sanitária, impróprios para o consumo, ficará a empresa responsável obrigada a veicular publicidade contendo alerta à população, no prazo e nas condições indicados pela autoridade sanitária, sujeitando-se ao pagamento de taxa correspondente ao exame e à anuência prévia do conteúdo informativo pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 2001\)](#)

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2015

Regulamenta as relações de emprego e as condições de trabalho nas operações de telemarketing ou nas atividades de teleatendimento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece regras a serem observadas nas relações de emprego e nas condições de trabalho em operações de *telemarketing* ou atividades de teleatendimento.

§ 1º Considera-se serviço de teleatendimento ou operação de telemarketing a atividade de comunicação com interlocutores, clientes e usuários, por meio de voz ou mensagens, realizada à distância, utilizando-

-se, simultaneamente, de equipamentos de audição ou escuta e fala telefônica e sistemas informatizados ou manuais de processamento.

§ 2º O disposto nesta Lei aplica-se a todas as empresas, setores de empresas e postos de trabalho dedicados a essa atividade, que mantêm serviço de teleatendimento ou telemarketing nas modalidades ativo ou receptivo em centrais de atendimento telefônico e/ou centrais de relacionamento com clientes (*call centers*), para prestação de serviços, informações e comercialização de produtos.

§ 3º Entende-se como *call centers* o ambiente de trabalho no qual a principal atividade é conduzida via telefone ou rádio com utilização simultânea de terminais de computador.

Art. 2º. É de responsabilidade da empresa-contratante o fornecimento gratuito de conjuntos de microfone e fone de ouvido (*head-sets*) individuais que permitam ao trabalhador a alternância do uso das orelhas ao longo da jornada de trabalho e que serão substituídos sempre que apresentarem defeitos ou desgaste devido ao uso.

§ 1º Alternativamente poderá ser fornecido um conjunto de microfone e fone de ouvido para cada posto de atendimento, desde que as partes que permitam qualquer espécie de contágio ou risco à saúde sejam de uso individual.

§ 2º Os empregadores deverão garantir, observadas as recomendações técnicas dos fabricantes:

I – a correta higienização e as condições operacionais dos equipamentos, que deverão estar providos de proteção contra choques acústicos e ruídos indesejáveis ou insalubres de alta intensidade,

II – a pronta substituição dos equipamentos com defeitos ou irregularidades no funcionamento;

III – facilidade de uso, de alcance dos controles de operação e de ajuste individual da intensidade do nível sonoro.

§ 3º Os monitores de vídeo deverão proporcionar corretos ângulos de visão e ser posicionados frontalmente ao operador, devendo ser dotados de regulagem que permita o correto ajuste da tela à iluminação do ambiente, protegendo o trabalhador contra reflexos indesejáveis.

§ 4º A introdução de novos métodos ou dispositivos tecnológicos, que afetem os procedimentos dos trabalhadores, devem ser alvo de análise ergonômica prévia, em períodos e procedimentos adequados de capacitação e adaptação.

Art. 3º A jornada normal de trabalho para trabalhadores que executem continuamente serviços de teleatendimento ou operações de telemarketing não será superior a seis horas diárias e trinta e seis horas semanais.

§ 1º A duração da jornada de trabalho somente poderá prolongar-se além do limite previsto no caput, em casos excepcionais, por motivo de força maior, necessidade imperiosa ou para a realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, devendo ser comunicada a autoridade competente, nos termos do art. 61 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

§ 2º Em caso de prorrogação do horário normal será obrigatório um descanso mínimo de 15 (quinze) minutos antes do início do período extraordinário de trabalho.

§ 3º Em qualquer hipótese, a prorrogação do trabalho respeitará o limite semanal de 36 (trinta e seis) horas de trabalho efetivo em teleatendimento ou telemarketing, sem prejuízo das pausas legalmente previstas.

§ 4º O desrespeito ao disposto no § 3º ensejará o pagamento de adicional de 100% sobre as horas de trabalho que ultrapassarem a 36ª semanal.

§ 5º Para o cálculo do tempo efetivo em teleatendimento ou telemarketing devem ser computados os períodos em que o operador encontra-se no posto de trabalho, os intervalos entre os ciclos laborais e os deslocamentos para a solução de questões relacionadas ao trabalho.

Art. 4º O trabalho em telemarketing ou teleatendimento não deverá incluir atividades, em jornada total ou parcial, aos domingos e feriados, exceto no caso de empresas previamente autorizadas pelo Ministério do Trabalho e do Emprego, na forma do caput do art. 68 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ou de outras atividades previstas em lei.

§ 1º Nos casos em que o trabalho em domingos e feriados for legalmente autorizado, é assegurado aos trabalhadores ao menos um dia de repouso semanal, em cada mês, coincidente com o domingo, independentemente do cumprimento de metas, ocorrência de faltas ou obtenção de resultados de produtividade.

§ 2º As escalas de trabalho e de folgas deverão ser especificadas e informadas aos trabalhadores, na forma do parágrafo único do art. 67 e do art. 386 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, ressalvado o disposto em acordo ou convenção coletiva.

§ 3º Na elaboração das escalas, os empregadores considerarão, sempre que possível, as necessidades dos trabalhadores, tendo em vista a vida familiar do empregado, suas relações com os dependentes, em especial aquelas relativas à maternidade, incluindo flexibilidade especial para trocas de horários ou utilização das pausas.

Art. 5º A cada período de cinquenta minutos de trabalho, observar-se-á intervalo mínimo de dez minutos para descanso, incluído na jornada diária.

§ 1º A instituição de intervalos obrigatórios não prejudica o direito ao intervalo obrigatório para repouso e alimentação previsto no § 1º do art. 71 da Consolidação das Leis o Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que deverá ser de, pelo menos, 20 (vinte) minutos.

§ 2º Os intervalos poderão ser usufruídos fora do posto de trabalho, após os primeiros e antes dos últimos cinquenta minutos de trabalho.

§ 3º Os intervalos obrigatórios devem ser consignados em registro impresso ou eletrônico, acessível aos trabalhadores e disponibilizado impresso para as inspeções do trabalho.

§ 4º Devem ser garantidas pausas no trabalho imediatamente após operação em que haja ocorrido ameaças, abuso verbal, agressões ou que tenham sido especialmente desgastantes, para permitir ao operador a recuperação e socialização dos conflitos e dificuldades com colegas, supervisores ou profissionais de saúde ocupacional especialmente capacitado para esse fim.

§ 5º O tempo necessário para a atualização do conhecimento do operador e para o ajuste do posto de trabalho é parte da jornada normal de trabalho.

§ 6º A participação em atividades físicas, quando adotadas pela empresa, não é obrigatória, e a recusa do trabalhador em participar dessas práticas não poderá ser utilizada como argumento para qualquer punição ou preterição do trabalhador.

§ 7º As empresas devem permitir que os operadores ausentem-se de seus postos de trabalho, a qualquer momento da jornada, para permitir a satisfação de necessidades fisiológicas, sem que esses afastamentos tenham qualquer repercussão na avaliação e na remuneração.

§ 8º Os períodos de tempo perdido ou interrupções do trabalho não serão descontados de sua jornada.

Art. 6º Os mecanismos de monitoramento da produtividade, tais como mensagens nos monitores de vídeo, sinais luminosos, cromáticos, sonoros, ou indicações de tempo utilizado nas ligações ou de filas de clientes em espera, não podem ser utilizadas como mecanismo de pressão para aceleração do trabalho e, quando existentes, deverão estar disponíveis para consulta pelo operador, a seu critério.

§ 1º É vedado ao empregador exigir observância estrita ou rigorosa de script ou roteiro de atendimento.

§ 2º Visando a resguardar sua privacidade e segurança pessoal, o trabalhador não será obrigado a revelar seu sobrenome aos clientes.

§ 3º O monitoramento do trabalho por escuta ou gravação de ligações somente poderá ocorrer com o conhecimento do trabalhador.

Art. 7º Os programas de prevenção da fadiga e de danos à saúde devem considerar, dentre outros:

I – metas compatíveis com as condições de trabalho e de tempo oferecidas;

II – o sistema de monitoramento do desempenho;

III – as repercussões sobre a saúde dos trabalhadores dos sistemas de avaliação para efeito de remuneração e concessão de vantagens;

IV – o aumento das pressões nos horários de maior demanda; e

V – os períodos que o trabalhador necessita para adaptar-se ao trabalho.

Art. 8º É vedado uso de métodos ou práticas que impliquem assédio moral, medo ou constrangimento, tais como o estímulo abusivo à competição entre trabalhadores, exigência de uso de adereços, acessórios, fantasias ou vestimentas indicativas de punição, promoção ou propaganda e a exposição pública das avaliações de desempenho.

§ 1º Com o intuito de reduzir o estresse dos operadores, devem ser minimizados os conflitos e ambiguidades de papéis nas tarefas a executar, estabelecendo-se claramente as diretrizes quanto a ordens e instruções de diversos níveis hierárquicos, autonomia para resolução de problemas, autorização para transferência de chamadas e consultas necessárias a colegas e supervisores.

§ 2º Os sistemas informatizados deverão ser elaborados, implantados e atualizados contínua e suficientemente, com o intuito de mitigar a sobrecarga de tarefas, com a utilização constante de memória de curto prazo, anotações precárias, duplicidade e concomitância de anotações em papel e sistema informatizado.

Art. 9º Os trabalhadores de operação e de gestão, inclusive temporários, serão capacitados para o conhecimento das doenças profissionais, suas causas, seus efeitos e as medidas de prevenção cabíveis.

§ 1º A capacitação relativa à saúde profissional deverá incluir, dentre outros, noções sobre fatores de risco, medidas de prevenção para redução desses riscos, informações sobre os sintomas de adoecimento, principalmente sobre o sistema osteomuscular, saúde mental, funções vocais, auditivas e visuais, e informações sobre a utilização correta do mobiliário e equipamentos, em especial sobre o uso dos fones e limpeza e substituição dos tubos de voz.

§ 2º O curso de capacitação, realizado durante a jornada de trabalho, com fornecimento de material impresso do conteúdo, terá duração mínima de 4 (quatro) horas, antes da admissão, com reciclagem a cada 6 (seis) meses, sem prejuízo das campanhas educativas eventualmente promovidas pelos empregadores.

§ 3º Sempre que forem introduzidos novos fatores de risco decorrentes de métodos, equipamentos, tipos específicos de atendimento, mudanças gerenciais ou de procedimento, os trabalhadores deverão receber qualificação adicional.

§ 4º É assegurada a participação na elaboração do conteúdo técnico, da execução e da avaliação dos resultados da capacitação, sempre que presentes na empresa:

I – do pessoal de organização e métodos responsável pela organização do trabalho na empresa;

II – dos integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho;

III – dos representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA);

IV – do médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

V – dos responsáveis pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; e

VI – dos representantes dos trabalhadores e de outras entidades, quando previsto em acordo ou convenções coletivas de trabalho.

Art. 10. Devem ser garantidos, na forma do regulamento:

I – boas condições sanitárias e de conforto, incluindo sanitários adequados ao uso e separados por sexo;

II – local para lanche;

III – armários individuais dotados de chave para guarda dos pertences do trabalhador; e

IV – disponibilidade irrestrita e próxima de água potável.

Parágrafo único. As empresas deverão manter ambientes confortáveis para descanso e recuperação durante as pausas, fora dos ambientes de trabalho, com dimensões compatíveis com o número de operadores usuários e onde estejam disponíveis assentos, facilidades de água potável, instalações sanitárias e lixeiras com tampa.

Art. 11. As condições de trabalho, como acesso às instalações, mobiliário, equipamentos, condições ambientais, organização do trabalho, capacitação, condições sanitárias, programas de prevenção e cuidados com a segurança pessoal deverão ser adaptados às necessidades dos trabalhadores com deficiência, com disponibilidade da ajuda técnica necessária, em seu respectivo posto de trabalho, para facilitar a integração deste trabalhador.

Art. 12. O trabalho em tempo parcial em teleatendimento ou operação de telemarketing não excederá a quatro horas diárias e a vinte e quatro horas semanais.

Parágrafo único. O salário do trabalhador submetido ao regime previsto no caput será proporcional à duração semanal da sua jornada de trabalho e aos salários pagos aos demais trabalhadores da empresa que exerçam a mesma função.

Art. 13. A operação de telemarketing e o serviço de teleatendimento somente serão autorizados após a emissão do Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, nos termos do regulamento.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

As atividades em *telemarketing* ou teleatendimento ocupam um espaço crescente no mercado de trabalho, gerando um número excepcional de postos e ocupações. Estima-se que o número de empregados no ramo esteja próximo de um milhão de pessoas.

Trata-se, evidentemente, de uma modalidade de trabalho necessária, compatível com a modernidade e a importância que os meios de comunicação vêm adquirindo, principalmente no comércio, na prestação de serviços e no sistema financeiro.

Essa importância crescente faz com que o assunto clame por respostas do legislador.

Há dois enfoques principais relativos ao tema: um voltado para aos direitos civis, principalmente de clientes e consumidores, e outro direcionado para os direitos trabalhistas dos profissionais ocupados nessas atividades.

Há diversas alternativas de proposições, em tramitação, sobre a matéria, revelando preocupação com suas diversas implicações. Nesta Casa, temos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 311, do Senador Vital do Rego, focado no Direito do Trabalho.

Sem desconhecer os méritos dessa proposição, gostaríamos de oferecer uma alternativa abrangente e atualizada para a disciplina do assunto.

A proposta que estamos submetendo à apreciação é fruto de uma análise criteriosa dos avanços no conhecimento sobre essas atividades. Pretende, também, sistematizar as diversas soluções legislativas e propostas apresentadas para, na medida do possível, acelerar a regulamentação da matéria, oferecendo uma visão

do Senado Federal para o tema. Claro que uma idéia dessa amplitude implica abertura ao debate e eventuais correções de seus dispositivos.

No âmbito do Poder Executivo, o tema é objeto da Portaria nº 9, de 30 de março de 2007, do Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Inspeção do Trabalho, que aprovou o Anexo II da NR nº 17, que dispõe sobre o trabalho em teleatendimento e telemarketing.

Trata-se de um regulamento bastante minucioso e amplo, no qual nos inspiramos em busca de identificação das condições ideais para a realização do trabalho nesse ramo de atividade. Buscamos regras que minimizem os prejuízos à saúde dos trabalhadores e fixem direitos mínimos relativos à jornada e a intervalos, compatíveis com o esgotamento físico e mental a que os operadores são submetidos.

Muitos dos dispositivos da norma regulamentadora citada possuem conteúdo que pode ser alçado ao patamar de lei ordinária, com o objetivo de torná-los inquestionáveis. Noutros aspectos, como minúcias a respeito de programas de saúde ocupacional, análises ergonômicas do trabalho e normas sobre o mobiliário e equipamentos podem ficar a cargo da regulamentação, tendo em vista que se trata de uma atividade em que é constante a introdução de novos métodos, tecnologias e instrumentos de trabalho.

A necessidade de aprovação de uma lei ordinária decorre dos limites a que estão sujeitos os atos normativos do Poder Executivo. São normas infralegais e não podem inovar, criar ou estabelecer regras que extrapolem a legislação em vigor. Por essa razão, apesar da meticulosa regulamentação, reina certa insegurança jurídica relativa aos direitos desses trabalhadores, mormente no que se refere ao direito a uma jornada de trabalho, de seis horas diárias contínuas e trinta e seis horas semanais, equivalente a dos trabalhadores em telefonia.

A definição da jornada, por exemplo, foi objeto de dissídio jurisprudencial no âmbito da Justiça do Trabalho. Primeiro, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), através da Orientação Jurisprudencial (OJ) nº 273, firmou entendimento no sentido de não reconhecer o direito desta categoria à jornada reduzida, por falta de dispositivo legal neste sentido.

Depois, em 24 de maio de 2011, o Pleno do Tribunal Superior do Trabalho cancelou a orientação anterior e reconheceu que o trabalho do operador de telemarketing tem grande semelhança com o do telefonista, decidindo aplicar, por analogia, a jornada de seis horas diárias, prevista no art. 227 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Com a urgência devida, a regulamentação da matéria pode evitar uma discussão judicial sem fim, em prejuízo de milhares de trabalhadores vinculados a esse ramo de atividade. Evitando, também, custos judiciais e litígios desnecessários. Além disso, os trabalhadores estão expostos a uma atividade estafante, que implica sérios riscos a sua saúde. Impõe-se, portanto, a adoção de medidas legais e protetivas, evitando-se lesões como a LER (Lesão por Esforço Repetitivo), além de doenças auditivas e oculares, entre outras.

Os trabalhadores deste setor reivindicam, com toda razão, normas legais que os protejam. Muitos estão submetidos a jornadas de até 44 horas, sem o cumprimento de pausas e intervalos suficientes para a recuperação de suas condições físicas e mentais. A ausência de uma proteção legal clara e consistente permite as mais disparatadas interpretações legais, mormente em se tratando de uma categoria profissional relativamente nova, sem estruturas sindicais suficientemente fortes.

Esperamos contar com a aprovação e a análise profunda de nossos Pares, para que possamos encontrar solução legislativa para essas questões relevantes aqui colocadas e para que a tramitação se dê com a devida urgência.

Sala das Sessões, – Senador **Cássio Cunha Lima**, Líder do PSDB.

LEGISLAÇÃO CITADA

Legislação citada no Projeto de Lei que regulamenta as relações de emprego e as condições de trabalho nas operações de *telemarketing* ou nas atividades de teleatendimento.

Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943. – Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

Art. 61. Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencional, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

§ 1º O excesso, nos casos deste artigo, poderá ser exigido independentemente de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de 10 (dez) dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou, antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.

§ 2º Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente não será inferior à da hora normal. Nos demais casos de excesso previstos neste artigo, a remuneração será, pelo

menos, 25% (vinte e cinco por cento) superior à da hora normal, e o trabalho não poderá exceder de 12 (doze) horas, desde que a lei não fixe expressamente outro limite.

§ 3º Sempre que ocorrer interrupção do trabalho, resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10 (dez) horas diárias, em período não superior a 45 (quarenta e cinco) dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

Art. 67. Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Parágrafo único – Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos teatrais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.

Art. 68. O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do art. 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

Parágrafo único – A permissão será concedida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos, cabendo ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de 60 (sessenta) dias.

Art. 71. Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 1º Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas.

§ 2º Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

§ 3º O limite mínimo de uma hora para repouso ou refeição poderá ser reduzido por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, quando ouvido o Serviço de Alimentação de Previdência Social, se verificar que o estabelecimento atende integralmente às exigências concernentes à organização dos refeitórios, e quando os respectivos empregados não estiverem sob regime de trabalho prorrogado a horas suplementares.

§ 4º Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho. ([Incluído pela Lei nº 8.923, de 27.7.1994](#))

§ 5º Os intervalos expressos no caput e no § 1º poderão ser fracionados quando compreendidos entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, desde que previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho, ante a natureza do serviço e em virtude das condições especiais do trabalho a que são submetidos estritamente os motoristas, cobradores, fiscalização de campo e afins nos serviços de operação de veículos rodoviários, empregados no setor de transporte coletivo de passageiros, mantida a mesma remuneração e concedidos intervalos para descanso menores e fracionados ao final de cada viagem, não descontados da jornada. ([Incluído pela Lei nº 12.619, de 2012](#)) ([Vigência](#))

Art. 386 – Havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.

XX

ANEXO II TRABALHO EM TELEATENDIMENTO/TELEMARKETING (Aprovado pela Portaria SIT n.º 09, de 30 de março de 2007)

1. O presente Anexo estabelece parâmetros mínimos para o trabalho em atividades de teleatendimento/telemarketing nas diversas modalidades desse serviço, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente.

1.1. As disposições deste Anexo aplicam-se a todas as empresas que mantêm serviço de teleatendimento/telemarketing nas modalidades ativo ou receptivo em centrais de atendimento telefônico e/ou centrais de relacionamento com clientes (call centers), para prestação de serviços, informações e comercialização de produtos.

1.1.1. Entende-se como call center o ambiente de trabalho no qual a principal atividade é conduzida via telefone e/ou rádio com utilização simultânea de terminais de computador.

1.1.1.1. Este Anexo aplica-se, inclusive, a setores de empresas e postos de trabalho dedicados a esta atividade, além daquelas empresas especificamente voltadas para essa atividade-fim.

1.1.2. Entende-se como trabalho de teleatendimento/telemarketing aquele cuja comunicação com interlocutores clientes e usuários é realizada à distância por intermédio da voz e/ou mensagens eletrônicas, com a utilização simultânea de equipamentos de audição/escuta e fala telefônica e sistemas informatizados ou manuais de processamento de dados.

2. MOBILIÁRIO DO POSTO DE TRABALHO

2.1. Para trabalho manual sentado ou que tenha de ser feito em pé deve ser proporcionado ao trabalhador mobiliário que atenda aos itens 17.3.2, 17.3.3 e 17.3.4 e alíneas, da Norma Regulamentadora n.º 17 (NR 17) e que permita variações posturais, com ajustes de fácil acionamento, de modo a prover espaço suficiente para seu conforto, atendendo, no mínimo, aos seguintes parâmetros:

a) o monitor de vídeo e o teclado devem estar apoiados em superfícies com mecanismos de regulagem independentes;

b) será aceita superfície regulável única para teclado e monitor quando este for dotado de regulagem independente de, no mínimo, 26 (vinte e seis) centímetros no plano vertical;

c) a bancada sem material de consulta deve ter, no mínimo, profundidade de 75 (setenta e cinco) centímetros medidos a partir de sua borda frontal e largura de 90 (noventa) centímetros que proporcionem zonas de alcance manual de, no máximo, 65 (sessenta e cinco) centímetros de raio em cada lado, medidas centradas nos ombros do operador em posição de trabalho;

d) a bancada com material de consulta deve ter, no mínimo, profundidade de 90 (noventa) centímetros a partir de sua borda frontal e largura de 100 (cem) centímetros que proporcionem zonas de alcance manual de, no máximo, 65 (sessenta e cinco) centímetros de raio em cada lado, medidas centradas nos ombros do operador em posição de trabalho, para livre utilização e acesso de documentos;

e) o plano de trabalho deve ter bordas arredondadas;

f) as superfícies de trabalho devem ser reguláveis em altura em um intervalo mínimo de 13 (treze) centímetros, medidos de sua face superior, permitindo o apoio das plantas dos pés no piso;

g) o dispositivo de apontamento na tela (mouse) deve estar apoiado na mesma superfície do teclado, colocado em área de fácil alcance e com espaço suficiente para sua livre utilização;

h) o espaço sob a superfície de trabalho deve ter profundidade livre mínima de 45 (quarenta e cinco) centímetros ao nível dos joelhos e de 70 (setenta) centímetros ao nível dos pés, medidos de sua borda frontal;

i) nos casos em que os pés do operador não alcancem o piso, mesmo após a regulagem do assento, deverá ser fornecido apoio para os pés que se adapte ao comprimento das pernas do trabalhador, permitindo o apoio das plantas dos pés, com inclinação ajustável e superfície revestida de material antiderrapante;

j) os assentos devem ser dotados de:

1. apoio em 05 (cinco) pés, com rodízios cuja resistência evite deslocamentos involuntários e que não comprometam a estabilidade do assento;

2. superfícies onde ocorre contato corporal estofadas e revestidas de material que permita a perspiração;

3. base estofada com material de densidade entre 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) kg/m³;

4. altura da superfície superior ajustável, em relação ao piso, entre 37 (trinta e sete) e 50 (cinquenta) centímetros, podendo ser adotados até 03 (três) tipos de cadeiras com alturas diferentes, de forma a atender as necessidades de todos os operadores;

5. profundidade útil de 38 (trinta e oito) a 46 (quarenta e seis) centímetros;

6. borda frontal arredondada;

7. características de pouca ou nenhuma conformação na base;

8. encosto ajustável em altura e em sentido antero-posterior, com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar; largura de, no mínimo, 40 (quarenta) centímetros e, com relação aos encostos, de no mínimo, 30,5 (trinta vírgula cinco) centímetros;

9. apoio de braços regulável em altura de 20 (vinte) a 25 (vinte e cinco) centímetros a partir do assento, sendo que seu comprimento não deve interferir no movimento de aproximação da cadeira em relação à mesa, nem com os movimentos inerentes à execução da tarefa.

3. EQUIPAMENTOS DOS POSTOS DE TRABALHO

3.1. Devem ser fornecidos gratuitamente conjuntos de microfone e fone de ouvido (head-sets) individuais, que permitam ao operador a alternância do uso das orelhas ao longo da jornada de trabalho e que sejam substituídos sempre que apresentarem defeitos ou desgaste devido ao uso.

3.1.2. Alternativamente, poderá ser fornecido um head set para cada posto de atendimento, desde que as partes que permitam qualquer espécie de contágio ou risco à saúde sejam de uso individual.

3.1.3. Os head-sets devem:

- a) ter garantidas pelo empregador a correta higienização e as condições operacionais recomendadas pelos fabricantes;
- b) ser substituídos prontamente quando situações irregulares de funcionamento forem detectadas pelo operador;
- c) ter seus dispositivos de operação e controles de fácil uso e alcance;
- d) permitir ajuste individual da intensidade do nível sonoro e ser providos de sistema de proteção contra choques acústicos e ruídos indesejáveis de alta intensidade, garantindo o entendimento das mensagens.

3.2. O empregador deve garantir o correto funcionamento e a manutenção contínua dos equipamentos de comunicação, incluindo os conjuntos de head-sets, utilizando pessoal técnico familiarizado com as recomendações dos fabricantes.

3.3. Os monitores de vídeo devem proporcionar corretos ângulos de visão e ser posicionados frontalmente ao operador, devendo ser dotados de regulagem que permita o correto ajuste da tela à iluminação do ambiente, protegendo o trabalhador contra reflexos indesejáveis.

3.4. Toda introdução de novos métodos ou dispositivos tecnológicos que traga alterações sobre os modos operatórios dos trabalhadores deve ser alvo de análise ergonômica prévia, prevendo-se períodos e procedimentos adequados de capacitação e adaptação.

4. CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO

4.1. Os locais de trabalho devem ser dotados de condições acústicas adequadas à comunicação telefônica, adotando-se medidas tais como o arranjo físico geral e dos postos de trabalho, pisos e paredes, isolamento acústico do ruído externo, tamanho, forma, revestimento e distribuição das divisórias entre os postos, com o fim de atender o disposto no item 17.5.2, alínea "a" da NR-17.

4.2. Os ambientes de trabalho devem atender ao disposto no subitem 17.5.2 da NR-17, obedecendo-se, no mínimo, aos seguintes parâmetros: a) níveis de ruído de acordo com o estabelecido na NBR 10152, norma brasileira registrada no INMETRO, observando o nível de ruído aceitável para efeito de conforto de até 65 dB(A) e a curva de avaliação de ruído (NC) de valor não superior a 60 dB; b) índice de temperatura efetiva entre 20° e 23°C; c) velocidade do ar não superior a 0,75 m/s; d) umidade relativa do ar não inferior a 40% (quarenta por cento).

4.2.1. Devem ser implementados projetos adequados de climatização dos ambientes de trabalho que permitam distribuição homogênea das temperaturas e fluxos de ar utilizando, se necessário, controles locais e/ou setorizados da temperatura, velocidade e direção dos fluxos.

4.2.2. As empresas podem instalar higrômetros ou outros equipamentos que permitam ao trabalhador acompanhar a temperatura efetiva e a umidade do ar do ambiente de trabalho.

4.3. Para a prevenção da chamada "síndrome do edifício doente", devem ser atendidos:

a) o Regulamento Técnico do Ministério da Saúde sobre "Qualidade do Ar de Interiores em Ambientes Climatizados", com redação da Portaria MS n.º 3.523, de 28 de agosto de 1998 ou outra que a venha substituir;

b) os Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, com redação dada pela Resolução RE n.º 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou outra que a venha substituir, à exceção dos parâmetros físicos de temperatura e umidade definidos no item 4.2 deste Anexo;

c) o disposto no item 9.3.5.1 da Norma Regulamentadora n.º 9 (NR 9).

4.3.1. A documentação prevista nas alíneas "a" e "b" deverá estar disponível à fiscalização do trabalho.

4.3.2. As instalações das centrais de ar condicionado, especialmente o plenum de mistura da casa de máquinas, não devem ser utilizadas para armazenamento de quaisquer materiais.

4.3.3. A descarga de água de condensado não poderá manter qualquer ligação com a rede de esgoto cloacal.

5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

5.1. A organização do trabalho deve ser feita de forma a não haver atividades aos domingos e feriados, seja total ou parcial, com exceção das empresas autorizadas previamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme o previsto no Artigo 68, "caput", da CLT e das atividades previstas em lei.

5.1.1. Aos trabalhadores é assegurado, nos casos previamente autorizados, pelo menos um dia de repouso semanal remunerado coincidente com o domingo a cada mês, independentemente de metas, faltas e/ou produtividade.

5.1.2. As escalas de fins de semana e de feriados devem ser especificadas e informadas aos trabalhadores com a antecedência necessária, de conformidade com os Artigos 67, parágrafo único, e 386 da CLT, ou por intermédio de acordos ou convenções coletivas.

5.1.2.1. Os empregadores devem levar em consideração as necessidades dos operadores na elaboração das escalas laborais que acomodem necessidades especiais da vida familiar dos trabalhadores com dependentes sob seus cuidados, especialmente nutrizes, incluindo flexibilidade especial para trocas de horários e utilização das pausas.

5.1.3. A duração das jornadas de trabalho somente poderá prolongar-se além do limite previsto nos termos da lei em casos excepcionais, por motivo de força maior, necessidade imperiosa ou para a realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, conforme dispõe o Artigo 61 da CLT, realizando a comunicação à autoridade competente, prevista no §1º do mesmo artigo, no prazo de 10 (dez) dias.

5.1.3.1. Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso mínimo de 15 (quinze) minutos antes do início do período extraordinário do trabalho, de acordo com o Artigo 384 da CLT.

5.2. O contingente de operadores deve ser dimensionado às demandas da produção no sentido de não gerar sobrecarga habitual ao trabalhador.

5.2.1. O contingente de operadores em cada estabelecimento deve ser suficiente para garantir que todos possam usufruir as pausas e intervalos previstos neste Anexo.

5.3. O tempo de trabalho em efetiva atividade de teleatendimento/telemarketing é de, no máximo, 06 (seis) horas diárias, nele incluídas as pausas, sem prejuízo da remuneração.

5.3.1. A prorrogação do tempo previsto no presente item só será admissível nos termos da legislação, sem prejuízo das pausas previstas neste Anexo, respeitado o limite de 36 (trinta e seis) horas semanais de tempo efetivo em atividade de teleatendimento/telemarketing.

5.3.2. Para o cálculo do tempo efetivo em atividade de teleatendimento/telemarketing devem ser computados os períodos em que o operador encontra-se no posto de trabalho, os intervalos entre os ciclos laborais e os deslocamentos para solução de questões relacionadas ao trabalho.

5.4. Para prevenir sobrecarga psíquica, muscular estática de pescoço, ombros, dorso e membros superiores, as empresas devem permitir a fruição de pausas de descanso e intervalos para repouso e alimentação aos trabalhadores.

5.4.1. As pausas deverão ser concedidas:

a) fora do posto de trabalho;

b) em 02 (dois) períodos de 10 (dez) minutos contínuos;

c) após os primeiros e antes dos últimos 60 (sessenta) minutos de trabalho em atividade de teleatendimento/telemarketing. 5.4.1.1. A instituição de pausas não prejudica o direito ao intervalo obrigatório para repouso e alimentação previsto no §1º do Artigo 71 da CLT.

5.4.2. O intervalo para repouso e alimentação para a atividade de teleatendimento/telemarketing deve ser de 20 (vinte) minutos.

5.4.3. Para tempos de trabalho efetivo de teleatendimento/telemarketing de até 04 (quatro) horas diárias, deve ser observada a concessão de 01 pausa de descanso contínua de 10 (dez) minutos.

5.4.4. As pausas para descanso devem ser consignadas em registro impresso ou eletrônico.

5.4.4.1. O registro eletrônico de pausas deve ser disponibilizado impresso para a fiscalização do trabalho no curso da inspeção, sempre que exigido.

5.4.4.2. Os trabalhadores devem ter acesso aos seus registros de pausas.

5.4.5. Devem ser garantidas pausas no trabalho imediatamente após operação onde haja ocorrido ameaças, abuso verbal, agressões ou que tenha sido especialmente desgastante, que permitam ao operador recuperar-se e socializar conflitos e dificuldades com colegas, supervisores ou profissionais de saúde ocupacional especialmente capacitados para tal acolhimento.

5.5. O tempo necessário para a atualização do conhecimento do operador e para o ajuste do posto de trabalho é considerado como parte da jornada normal.

5.6. A participação em quaisquer modalidades de atividade física, quando adotadas pela empresa, não é obrigatória, e a recusa do trabalhador em praticá-la não poderá ser utilizada para efeito de qualquer punição.

5.7. Com o fim de permitir a satisfação das necessidades fisiológicas, as empresas devem permitir que os operadores saiam de seus postos de trabalho a qualquer momento da jornada, sem repercussões sobre suas avaliações e remunerações.

5.8. Nos locais de trabalho deve ser permitida a alternância de postura pelo trabalhador, de acordo com suas conveniência e necessidade.

5.9. Os mecanismos de monitoramento da produtividade, tais como mensagens nos monitores de vídeo, sinais luminosos, cromáticos, sonoros, ou indicações do tempo utilizado nas ligações ou de filas de clientes em

espera, não podem ser utilizados para aceleração do trabalho e, quando existentes, deverão estar disponíveis para consulta pelo operador, a seu critério.

5.10. Para fins de elaboração de programas preventivos devem ser considerados os seguintes aspectos da organização do trabalho:

- a) compatibilização de metas com as condições de trabalho e tempo oferecidas;
- b) monitoramento de desempenho;
- c) repercussões sobre a saúde dos trabalhadores decorrentes de todo e qualquer sistema de avaliação para efeito de remuneração e vantagens de qualquer espécie;
- d) pressões aumentadas de tempo em horários de maior demanda;
- e) períodos para adaptação ao trabalho.

5.11. É vedado ao empregador: a) exigir a observância estrita do script ou roteiro de atendimento; b) imputar ao operador os períodos de tempo ou interrupções no trabalho não dependentes de sua conduta. 5.12. A utilização de procedimentos de monitoramento por escuta e gravação de ligações deve ocorrer somente mediante o conhecimento do operador. 5.13. É vedada a utilização de métodos que causem assédio moral, medo ou constrangimento, tais como: a) estímulo abusivo à competição entre trabalhadores ou grupos/equipes de trabalho; b) exigência de que os trabalhadores usem, de forma permanente ou temporária, adereços, acessórios, fantasias e vestimentas com o objetivo de punição, promoção e propaganda; c) exposição pública das avaliações de desempenho dos operadores. 5.14. Com a finalidade de reduzir o estresse dos operadores, devem ser minimizados os conflitos e ambigüidades de papéis nas tarefas a executar, estabelecendo-se claramente as diretrizes quanto a ordens e instruções de diversos níveis hierárquicos, autonomia para resolução de problemas, autorização para transferência de chamadas e consultas necessárias a colegas e supervisores. 5.15. Os sistemas informatizados devem ser elaborados, implantados e atualizados contínua e suficientemente, de maneira a mitigar sobretarefas como a utilização constante de memória de curto prazo, utilização de anotações precárias, duplicidade e concomitância de anotações em papel e sistema informatizado. 5.16. As prescrições de diálogos de trabalho não devem exigir que o trabalhador forneça o sobrenome aos clientes, visando resguardar sua privacidade e segurança pessoal.

6. CAPACITAÇÃO DOS TRABALHADORES 6.1. Todos os trabalhadores de operação e de gestão devem receber capacitação que proporcione conhecer as formas de adoecimento relacionadas à sua atividade, suas causas, efeitos sobre a saúde e medidas de prevenção. 6.1.1. A capacitação deve envolver, também, obrigatoriamente os trabalhadores temporários. 6.1.2. A capacitação deve incluir, no mínimo, aos seguintes itens: a) noções sobre os fatores de risco para a saúde em teleatendimento/telemarketing; b) medidas de prevenção indicadas para a redução dos riscos relacionados ao trabalho; c) informações sobre os sintomas de adoecimento que possam estar relacionados a atividade de teleatendimento/telemarketing, principalmente os que envolvem o sistema osteomuscular, a saúde mental, as funções vocais, auditivas e acuidade visual dos trabalhadores; d) informações sobre a utilização correta dos mecanismos de ajuste do mobiliário e dos equipamentos dos postos de trabalho, incluindo orientação para alternância de orelhas no uso dos fones mono ou bi-auriculares e limpeza e substituição de tubos de voz; e) duração de 04 (quatro) horas na admissão e reciclagem a cada 06 (seis) meses, independentemente de campanhas educativas que sejam promovidas pelos empregadores; f) distribuição obrigatória de material didático impresso com o conteúdo apresentado; g) realização durante a jornada de trabalho. 6.2. Os trabalhadores devem receber qualificação adicional à capacitação obrigatória referida no item anterior quando forem introduzidos novos fatores de risco decorrentes de métodos, equipamentos, tipos específicos de atendimento, mudanças gerenciais ou de procedimentos. 6.3. A elaboração do conteúdo técnico, a execução e a avaliação dos resultados dos procedimentos de capacitação devem contar com a participação de: a) pessoal de organização e métodos responsável pela organização do trabalho na empresa, quando houver; b) integrantes do Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho, quando houver; c) representantes dos trabalhadores na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, quando houver; d) médico coordenador do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; e) responsáveis pelo Programa de Prevenção de Riscos de Ambientais; representantes dos trabalhadores e outras entidades, quando previsto em acordos ou convenções coletivas de trabalho.

7. CONDIÇÕES SANITÁRIAS DE CONFORTO 7.1. Devem ser garantidas boas condições sanitárias e de conforto, incluindo sanitários permanentemente adequados ao uso e separados por sexo, local para lanche e armários individuais dotados de chave para guarda de pertences na jornada de trabalho. 7.2. Deve ser proporcionada a todos os trabalhadores disponibilidade irrestrita e próxima de água potável, atendendo à Norma Regulamentadora n.º 24 – NR 24. 7.3. As empresas devem manter ambientes confortáveis para descanso e recuperação durante as pausas, fora dos ambientes de trabalho, dimensionados em proporção adequada ao

número de operadores usuários, onde estejam disponíveis assentos, facilidades de água potável, instalações sanitárias e lixeiras com tampa.

8. PROGRAMAS DE SAÚDE OCUPACIONAL E DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

8.1. O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, além de atender à Norma Regulamentadora n.º 7 (NR 7), deve necessariamente reconhecer e registrar os riscos identificados na análise ergonômica.

8.1.1. O empregador deverá fornecer cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional e cópia dos resultados dos demais exames.

8.2. O empregador deve implementar um programa de vigilância epidemiológica para detecção precoce de casos de doenças relacionadas ao trabalho comprovadas ou objeto de suspeita, que inclua procedimentos de vigilância passiva (processando a demanda espontânea de trabalhadores que procurem serviços médicos) e procedimentos de vigilância ativa, por intermédio de exames médicos dirigidos que incluam, além dos exames obrigatórios por norma, coleta de dados sobre sintomas referentes aos aparelhos psíquico, osteomuscular, vocal, visual e auditivo, analisados e apresentados com a utilização de ferramentas estatísticas e epidemiológicas.

8.2.1. No sentido de promover a saúde vocal dos trabalhadores, os empregadores devem implementar, entre outras medidas: a) modelos de diálogos que favoreçam micropausas e evitem carga vocal intensiva do operador; b) redução do ruído de fundo; c) estímulo à ingestão freqüente de água potável fornecida gratuitamente aos operadores.

8.3. A notificação das doenças profissionais e das produzidas em virtude das condições especiais de trabalho, comprovadas ou objeto de suspeita, será obrigatória por meio da emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho, na forma do Artigo 169 da CLT e da legislação vigente da Previdência Social.

8.4. As análises ergonômicas do trabalho devem contemplar, no mínimo, para atender à NR-17: a) descrição das características dos postos de trabalho no que se refere ao mobiliário, utensílios, ferramentas, espaço físico para a execução do trabalho e condições de posicionamento e movimentação de segmentos corporais; b) avaliação da organização do trabalho demonstrando: 1. trabalho real e trabalho prescrito; 2. descrição da produção em relação ao tempo alocado para as tarefas; 3. variações diárias, semanais e mensais da carga de atendimento, incluindo variações sazonais e intercorrências técnico-operacionais mais freqüentes; 4. número de ciclos de trabalho e sua descrição, incluindo trabalho em turnos e trabalho noturno; 5. ocorrência de pausas inter-ciclos; 6. explicitação das normas de produção, das exigências de tempo, da determinação do conteúdo de tempo, do ritmo de trabalho e do conteúdo das tarefas executadas; 7. histórico mensal de horas extras realizadas em cada ano; 8. explicitação da existência de sobrecargas estáticas ou dinâmicas do sistema osteomuscular; c) relatório estatístico da incidência de queixas de agravos à saúde colhidas pela Medicina do Trabalho nos prontuários médicos; d) relatórios de avaliações de satisfação no trabalho e clima organizacional, se realizadas no âmbito da empresa; e) registro e análise de impressões e sugestões dos trabalhadores com relação aos aspectos dos itens anteriores; f) recomendações ergonômicas expressas em planos e propostas claros e objetivos, com definição de datas de implantação.

8.4.1. As análises ergonômicas do trabalho deverão ser datadas, impressas, ter folhas numeradas e rubricadas e contemplar, obrigatoriamente, as seguintes etapas de execução: a) explicitação da demanda do estudo; b) análise das tarefas, atividades e situações de trabalho; c) discussão e restituição dos resultados aos trabalhadores envolvidos; d) recomendações ergonômicas específicas para os postos avaliados; e) avaliação e revisão das intervenções efetuadas com a participação dos trabalhadores, supervisores e gerentes; f) avaliação da eficiência das recomendações.

8.5. As ações e princípios do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA devem ser associados àqueles previstos na NR-17.

9. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.1. Para as pessoas com deficiência e aquelas cujas medidas antropométricas não sejam atendidas pelas especificações deste Anexo, o mobiliário dos postos de trabalho deve ser adaptado para atender às suas necessidades, e devem estar disponíveis ajudas técnicas necessárias em seu respectivo posto de trabalho para facilitar sua integração ao trabalho, levando em consideração as repercussões sobre a saúde destes trabalhadores.

9.2. As condições de trabalho, incluindo o acesso às instalações, mobiliário, equipamentos, condições ambientais, organização do trabalho, capacitação, condições sanitárias, programas de prevenção e cuidados para segurança pessoal devem levar em conta as necessidades dos trabalhadores com deficiência.

10. DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

10.1. As empresas que no momento da publicação da portaria de aprovação deste Anexo mantiverem com seus trabalhadores a contratação de jornada de 06 (seis) horas diárias, nelas contemplados e remunerados 15 (quinze) minutos de intervalo para repouso e alimentação, obrigar-se-ão somente à complementação de 05 (cinco) minutos, igualmente remunerados, de maneira a alcançar o total de 20 (vinte) minutos de pausas obrigatórias remuneradas, concedidos na forma dos itens 5.4.1 e 5.4.2.

10.2. O disposto no item 2 desta norma (MOBILIÁRIO DO POSTO DE TRABALHO) será implementado em um prazo para adaptação gradual de, no máximo, 05 (cinco) anos, sendo de 10% (dez por cento) no primeiro ano, 25% (vinte e cinco por cento) no segundo ano, 45% (quarenta e cinco) no terceiro ano, 75% (setenta e cinco por cento) no quarto ano e 100% (cem por cento) no quinto ano.

10.3. Será constituída comissão permanente para fins de

acompanhamento da implementação, aplicação e revisão do presente Anexo. 10.4. O disposto nos itens 5.3 e seus subitens e 5.4 e seus subitens entrarão em vigor em 120 (cento e vinte) dias da data de publicação da portaria de aprovação deste Anexo, com exceção do item 5.4.4 que entrará em vigor em 180 (cento e oitenta) dias da publicação desta norma. 10.5. Ressalvado o disposto no item 10.2 e com exceção dos itens 5.3, 5.4, este anexo passa a vigorar no prazo de 90 (noventa) dias de sua publicação.

(À Comissão de Assuntos Sociais; em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Eu queria dizer que, hoje, tivemos uma sessão especial aqui, em homenagem aos 69 anos do Senac, por iniciativa do Senador Paulo Paim.

Eu tive a honra, como Vice-Presidente da Casa, de presidir essa sessão, que foi muito prestigiada, e, agora, iniciamos a nossa sessão não deliberativa desta segunda-feira, 23 de fevereiro de 2015.

Eu, Senador Paulo Paim, daqui a pouco, como orador inscrito, vou fazer uso da tribuna e trazer um tema que, hoje, preocupa o Acre inteiro, que é a cheia do Rio Acre, o transbordamento do Rio Acre. Houve uma alagação sem precedentes no Alto Acre, que deixou absolutamente submersa grande parte da cidade de Brasília, de Epitaciolândia, depois de terem passado as águas por Assis Brasil, atingindo, agora, os Municípios de Xapuri e Rio Branco.

Daqui a pouco vou fazer um pronunciamento. Hoje, falei com o Governador Tião Viana; a minha equipe do Acre está indo para Brasília; e falamos com o Ministro Gilberto Occhi, da Integração. A situação é gravíssima e exige um esforço de toda a Bancada. Então, pretendo fazer um pronunciamento, pedindo que as autoridades da Defesa Civil nacional, do Ministério da Integração, do Governo Federal possam socorrer os Municípios acrianos.

Cumprimentando a todos, convido para fazer uso da palavra, como primeiro orador inscrito, o colega que tão bem representa o povo do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim.

Temos a lista de oradores, na qual eu sou o oitavo, mas, conforme for, vou tentar uma permuta para que eu possa fazer meu pronunciamento o quanto antes.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, a sessão de manhã, de fato, foi uma bela sessão, serviu para refletirmos sobre todo o Sistema S, no dia de hoje.

Aos 69 anos, o Senac tem uma história bonita na formação profissional dos trabalhadores e trabalhadoras e na parceria entre empresários e trabalhadores, que mereceram hoje a homenagem de V Ex^a e de diversos outros Senadores e Senadoras.

Mas, Sr. Presidente, venho falar nesta tarde de um tema que nos está trazendo enorme preocupação: o número de demissões que está acontecendo no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, uma verdadeira onda tsunami, como disse o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos daquela região, de demissões atinge o setor naval das cidades de Rio Grande e São José do Norte, lá no Rio Grande do Sul.

O Sindicato dos Metalúrgicos e a Federação de Metalúrgicos do Estado, Federação filiada à Central Única dos Trabalhadores, informa que, entre novembro e janeiro deste ano, 16 mil pessoas foram demitidas. Sabe-se que demissões também estão ocorrendo, conforme os relatos que recebemos, não só no Rio Grande do Sul, mas também nos Estados da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, nessa área.

Tivemos lá, nesse período, inúmeras manifestações. As manifestações na região, mais precisamente na cidade de Rio Grande, com a participação de centrais, confederações, sindicatos e da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, com o apoio – claro – dos movimentos sociais também e deste Senador.

O comércio local, empresários e transporte coletivo, toda a sociedade civil, Sr. Presidente: os agentes políticos, o prefeito, vereadores, deputados estaduais e federais, todos aderiram à mobilização e demonstram suas preocupações.

Na sexta-feira, dia 20, Senador Jorge Viana, recebi uma mensagem do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande e São José do Norte, meu amigo Benito de Oliveira Gonçalves.

Diz ele na carta:

Prezado [amigo] Senador Paulo Paim. Venho, respeitosamente, por meio desta, solicitar um pedido de socorro em nome de toda a classe trabalhadora das cidades de Rio Grande e São José do Norte. Quero relatar que o momento aqui está um caos devido à grande incerteza do setor naval. E, para piorar, já não bastasse a demissão de mais de 16 mil trabalhadores (já fomos 24 mil aqui e, hoje, não chegamos a 7 mil), o Grupo QGI, que tinha a nossa esperança com os contratos das P-75 e P-77, esta semana coloca na mídia que devido à falta de comprometimento [e de não acordo com a Petrobras] [...], mas de alguns diretores que deixaram de cumprir o pagamento de serviços feitos, além do contrato, coloca à disposição

os dois contratos, pois alega que não está havendo negociação por conta da Petrobras [e a crise por que passa essa estatal, que é um símbolo para nós todos e atravessa um momento tão difícil].

Prosegue o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos:

Só gostaria de lembrar que, quando se diz que uma empresa é corrupta, estão se esquecendo [de funcionários, de trabalhadores que não são corruptos, de engenheiros que não são corruptos, daquela senhora que trabalha no cafezinho e não é corrupta, do soldador, do ajudante que não é corrupto] de toda a classe trabalhadora e de toda a sociedade que vive de forma direta e indireta em torno da empresa [que não são corruptos e adoram a Petrobras].

Por isso, Senador, eu lhe pergunto: é justo deixar esses seres [homens e mulheres] [...], dignos e sofridos, desempregados pela incompetência [ou pela malandragem] de algumas pessoas?

As empresas e os seus diretores podem ser punidos por estarem envolvidos, mas o nome da Petrobras não pode ser maculado, ferido, atingido, arrolado, por conta de alguns que erraram.

Diz ele que deve pagar quem errou e não a nossa querida Petrobras.

Não estamos [nesta carta, meu amigo Senador], só defendendo a Petrobras. Estamos, sim, defendendo toda uma sociedade que acreditou na retomada do setor naval, que se qualificou [que investiu], muitas vezes vendendo, até mesmo, objetos pessoais para ter uma oportunidade [de, na Petrobras, trabalhar]. E quem entrou para o setor? Que acreditou nos juros baixos e fez investimentos para ter sua casa, seu carrinho ou até mesmo um terreno [para deixar de pagar aluguel], ou, quem sabe, para viver um sonho prometido de uma vida diferente [com o crescimento do setor naval no sul do Brasil e no País]?

A quem podemos, Senador Paim, pedir ajuda? Não gostaríamos de acreditar que tudo não passou de um sonho, ou, até mesmo, de um projeto para nos iludir. Minha opinião, Senador Paim, é muito particular, [mas gostaria que você desse guarida, colocasse para os Senadores, aí, no Senado].

Além de tudo, poderemos perder para a China e Indonésia, países onde é mais barata a construção, pelo fato de a mão de obra ser quase escrava [mais barata, a fabricação dessas bases de que, aqui, eu falava].

Eu não diria que é mais barata; como diz ele, é mão de obra escrava, pela qual nós sempre brigamos, vamos continuar brigando e sempre seremos contra.

Será que meu País vai continuar incentivando essa prática de escravidão, retirando e não garantindo o nosso trabalho aqui e mandando a produção para lá?

Nesse sentido, querido Senador, eu te peço socorro, em nome de milhares de trabalhadores que, um dia, acreditaram em alguém que disse a seguinte frase: "Tudo que pode ser feito no Brasil será feito no Brasil, e nós não vamos mandar fazer na Coreia, na China, na Indonésia, seja onde for".

Somos brasileiros, temos sonhos e sabemos que uma simples decisão corajosa de alguém que prometeu nos defender pode não deixar esse barco afundar novamente. E, se isso não acontecer, somente Deus, somente Deus poderá nos ajudar [a nós, nossas famílias, crianças, adultos e o comércio local. Já falam alguns em tirar os filhos das escolas porque não vão poder comprar livros].

Sr^{as} e Srs. Senadores, na próxima sexta-feira, dia 27, o Ministro Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência da República, vai receber, no Palácio do Planalto, uma comitiva lá do Rio Grande para tratar do assunto. Esse grupo, Presidente, será composto por representantes das entidades sindicais, lideranças políticas – eu fui convidado e estarei lá com eles, até porque tenho muito respeito ao Ministro Miguel Rossetto e gostaria de participar desse diálogo com ele.

Os trabalhadores e a comunidade em geral estão unidos em defesa dos direitos e dos postos de trabalho do Polo Naval e de toda a cadeia de investimentos que ele representa para a região, para o Rio Grande e para a economia brasileira.

Sr. Presidente, não há como não se emocionar com a mensagem desse líder que é o presidente do sindicato dos metalúrgicos. Esse líder, gaúcho, um grande brasileiro, Benito de Oliveira Gonçalves, diz: "Os trabalhadores não podem pagar a conta por atos ilícitos de pessoas que não estão comprometidas com o coletivo, com o social, com o nosso País."

Sr. Presidente, eu entendo as palavras do meu querido amigo Benito, porque a minha origem também é no movimento sindical: presidi o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, a Central Estadual de Trabalhadores do Rio Grande, ajudei a criar a CUT, fui seu secretário-geral e seu vice-presidente nacional. Eu sou daqueles que, hoje já com idade avançada, cresci ouvindo meu pai falar de Getúlio Vargas, da CLT, dos direitos dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas, na defesa dos que mais precisam. Falava ele dos dis-

criminosos; falava ele da campanha, que eu jamais vou esquecer, “o petróleo é nosso!”; falava ele da soberania nacional; falava ele “a Petrobras é nossa”. Com muito orgulho.

E nós continuamos querendo falar com orgulho da nossa querida Petrobras, dos seus líderes, dos seus trabalhadores, dos seus sindicatos, que nunca se envolveram em nada. Eles não têm que agora ser chamados a pagar a conta. Eles sempre trabalharam e produziram. Muitos até morreram, outros tiveram sequelas por acidentes em alto-mar. Mas sempre que esses líderes aqui estiveram, em debates nas comissões de que participei, sempre – sempre – defenderam a Petrobras.

Sr. Presidente, eu sou daqueles que não conseguem se afastar das suas raízes. E as minhas raízes estão cravadas na luta dos trabalhadores, dos aposentados, de todos os discriminados. Eu venho do chão da fábrica. Por isso, te entendo muito bem, Benito. Eu sei o que é cheirar o ferro quente, derretido nas fundições. Eu sei o que é o calor do fogo, da solda. Eu sei o que é ficar com os olhos vermelhos, não pelo choro, pela emoção, mas o olho vermelho pelo reflexo da solda, do fogo que ela irradia. Eu sei o que é o som da batida do martelo de tonelada nas forjarias. Eu sei o que é a vida de cada operário, de cada trabalhador. Isso faz parte da minha vida, da vida deles. E essa defesa eu farei sempre, e não abro mão.

Enfim, a vocês, metalúrgicos de Rio Grande, de São José do Norte, a vocês, trabalhadores, homens e mulheres do nosso País, lembro aqui de uma passagem do filme “Vinhas da Ira”. Onde houver uma luta para que os famintos possam comer, todos nós temos o dever de estar lá. Todos nós estaremos onde os homens gritam quando estão enlouquecidos. Estaremos onde as crianças riem quando estão com fome e sabem que o jantar está chegando, está pronto. E, quando as pessoas estiverem comendo o que plantaram e vivendo nas casas que construíram – e que podem perder –, todos nós temos de ver e de estar lá com eles.

Eu sei que vocês estão tristes, mas sei também que nunca deixarão de lutar. O nosso povo vive numa luta permanente. Jamais, jamais, deixem de lutar.

Enfim, o emprego é sagrado. A rotatividade, claro, nos preocupa. E nós aqui, neste momento, temos a obrigação de defender o Polo Naval, temos que defender a Petrobras, em defesa da dignidade da nossa gente, da justiça e do nosso País.

Se alguém teve desvio de conduta, que pague pelo que fez; mas os trabalhadores não podem, mais uma vez, ser chamados a pagar a conta.

Por isso, lembro hoje quando o Presidente Lula apostou no Polo Naval. Lembro hoje quando falávamos tanto: a P-74, a P-75, enfim, a P-77 serão, sim, produzidas aqui.

Sr. Presidente, claro que a carta que recebi do metalúrgico é emocionante, claro que ela mexe também conosco, não há como. Sei também que mexe com quem estava ouvindo este meu pronunciamento.

Mas, além disso, ao encerrar, queria também deixar registrado este fato para o qual espero que encontremos uma solução. Estaremos com o Ministro Miguel Rossetto na próxima sexta-feira, com a delegação lá do Rio Grande.

Gostaria de falar, Sr. Presidente, que achei muito positiva a fala do Ministro Gabas, da Previdência, que disse que o Governo assimilou, entendeu que tem de achar uma alternativa para o fator previdenciário. Por isso, fiz, já no debate das MPs nº 664 e 665, uma emenda que aponta essa solução.

E vejo aqui com alegria, Ministro Gabas, que você hoje, no *Estado de S. Paulo*, diz que “Governo quer mudar fórmula da aposentadoria”.

O Ministro da Previdência, Carlos Gabas, disse: “O Governo Dilma vai iniciar uma discussão com os movimentos sindicais para acabar com o fator previdenciário”. Palavras do Ministro Carlos Gabas, a quem eu cumprimento.

Essa notícia é muito positiva, Sr. Presidente, pois vem ao encontro de uma preocupação enorme da maioria dos brasileiros. Pensando exatamente nesse sentido, apresentei – apesar de já ter passado aqui o fim do fator, está na Câmara... Mas, assim mesmo, apresentei uma emenda que pretende acabar com o fator e criar a fórmula 85/95, que é a mesma que o Ministro Gabas, aqui nesta matéria, está defendendo – que todos entendam –, que vai permitir que a mulher se aposente com salário integral com 55 anos de idade e 30 de contribuição, o homem com 60 de idade e 35 de contribuição. É bem melhor que o fator previdenciário.

Acredito piamente que podemos chegar a um entendimento entre o Congresso, os movimentos sociais e o Executivo, sem radicalismo, apostando na construção de uma nova fórmula, que seria a fórmula de que falei, 85/95. Ela teve, na construção, também a parceria – não tem como não lembrar – do Ministro Pepe Vargas.

O fator foi criado em 1999 e trouxe somente prejuízo, no meu entendimento, para todos os trabalhadores segurados do Regime Geral da Previdência, principalmente aqueles que ganham mais do que um salário mínimo. Há um redutor, quase 50%, eu diria, arredondando os valores dos seus vencimentos no ato da aposentadoria devido a esse famigerado fator, que faz com que, no fim, o camarada se aposente ainda mais cedo e volte a trabalhar. Não resolve nada para a Previdência. Pelo contrário, as pessoas vão tentar trabalhar

até chegarem a 55 anos, no mínimo, ou 60 anos, e não se aposentar muito jovens, porque sabem que é mais produtivo para o seu próprio rendimento esperar esse período.

Sempre defendi e continuarei defendendo, Sr. Presidente, os direitos constitucionais assegurados na Carta Magna. É importante que nosso povo, nossa gente trabalhadora, que paga impostos, que faz o bom debate e combate...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – ... todo tipo de desvio de conduta tenha seus direitos resguardados!

Por isso, repito, é realmente muito positivo esse anúncio do Ministro Gabas de que, em 2015, nós vamos, de fato, acabar com o fator previdenciário e seus efeitos negativos para toda a nossa gente.

Creio ser oportuna a emenda que apresentei. Faremos o debate em cima da 664 e da 665, e também com a proposta cuja possibilidade o Ministro ora levanta, de acabar com o fator.

Era isso, Sr. Presidente. Peço que se considere na íntegra meus dois pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma verdadeira onda “tsunami” de demissões atingiu o setor naval das cidades de Rio Grande e São José do Norte, no Rio Grande do Sul.

O Sindicato dos Metalúrgicos informa que entre novembro e janeiro deste ano, 16 mil pessoas ficaram desempregadas. Sabe-se que demissões também estão ocorrendo nos estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Várias manifestações já ocorreram na cidade de Rio Grande com apoio da Federação dos Metalúrgicos do RS, centrais sindicais, confederações, e outros movimentos sociais.

O comércio local, empresários, transporte coletivo, a sociedade civil como um todo, agentes políticos, prefeitura, vereadores, deputados estaduais e federais, também aderiram à mobilização.

Na sexta-feira, dia 20, passada recebi uma mensagem do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande e São José do Norte, Benito de Oliveira Gonçalves. Diz ele:

Prezado Senador Paulo Paim. Venho, respeitosamente, por meio deste, solicitar um pedido de socorro em nome de toda a classe trabalhadora das cidades de Rio Grande e São José do Norte.

Quero relatar que o momento aqui esta um caos, devido a grande incerteza do setor Naval. E, para piorar, já não bastasse a demissão de mais de 16 mil trabalhadores (já fomos 24 mil aqui, e, hoje, não chegamos a sete mil), o Grupo QGI que tinha a nossa esperança com os contratos das P-75 e P-77, esta semana coloca na mídia que devido a falta de comprometimento, não da Petrobras, mas de alguns diretores que deixaram de cumprir o pagamento de serviços feitos, além do contrato, coloca a disposição os dois contratos, pois alega que não está havendo negociação por conta da Petrobras.

Senador Paulo Paim – prossegue o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos – só gostaria de lembrar que quando se diz que uma empresa é corrupta estão esquecendo da funcionária do cafezinho, do ajudante do soldador, de toda classe trabalhadora, de toda a sociedade que vive de forma direta e indireta em torno da empresa.

Por isso, senador, eu lhe pergunto: é justo deixar esses seres humanos, dignos e sofridos, desempregados pela incompetência de algumas pessoas?

As empresas, os seus diretores, podem ser punidas por estarem envolvidos, mas o nome da Petrobras não pode ser arrolado por conta de alguns.

Não estamos só defendendo a Petrobrás. Estamos, sim, defendendo toda uma sociedade que acreditou na retomada do setor naval, que se qualificou muitas vezes vendendo até mesmo objetos pessoais para ter uma oportunidade E quem entrou para o setor? Que acreditou nos juros baixos e fez investimentos para ter sua casa, seu carrinho ou até mesmo um terreno, ou quem sabe para viver um sonho prometido de uma vida diferente.

A quem podemos pedir ajuda senador Paim? Não gostaríamos de acreditar que tudo não passou de um sonho ou até mesmo de um projeto para nos iludir.

Minha opinião, Senador Paim, é muito particular. Além de tudo poderemos perder para a China e Indonésia, países onde é mais barato a construção pelo fato da mão de obra ser quase escrava. Será que meu país vai continuar incentivando esta pratica de escravidão, retirando nosso trabalho e mandando para lá. Neste sentido te peço socorro em nome de milhares de trabalhadores que um dia acreditaram em alguém que disse a seguinte frase: tudo que pode ser feito no Brasil será feito no Brasil.

Somos brasileiros, temos sonhos e sabemos que uma simples decisão corajosa de alguém que prometeu nos defender pode não deixar este barco afundar novamente, e se isso não acontecer somente Deus poderá nos salvar.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na próxima sexta-feira, dia 27, o ministro Miguel Rosseto, da Secretaria-Geral da Presidência da República vai receber, no Palácio do Planalto, uma comitiva lá do meu Rio Grande do Sul para tratar o assunto.

Este grupo será composto por representantes de entidades sindicais, lideranças políticas e da sociedade civil. Eu estarei lá.

Os trabalhadores e a comunidade em geral estão unidos em defesa dos direitos e dos postos de trabalho do Polo Naval e de toda a cadeia de investimentos que ele representa para a região, para o Rio Grande do Sul e para a economia brasileira.

Sr. Presidente, não há como não se emocionar com a mensagem do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e grande brasileiro, Benito de Oliveira Gonçalves.

Os trabalhadores não podem pagar a conta por atos ilícitos de pessoas que não estão comprometidas com o coletivo, com o social, com o desenvolvimento do nosso país.

A minha origem é o movimento sindical. Fui presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas. Presidi a central estadual dos trabalhadores. Ajudei a criar a CUT e fui seu primeiro secretário-geral.

Cresci ouvindo meu pai falar em Getúlio Vargas, na CLT, nos direitos dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, na defesa dos discriminados, na campanha o Petróleo é Nosso, na soberania nacional.

Só tenho a dizer que nunca me afastei das minhas raízes e da luta dos trabalhadores brasileiros.

Eu venho do chão de fábrica. Eu sei o que é cheirar ferro quente e derretido nas fundições, eu sei qual é o calor do fogo da solda.

Eu sei qual é o som da batida do martelo-de-tonelada nas forjarias. Isso faz parte da minha vida e disso eu não abro mão.

A vocês metalúrgicos de Rio Grande e São José do Norte, a vocês trabalhadores, homens e mulheres do nosso país, lembro aqui, de uma passagem do filme *Vinhas da Ára*.

Onde houver uma luta para que os famintos possam comer, nós estaremos lá. Estaremos onde os homens gritam quando estão enlouquecidos.

Estaremos onde as crianças riem quando estão com fome e sabem que o jantar está pronto.

E quando as pessoas estiverem comendo o que plantaram e vivendo nas casas que construíram, todos nós também estaremos lá. Não podem acabar conosco. Vamos continuar a nossa luta. Pois nós somos o povo.

Em defesa dos empregos, em defesa do Polo Naval, em defesa da Petrobrás, em defesa da dignidade e da justiça. Viva o Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de falar da minha alegria diante da notícia de que o Governo Federal está disposto a negociar, junto com a MP 664/2014, o fim do fator previdenciário.

Em reportagem do Jornal *Estado de S. Paulo* de hoje, intitulada “Governo quer mudar fórmula de aposentadoria”, o Ministro da Previdência – Carlos Gabas, disse que:

“(…) o governo Dilma Rousseff vai iniciar uma discussão com os movimentos sindicais para acabar com o fator previdenciário”

Essa notícia, Sr. Presidente, me deixou, mesmo, muito satisfeito, pois vem ao encontro das minhas preocupações, tanto que, pensando exatamente neste mesmo sentido, apresentei, no início de fevereiro, a emenda nº 334, que pretende trocar o Fator Previdenciário pela fórmula 85/95.

Essa proposta encontra consenso entre quase a totalidade dos movimentos sociais e, segundo a reportagem, conta também com a defesa do atual Ministro da Previdência Social.

Fico feliz que o governo esteja buscando um consenso com o parlamento.

Acredito, realmente, que possamos chegar a um entendimento amplo entre Congresso, Movimentos Social e Executivo, sem radicalismos.

A emenda proposta vem resgatar uma das principais demandas dos trabalhadores.

A troca do fator pela fórmula 85/95 tem sido uma reivindicação alternativa para restituição dos valores das aposentadorias, além de trazer uma isonomia com os servidores públicos.

O fator previdenciário, criado pela Lei nº 9.876, de 1999, para o cálculo do valor da aposentadoria, trouxe perdas significativas para os trabalhadores segurados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), principalmente para aqueles cujos benefícios tinham valor superior ao salário mínimo.

Por mais de uma década, os setores sindicais mais representativos, bem como os órgãos associativos ligados aos aposentados e pensionistas vêm combatendo esse mecanismo.

Muitos estudos têm demonstrado que a criação do famigerado Fator não tem cumprido seu papel primordial de adiar a data da aposentadoria.

Os trabalhadores, apesar das perdas, se aposentam e tornam a ingressar no mercado de trabalho para suprir as constantes perdas.

Defendo um amplo debate de ideias para que possamos promover os ajustes que são necessários.

As duas Medidas Provisórias editadas no final de 2014: a MP 664 e a MP 665, do modo como se apresentam, reduzem direitos presentes na atual Constituição.

Sempre defendi e continuarei defendendo, com toda a minha garra, os direitos constitucionais assegurados na Carta Maior

É importante que os anseios do nosso povo, desta gente que trabalha, dos cidadãos que colaboram com seus impostos para esse país ser grandioso, sejam resguardados!

Por isso, repito, é realmente muito positiva essa disposição do nosso Governo de olhar para essa questão crucial que é o fator previdenciário e seus efeitos na vida da nossa gente.

E creio ser muito oportuna a emenda que apresentamos como o amparo ao maior apelo social.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a. Vi que V. Ex^a se emocionou inclusive, Senador Paim, quando fazia a leitura da carta de um metalúrgico. Todos nós estamos preocupados. Eu, particularmente, tenho conversado diariamente sobre essa questão.

Nós estamos fazendo algo sobre o que devemos refletir mais. Está sobrando para os trabalhadores. O Brasil passou esses últimos dez anos construindo um ambiente de emprego, de oportunidade de trabalho, passou a ser uma referência para o mundo. Agora, nesse clima de caça às bruxas, de todo mundo sob suspeição, primeiro, você paralisa uma empresa, para depois apurar. É muito grave! O pior é que todo mundo fica quieto, achando que é uma coisa ou outra, mas a realidade está se impondo: são milhares de trabalhadores sendo despedidos, temos greves no Sul do País.

A situação é muito grave, e nós devemos refletir e separar as coisas. O combate à corrupção é algo que tem o aval de todo cidadão brasileiro e de todos nós. Isso é uma questão central, fundamental; mas nós temos maneiras de fazer isso sem misturar as coisas.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sem parar o País.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Sem paralisar o País e sem pôr a carga nas costas dos trabalhadores.

Então, parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento.

Faço a leitura de dois expedientes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão Debate Temático, conforme aprovado neste plenário, a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a discutir a Reforma Política.

Então, amanhã, haverá uma sessão temática, dentro daquelas sessões temáticas que nós aprovamos aqui. Amanhã, teremos a primeira deste ano, exclusivamente para debater a reforma política.

A Presidência comunica, ainda, que estão abertas as inscrições para a referida sessão. *(Pausa.)*

Inclusive, estou me inscrevendo, porque há uma série de matérias que eu apresentei e que quero ter a oportunidade de debater amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, terça-feira, às 19 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a leitura de expediente e apreciação das seguintes matérias:

– **Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2015**, que cria regras para o funcionamento das sessões do Congresso, modificando o Regimento Comum;

– **Vetos Presidenciais nºs 31 a 34, de 2014;**

– e **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014.**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Eu convido, então, para fazer uso da palavra, como Líder, o Senador Acir Gurgacz. Em seguida, será o nobre Senador José Medeiros, que já está aqui. E eu estou fazendo uma permuta para que eu possa ir para o lugar do Capiberibe, para que ele não perca a inscrição e eu fique como o terceiro orador inscrito.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Acir, pela Liderança do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, venho, esta tarde, trazer um

tema a respeito do qual recebi, através das redes sociais e de telefonemas, muita reclamação durante todo o início deste ano, que é a questão do Fies. Milhares de estudantes que estão voltando às aulas nas faculdades e universidades brasileiras de todo o nosso País ou que estão começando agora o curso superior ainda estão preocupados com as dificuldades para a realização de novas inscrições no Fies.

O Fies tem dado oportunidade para que os jovens que não têm recurso financeiro para pagar uma faculdade tenham condições de ter acesso ao nível superior. E, assim, nós passamos a uma nova fase na história do nosso País, uma história em que nós vamos ter se formando, ao longo dos próximos anos, não apenas aqueles jovens cujas famílias têm condições para pagar suas faculdades, mas também pessoas que não tinham a menor condição financeira de estar em uma faculdade e que hoje estão na faculdade exatamente por conta deste programa que é o Fundo de Financiamento Estudantil, do Governo Federal.

As dificuldades ocorrem, porque o Ministério da Educação reabriu apenas nessa segunda-feira o Sistema Informatizado do Fies para os novos contratados. As inscrições poderão ser feitas até dia 30 de abril.

A abertura de novas inscrições do Fies demorou um pouco e deixou muitos estudantes angustiados neste início do ano, mas a boa notícia é que o sistema está funcionando muito bem para as novas inscrições desde as primeiras horas do dia de hoje. E tudo indica que os estudantes que se enquadrarem nas novas regras serão atendidos com o financiamento das mensalidades. Segundo o Ministério da Educação, após a validação das informações durante as inscrições, o estudante deverá comparecer a um agente financeiro do Fies na Caixa Econômica Federal em até dez dias para efetivar o contrato.

O Ministério da Educação também explica que o sistema foi retirado do ar para atualização por conta de mudanças nas regras de concessão e de renovação desse benefício, que foram publicadas em portarias do Governo Federal no final do ano passado.

Agora, a preocupação dos estudantes, principalmente dos filhos de famílias de baixa renda, e de alguns especialistas de educação é que as novas regras possam restringir o acesso a financiamento justamente aos estudantes de baixa renda, exatamente aqueles que mais precisam do Fies. Isto deverá ocorrer, porque serão ampliadas as exigências qualitativas dos alunos, ou seja, eles terão que ter melhores notas no Enem – no mínimo 450 pontos – e não poderão zerar a redação. Antes não havia nota mínima, bastava fazer o exame, embora eu entenda também que não é um problema haver uma nota mínima do Enem para que o aluno tenha acesso à faculdade, pois não basta ter acesso à faculdade e à universidade, tem que ter condições para estar lá sentado e se formar também.

Essas mudanças são questionadas pelos estudantes que estão na margem desse índice ou que ainda entram na faculdade através do vestibular específico, sem realizar a prova do Enem.

Essas mudanças, de modo geral, são positivas e justas, pois estão sustentadas nos princípios do mérito e da isonomia, mas não levaram em conta a realidade brasileira e a própria política do Governo para a educação superior sustentada na inclusão social e na universalização do ensino. Foi uma medida matemática inserida no contexto de ajustes nas contas públicas, que, segundo especialistas, deve reduzir em 20% as matrículas já neste semestre nas faculdades e excluir entre 30% e 40% dos alunos da rede pública do acesso ao Fies por terem nota abaixo de 450 pontos.

As novas regras irão restringir o acesso ao ensino superior justamente aos estudantes de baixa renda, aos que mais precisam do apoio do Governo para acessar o ensino superior. E, mais uma vez, somente quem tem dinheiro, ou seja, somente os filhos das famílias de alto poder aquisitivo, que tiveram uma boa formação no ensino fundamental e no ensino médio, é que terão acesso ao ensino superior, seja ele público, seja ele privado.

Além disso, a adequação do sistema eletrônico para gestão do Fies teria que ter sido feita em tempo hábil para não prejudicar o ano letivo de quem já recebe o benefício e de quem está querendo se matricular agora, já com o benefício assegurado.

Esse é o caso da estudante Jaqueline Barros, de Itapuã do Oeste, lá de Rondônia, que, em entrevista à imprensa regional, disse que tenta, desde o final do ano passado, acessar o sistema do Fies para fazer a sua inscrição. A Jaqueline conta que quer iniciar agora, neste semestre, a faculdade de odontologia, em Porto Velho, e conta com o Fies para poder pagar a matrícula e as mensalidades deste primeiro semestre.

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Se isso não acontecer, ela não terá condições de iniciar sua faculdade de odontologia.

Assim como milhares de estudantes em todo o Brasil, essa rondoniense poderá fazer a inscrição a partir de hoje, até o dia 30 de abril. Vamos torcer para que possam ter acesso ao financiamento estudantil, para que os sonhos e planos desses jovens não sejam interrompidos ou adiados. Os sonhos e os planos desses jovens são também o sonho de milhares de famílias, de pais e mães que querem o melhor para os seus filhos e para o

nosso Brasil, pois é através do curso superior que esses jovens irão conquistar melhores posições no mercado de trabalho, contribuir com o aumento da renda nas suas famílias e, por consequência, contribuir com o desenvolvimento da Nação brasileira.

O Fies, assim como o ProUni (Programa Universidade para Todos), é uma boa política do Governo Federal e tem ampliado, a cada ano, o acesso para os jovens de baixa renda ao ensino superior. Segundo dados do Ministério da Educação, o número de novos contratos cresceu quase dez vezes em quatro anos: em 2010, foram fechados 76 mil contratos do Fies; em 2014, esse número subiu para 731 mil contratos. No ano passado, o Governo gastou R\$9 bilhões com o Fies; a previsão para este ano é um investimento de R\$15 bilhões. O que não podemos é retroceder. Nós precisamos continuar com esse programa, que é da maior importância para o desenvolvimento do nosso País.

Os avanços e os benefícios precisam ser preservados e ampliados. Entendo que, no momento em que o Governo Federal adota o *slogan* “Brasil, Pátria Educadora” e que a Presidenta Dilma Rousseff coloca a educação como prioridade de seu novo mandato, o fortalecimento do Fies, do ProUni, do Pronatec e de todo o ensino básico, fundamental e médio deve se tornar questão de honra para o Governo e para todos os brasileiros.

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Mais do que prioridade e *slogan* de Governo, a educação de qualidade tem que se transformar em realidade, tem que acontecer no dia a dia de nossas escolas e universidades e se fazer presente na formação de todo cidadão, em todos os níveis, da creche à pós-graduação. Só assim, o Brasil vai deixar de ser um país emergente e se tornar de fato a sexta ou quem sabe a quinta maior economia do Planeta, com mais qualidade de vida para toda a população. Só assim, o Brasil se tornará uma Pátria Educadora.

Também neste sentido, solicito ao Relator Geral do Orçamento, o Senador Romero Jucá, que efetive o remanejamento de R\$18 milhões do orçamento previsto para o Ministério do Trabalho para as ações no âmbito do programa trabalho, emprego e renda, para viabilizar a implementação do projeto Universidade do Trabalhador, iniciativa que irá qualificar trabalhadores em uma plataforma tecnológica moderna de ensino à distância, conforme solicitação do nosso Ministro do Trabalho, Manoel Dias, já feita formalmente ao Relator e aos demais Senadores. Então, fica aqui o nosso pedido ao Senador Romero Jucá para que atenda a esse pedido do nosso Ministro Manoel Dias, Ministro do Trabalho, fazendo o remanejamento de R\$18 milhões do orçamento previsto para o Ministério do Trabalho para as ações no âmbito do programa trabalho, emprego e renda, para viabilizar a implementação do projeto Universidade do Trabalhador. É um programa importante para os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era isso o que tinha a tratar na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Acir Gurgacz. Inclusive, eu trouxe também o tema do Fies, que me preocupa muitíssimo. Acho que essa é uma política fantástica que o Governo da Presidenta Dilma e o governo do Presidente Lula trouxeram para o País, para a nossa juventude, para dar uma oportunidade de estudo. O Brasil tem que criar uma política, sim, de subsídio para poder financiar quem não tem, quem não pode, quem não sabe. É claro que, se há abusos, vamos corrigi-los. Há abusos de universidade, de faculdades, é verdade. Vamos combater o abuso, mas não combater o programa, que é tão importante. O Ministério da Educação ficou, hoje, de apresentar as modificações e regularizar a situação. Tomara que isso aconteça. Cumprimento V. Ex^a.

Eu convido para fazer uso da tribuna, como orador inscrito, o Senador José Medeiros.

Depois, eu falarei, mas, como o Senador Ricardo Ferraço, querido pai do Arthur, está inscrito pela Liderança, então, pode ser ele agora; depois, V. Ex^a; depois, eu falo. Ou, se V. Ex^a quiser, logo após a minha fala, como queira.

Caro colega Senador José Medeiros, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos que nos assistem pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos acompanham pelas redes sociais, Irineu Evangelista de Sousa ficou órfão aos cinco anos de idade. Aos nove, em troca de casa e comida, começou a trabalhar em uma pequena loja na Praça do Comércio, no Rio de Janeiro. Ele trabalhou por lá até os vinte e sete anos. A respeito dessa época, escreveu o seguinte: “Na primavera da vida, eu já havia adquirido, por meio de infatigável e honesto labor, uma fortuna que me assegurava a mais completa independência”. O ano, Sr. Presidente, era 1840. Irineu, como costumamos dizer, já estava com o burro na sombra. Entretanto, trabalhador infatigável que era, ele teve o sonho de criar uma versão tropical da revolução que testemunhara na Inglaterra, uma versão brasileira da Revolução Industrial. Iniciava-se, então, a segunda fase de sua vida. Irineu fundou a primeira indústria siderúrgica, o primeiro estaleiro naval e a primeira estrada de ferro do Brasil. Abasteceu a capital do Império com água encana-

da e substituiu os lampiões a azeite de peixe pela moderna iluminação a gás. Criou a primeira companhia de navegação a vapor da bacia amazônica, ligou o Brasil à Europa por meio de cabos submarinos e refundou o Banco do Brasil. Tornou-se o homem mais rico do Império. Segundo alguns, tornou-se mais rico do que o próprio Imperador. E talvez tenha sido esse o seu pecado.

Em 1878, aos 65 anos, escreveu um pequeno livro – *Exposição do Visconde de Mauá aos Credores de Mauá & Cia. e ao Público* – e fez ali um relato de sua vida. Em resumo, Irineu – então Visconde de Mauá – chegou à seguinte conclusão:

Não preciso dizer-vos que errei, e errei grosseiramente, optando por uma nova vida de atividade sem exemplo em nossa terra [...]. [...] Em outros países, outros elementos auxiliarão os esforços da iniciativa individual vigorosa para alcançar altos propósitos, em bem dos interesses gerais. [E] eu afaço ter sido [esse] o pensamento dominante que atuou em meu ânimo, rodando todas as outras considerações muito abaixo desse nível.

Irineu foi à falência e passou os últimos anos de sua vida lutando para honrar seus compromissos e pagar o último cobre ao último credor. Em 1889, faleceram ambos: Visconde de Mauá e o Império Brasileiro.

Depois de sua morte, algumas décadas foram necessárias para que o Brasil iniciasse, finalmente, sua industrialização. De 1930 a 1970, a indústria cresceu vigorosamente, e o Brasil, de um País arcaico e rural, se tornou moderno e urbano. Nas décadas seguintes, o vigor de outrora arrefeceu, e, a partir de meados da década de oitenta, a importância relativa do setor industrial no PIB brasileiro começou a diminuir. E diminuiu de tal forma, que um novo termo teve de ser incorporado ao jargão econômico, um termo que temos ouvido, Sr. Presidente, cada vez mais e com frequência perturbadora: desindustrialização. A palavra é complicada, mas tanto o doutor mais estudado quanto o operário mais humilde lhe entendem o significado. E V. Ex^{as}, tanto o Senador Paim, quanto V. Ex^a, agora há pouco, registraram nesta tribuna a preocupação que levantamos aqui agora. Atrás dessa palavra, temos menos crescimento, menos riqueza, menos oportunidades e menos empregos. Eu creio que estas, talvez, sejam as maiores preocupações do País neste momento: a desaceleração da economia, o processo de desindustrialização e a queda dos empregos.

Tal é a realidade da indústria brasileira. A despeito dos planos levados a cabo ao longo dos últimos anos, a indústria definha.

Nos idos de Fernando Henrique Cardoso, enquanto o governo cuidava dos fundamentos macroeconômicos, a indústria iniciava seu processo de sofrimento. O governo Lula, com seu Programa de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior e com sua Política de Desenvolvimento Produtivo, não logrou reverter o movimento de queda. O primeiro governo Dilma, com seu Plano Brasil Maior, também não obteve êxito. Nossa indústria de transformação, que, em 1950, era responsável por um quinto do PIB e que, na década de 80, ultrapassou um terço, aproxima-se hoje de um décimo do PIB.

Pode haver quem argumente que a vocação do Brasil é a agropecuária, a mineração, que as cores da Bandeira Nacional nos revelam que nossas matas são mais verdes, que nosso subsolo é mais rico e que nosso destino é a exportação de *commodities*.

Sr. Presidente, represento um Estado, o Mato Grosso, que é um dos maiores exportadores de produtos primários do País. Enquanto o Brasil fechou o ano de 2014 com um déficit na balança comercial de quase US\$4 bilhões, Mato Grosso teve um superávit de US\$13 bilhões. Mas, a despeito de nosso sucesso local, eu acredito que a mera exportação de *commodities* não é o caminho suficiente nem seguro para que o Brasil consiga atingir o nível de prosperidade de que os brasileiros tanto necessitam. Acredito que não podemos nos dar ao luxo de desprezar nenhuma estratégia para agregar valor aos nossos produtos. Nossa indústria precisa tornar-se competitiva, reduzindo custos e aumentando a produtividade. E, justamente por acreditar nisso, venho me perguntando: como alcançar esses objetivos?

Os economistas e o próprio setor industrial consideram que há vários flancos a serem atacados. Mencionarei alguns. Em primeiro lugar, não por acaso, nossa educação precisa melhorar. É fundamental que a educação básica prepare nossas crianças para prosseguir nos estudos. É preciso eliminar os obstáculos que a formação deficiente lhes impõe. Em segundo lugar, nosso sistema tributário precisa tornar-se mais simples e mais eficiente, precisa livrar-se da cumulatividade que tanto prejudica as cadeias produtivas e precisa armar-se de mecanismos que beneficiem os investimentos produtivos.

Hoje, Sr. Presidente – não sou eu que digo –, os profissionais que lidam com a contabilidade no dia a dia das empresas já não conseguem acompanhá-la, por mais que estudem, devido ao tanto que muda o nosso arcabouço jurídico tributário.

Cada Estado e cada Município editam por dia uma normativa, e o que vale pela manhã já não vale à tarde. Isso nos atrasa, isso cria gargalos, isso nos deixa menos competitivos.

Em terceiro lugar, nossa infraestrutura precisa alargar-se e aprofundar-se, aumentando o estoque de capital investido, proporcionando segurança energética e modais de transporte eficientes. Como podemos competir com países como a China, os Estados Unidos ou a Coreia do Sul, quando nossos produtos são sangrados por rodovias, hidrovias, ferrovias e portos insuficientes e ineficientes?

Essas são apenas algumas questões que precisamos enfrentar. A mensagem que fica é a seguinte: a indústria brasileira precisa da nossa atenção.

Quando falo aqui sobre esses gargalos, Sr. Presidente, vale lembrar que hoje nós fazemos parte dos ditos emergentes, dos BRICS: Brasil, China, Índia, África do Sul, Rússia. E, infelizmente, cabe-nos aqui dizer que, entre esses, estamos bem atrás em termos de educação, que, entre esses, estamos bem atrás em termos de logística e de infraestrutura.

Sr. Presidente, nós brasileiros temos, sim, vocação para a indústria de ponta, para a indústria de alta tecnologia e de alto valor agregado.

Agora, há pouco, o Senador Paim dizia da importância de fazermos aqui o que pudermos fazer. Ele falava em termos da nossa indústria. Se pudermos construir nossas plataformas aqui, nós as construiremos aqui. Mas é preciso avançar, é preciso ter vontade para isso.

Para a indústria de alta tecnologia e de alto valor agregado, é necessário termos mão de obra capacitada, é necessário termos mão de obra qualificada. E, como dissemos aqui, isso só vem através da educação.

Uma prova disso foi dada no último dia três de fevereiro, quando uma aeronave de 35 metros de envergadura, capaz de decolar com 81 toneladas e de voar a 850 quilômetros por hora, sobrevoou pela primeira vez os céus de Gavião Peixoto, no interior do Estado de São Paulo. Trata-se, Sr. Presidente, do KC-390, o novo avião de transporte a jato da Embraer, a maior e mais avançada aeronave já produzida no País, uma conquista que deixaria Casimiro Montenegro, o fundador do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), muito orgulhoso.

Aliás, o ITA é motivo de orgulho em termos de educação no País.

É nesse tipo de presente, Sr. Presidente, que enxergo nosso futuro, um futuro que só se construirá a partir do esforço continuado de cada um de nós, que só se realizará se conseguirmos forçar uma mudança de curso em nossa história econômica. O futuro de modernidade, de prosperidade e de justiça social foi sonhado há quase 200 anos por Irineu Evangelista de Sousa, o nosso Barão de Mauá.

Sr. Presidente, como eu disse, venho do Estado de Mato Grosso, cuja economia é lastreada na produção, na agricultura, mas, infelizmente, pouco valor agregamos aos nossos produtos. Vários Estados do Brasil têm a mesma base econômica e também pouco agregam valor à sua indústria. Como eu disse aqui, além de não agregarmos valor, mesmo na simples exportação, estamos com dificuldades de competição, porque nossos concorrentes têm modais de transporte e formas muito mais eficazes para competir no cenário internacional.

Então, Sr. Presidente, é um tema sobre o qual esta Casa deve se debruçar. Que o Governo possa também refletir sobre o fato de que não temos como avançar, de que não temos como melhorar índices de emprego, de que não temos como competir no cenário internacional se não olharmos atentamente para o tema de que tratamos aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador José Medeiros.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, para que eu faça uso da tribuna.

Em seguida, falará o Senador Ricardo Ferraço.

Então, farei uso da tribuna, e V. Ex^a falará em seguida.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Com a palavra, o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Casa, que permutou com o Senador João Capiberibe.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, lamento ter de vir à tribuna do Senado para compartilhar com todos a situação de muita gravidade que a região do Alto Acre enfrenta, com uma das maiores cheias no Rio Acre de toda a história.

A cidade de Assis Brasil, a cidade de Iñapari, no Peru, e a Vila Boliviana, também na Tríplice Fronteira, ficaram absolutamente submersas, há pouco menos de uma semana, por conta do volume de chuvas. As imagens são impressionantes. Eu trago aqui as imagens. As fotografias são impressionantes. A cidade ficou completamente submersa, por conta de quase 40 horas de chuva. E essa água do Rio Acre, das cabeceiras do Rio Acre, esse volume de chuva agora atinge a cidade de Brasileia, Senadora Ana Amélia. V. Ex^a conhece bem o Brasil e esteve na região. Toda a cidade velha está submersa, toda ela.

Em 2012, houve este fenômeno, uma cheia repentina, talvez por conta do assoreamento dos rios, por conta da mudança de clima. O certo é que está faltando chuva em alguns lugares e que está chovendo demais em outros.

Meu pai é de Brasileia, tem 86 anos. Eu conversava com ele em Rio Branco. Ele, que nasceu no final da década de 20, nunca, nem para trás, nem para frente, teve referência de cheias tão grandes. Há a parte velha da cidade. Então, nunca a água chegou aonde chegou em 2012 e aonde chegou agora.

O Governador Tião Viana estava aqui em Brasília e retornou para lá.

O que aconteceu é que, por conta de termos implantado um sistema de monitoramento ao longo do Rio Acre, por conta da cheia de 2012, graças à Agência Nacional de Águas e ao Ministério do Meio Ambiente, foi possível agora monitorar e avisar: "Vai alagar a cidade inteira com o volume de água que está chegando. O nível da água está subindo." Mas os prejuízos são incalculáveis. Não há o que se discutir. Não é situação de emergência, é de calamidade pública.

Falei hoje com o Ministro Occhi, que, inclusive, é do Partido de V. Ex^a, Senadora Ana Amélia. Marcamos já para amanhã uma reunião de toda a bancada do Acre às 16 horas. Falei com o Senador Gladson. Falei com o Senador Petecão, que é coordenador da bancada. Ajudei a organizar essa reunião. Pedi ao Senador Petecão, como coordenador, que convocasse os Deputados Estaduais e as Deputadas também, para que, juntos, pudessem fazer essa audiência, para pedir que, imediatamente, uma equipe da Defesa Civil nacional possa somar-se ao esforço da Defesa Civil local nos Municípios e nos Estados e ao esforço do Governador Tião Viana. Se não fosse a iniciativa do Governo, a situação seria ainda mais dramática.

A Deputada Estadual Leila, que é ex-Prefeita de Brasileia, se soma e tem pedido ajuda desde o começo.

Nós temos uma situação, inclusive, atípica – aqui, eu tenho uma imagem –, porque o rio deve apartar, em breve, e uma parte da cidade vai passar a fazer parte da Bolívia, já que toda a margem direita do rio é Bolívia. Na hora em que apartar, nós vamos ter um contingente da população que vai ficar numa situação absolutamente atípica.

A situação é muito grave. A população de Brasileia nem mesmo se recuperou da alagação de 2012, que levou uma boa parte do comércio – as obras de reconstrução ainda estavam ocorrendo –, e vem essa cheia que, hoje pela manhã, estava num nível muito próximo do nível alarmante de 2012.

Essa água também já atinge o Município de Xapuri, que está vivendo uma situação de emergência: as ruas viraram rios, os carros não podem trafegar e toda a locomoção é feita a partir de canoas, de barcos.

O Rio Acre, também em Rio Branco, já atinge um nível muito elevado, já desabrigando famílias. Agora há pouco, eu tive que fazer uma correção. Falei com o Prefeito de Rio Branco, Marcus Alexandre, e a cota do nível de água era 14,66. Agora, já está em 14,74, e o número de famílias já aumentou. Só não aumentou mais ainda por conta do trabalho que o Governador Tião Viana fez, com a Cidade do Povo, numa parceria com o Governo Federal. Começou com a Presidenta Dilma, e já temos 1,6 mil famílias que estão nessa região, que é um conjunto, uma cidade nova que está sendo feita exclusivamente para as populações que moram na área de risco e em áreas alagadas.

Esse é um exemplo para o Brasil, para que não se tenha o que se chama, em alguns lugares, de indústria da seca ou indústria da cheia e para que haja mais responsabilidade dos gestores públicos municipais, a fim de que não se tenha uma ocupação irregular em áreas de risco e não se tenha, aí, uma situação em que os que menos podem sofrem mais.

Normalmente, as áreas de invasão, as áreas de risco, as áreas alagadas, as áreas baixas de uma cidade são áreas ocupadas pela população mais pobre. É exatamente esse que não tem nada, que o pouco que tem está dentro de casa, que sofre o maior prejuízo quando se tem uma cheia como a que nós estamos enfrentando no Acre.

Então, eu queria dizer que os números são mais que preocupantes. São alarmantes.

Espero que a Defesa Civil Nacional possa mobilizar, imediatamente, um contingente de profissionais para que se dirija ao Acre e nos ajude no enfrentamento dessa situação.

Hoje, falei com o Ministro Gilberto Occhi. Ele falou com o Governador ontem, domingo. Tem ficado atento, como Ministro da Integração. Pedi a ele esse apoio, e está garantida a reunião amanhã, às 4h da tarde. Vai estar presente também à reunião o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, o General Adriano Pereira Júnior.

Quero, daqui, prestar minha solidariedade à população de Assis Brasil. Coloco-me à disposição do Prefeito Humberto Filho, Betinho, Prefeito de Assis Brasil, para ajudar no que for necessário, como Vice-Presidente da Casa, como Senador pelo Acre, como tenho feito a partir da minha experiência de ex-Prefeito e de ex-Governador com o Município de Tarauacá, com o próprio Município de Rio Branco, enfim, com todos os Municípios que têm enfrentado problemas de cheia dos nossos rios. Falei hoje, pela manhã também, com o Prefeito de Xapuri, Marcinho Miranda, colocando-me à disposição.

A situação é muito grave, e ainda estou tentando comunicação com o Prefeito André Hassem, de Epitaciolândia, e Everaldo Gomes, mas a situação é tão grave que Brasileia está sem comunicação e com o risco, inclusive, de desligamento total do abastecimento de energia por conta do nível das águas.

A situação é muito grave, e eu queria, concluindo o meu pronunciamento, dizer que estou apresentando um requerimento, Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras. Acabei de apresentá-lo e peço deferimento com urgência, propondo a constituição de uma comissão temporária externa, composta de cinco Senadores, para que, juntos, possamos ir a Assis Brasil, a Brasileia, a Epitaciolândia, a Xapuri e a Rio Branco. É claro, espero que, nessa comissão, estejam o Senador Gladson e o Senador Sérgio Petecão, meus colegas de Bancada do Acre, e mais alguns Senadores convidados de comissões importantes daqui, do Senado Federal, para tratarmos desse problema com os prefeitos e com as comunidades desses Municípios atingidos.

É preciso ver a realidade, ver o drama que enfrentam o comércio e o setor agrícola. Os pequenos produtores perderam tudo. Os comerciantes foram atingidos, e, não bastasse a crise que o País atravessa, a dificuldade que a nossa economia enfrenta, nós temos agora uma situação da maior gravidade.

O Prefeito de Brasileia, em entendimento com o Governador, está decretando, hoje, calamidade pública. E a situação é de calamidade pública mesmo. O Município de Assis Brasil, agora, está tendo que enfrentar a passagem dessa cheia, e é um momento delicadíssimo quando as águas baixam. Os Municípios de Xapuri e Rio Branco começam a receber as águas que causaram esse desastre natural, sem precedentes, em Assis Brasil e Brasileia.

Então, cumprimento o Governador do Estado, Tião Viana, pela dedicação e pelo cuidado que ele e sua equipe têm tido no sentido de socorrerem as vítimas e de serem solidários com os prefeitos. Indistintamente, têm agido no sentido de socorrer e de dar a solidariedade e o apoio necessários sem olhar para as diferenças partidárias.

Mas queria aqui fazer um apelo ao Governo da Presidenta Dilma, que tem sido sempre prestativo, tanto através do Ministério das Cidades quanto, especialmente, do Ministério da Integração. Como já tive a oportunidade de ouvir do próprio Ministro Gilberto Occhi, ele vai cuidar, pessoalmente – inclusive, nessa reunião de amanhã ele abordará o assunto –, de agilizar as condições para que os prefeitos e o Governador do Acre possam enfrentar esse desastre natural sem precedentes que o povo acriano enfrenta.

Minha família tem origem no Alto Acre. Conheço bem a região e sei que os danos e os prejuízos são incalculáveis para a população de Brasileia, que, agora, se estendem às populações de Epitaciolândia, parte da cidade, Xapuri e Rio Branco.

Então, fica aqui a minha proposta de criação dessa comissão, para que, o quanto antes, o Senado Federal se faça presente, como Casa da Federação, ao ver o sofrimento, o tamanho dos danos e se colocando solidário na busca de ajuda à população do Alto Acre, da população acriana, especialmente a de Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Assis Brasil e Rio Branco, para que possam enfrentar essa dificuldade.

O nosso propósito também é somar forças com o Governador do Estado, Tião Viana, que tem sido incansável no sentido de ajudar as populações, e, claro, ajudarmos todos os prefeitos, independentemente do partido a que pertençam.

Estou confiante em que, a partir de amanhã, a Bancada do Senado, junto com os Deputados Federais, terão algo concreto do Ministro Gilberto Occhi para socorrer as populações do Alto Acre, especialmente Brasileia.

Ouçõ a Senadora Ana Amélia antes de concluir meu pronunciamento.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Senador Jorge Viana, eu lembro, perfeitamente, que V. Ex^a, há dois anos, nessa mesma tribuna, mostrou uma foto em que caminhões estavam submersos na água, aparecendo muito pouco da caçamba do caminhão. Já eram impressionantes aquelas imagens. Essas que o senhor traz hoje repetem, com maior gravidade ainda, a situação de dois anos atrás. Então, nós sulistas – eu, como representante do Rio Grande do Sul, e o Senador Paim –, hipotecamos solidariedade à população mais atingida, que, em geral, são as populações ribeirinhas, que têm habitações mais fragilizadas e são as que perdem tudo o que conseguiram com muito sacrifício: os seus utensílios domésticos, o seu fogão, a sua geladeira, a sua cama, o seu sofá. Isso machuca muito. Às vezes, a própria mídia não visualiza, nacionalmente, esses acontecimentos, que são verdadeiras tragédias. Então, o Acre tem a nossa solidariedade e o que precisar de nós. Eu fico feliz de ver essa união do Estado. O Rio Grande teve uma parte nesse Estado, com Plácido de Castro, num lugar tão longe do centro do Brasil, na fronteira com o Peru e a Bolívia. Mas o que pudermos aqui ajudar, de alguma maneira, nós o faremos. Tem que ser aprovado o orçamento. Isso independe de orçamento aprovado. É emergencial. V. Ex^a classificou muito bem: não é emergência; é calamidade. E calamidade exige providências imediatas, porque as pessoas não podem esperar. Lembro que estive lá depois. V. Ex^a falou que não chegava água, que era difícil chegar gás.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Combustível.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Todos os acessos à cidade de Rio Branco, que é a capital, estavam todos interrompidos. Era só por avião. A Força Aérea Brasileira teve que socorrer para levar mantimentos às pessoas atingidas por essa violenta enchente. Agora, repete-se o fenômeno. Então, o mínimo que podemos oferecer a V. Ex^a e a todos os acrianos é a nossa solidariedade, Senador.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Concluo dizendo que – V. Ex^a é do Sul – tanto o Rio Grande quanto Santa Catarina enfrentam problemas sérios de desastres naturais, com cheias, mas a sazonalidade que havia não há mais. No Acre, tínhamos cheias, em Rio Branco, a cada 10 anos. Era um ciclo. Agora, tivemos essa cheia do Madeira, que isolou completamente o Acre. Sobre essa segunda cheia na região do Alto Acre, em Brasileia, volto a repetir: pelo menos nos últimos 100 anos não se tem notícia – e os mais antigos sempre observam e registram – de uma cheia tão grande como essa. Obviamente há vinculação com o desmatamento, com o assoreamento dos rios, e não dá para fugir do debate sobre mudança do clima. São Paulo enfrenta uma seca que não tem precedente; o Estado de V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, também; Minas Gerais também; e Rio de Janeiro também.

São 50 milhões de pessoas – praticamente 70% do PIB brasileiro estão no entorno dessa região – que vivem problemas de abastecimento de água, e nós, no Acre, na Amazônia, estamos tendo um excedente de água, uma concentração de chuvas. Temos que buscar políticas para lidar com isso, fazendo investimentos onde precisa, cuidando mais da natureza, dos nossos recursos naturais, protegendo melhor os nossos rios, para evitar isso, e cuidando melhor das nossas cidades.

Ouçó o Senador Ricardo Ferraço, para poder concluir a minha fala.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Senador Jorge Viana, em linha com o que disse a Senadora Ana Amélia, eu também desejo expressar a V. Ex^a e à população do Acre toda a minha solidariedade, assim como ao Governador Tião Viana, que, certeza tenho, está envidando todo o esforço para a superação de mais essa crise, na companhia de V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Exatamente.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Estive em Brasileia, no ano passado, oportunidade em que fomos checar, a partir de uma missão da Comissão de Relações Exteriores, o problema da migração dos haitianos em Brasileia, em Etipaciolândia. De modo que estamos solidários com V. Ex^a, na expectativa de que o Governo Federal possa, de fato, ser célere. Esses fenômenos estão atingindo os nossos Estados e as nossas regiões. O Estado de V. Ex^a enfrenta uma cheia, um transbordamento dos rios, que traz grande angústia, prejuízo a muitas famílias, sobretudo às famílias mais pobres, mais carentes. No meu Estado, nós estamos com praticamente um terço do nosso território em estado de emergência, em razão da mais complexa e profunda estiagem que nós enfrentamos nos últimos anos. Os mais renomados institutos e entidades que lidam com o tema afirmam que é a pior estiagem dos últimos 40 anos. Tanto que, daqui a pouco, eu estarei com o Dr. João Rabelo, que trabalha na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, tentando e trabalhando uma resolução, uma reunião de emergência do Conselho Monetário Nacional, considerando a quebra de expectativa de safra dos nossos produtores rurais e, sobretudo, dos pequenos produtores rurais de base familiar do meu Estado, onde o minifúndio lidera, hegemonicamente, a nossa ocupação territorial. De modo que estamos enfrentando problemas e desafios. É importante, independentemente de questões políticas, partidárias, que nós possamos ter o Governo Federal pronto e à disposição dos nossos Estados, para que eles sejam socorridos nesse momento de grande angústia e de grande sofrimento e prejuízo, tanto no Estado de V. Ex^a quanto no Estado do Espírito Santo. Daqui a pouco estarei no Ministério da Fazenda cuidando pontualmente desse assunto, que é um assunto que está trazendo grande problema, porque são produtores que fizeram operação de crédito, que não terão produção e, portanto, não terão como pagar, terão que repactuar as suas operações de crédito e precisam, ao mesmo tempo, renovar as suas operações para que possam levar adiante a sua luta e o seu esforço. De modo que eu quero manifestar a minha solidariedade à população do Acre, a V. Ex^a e ao nosso Governador Tião Viana.

O SR. JORGE VIANA (PT – AC) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço e Senadora Ana Amélia. A V. Ex^{as}, que estiveram em Brasília – a Senadora Ana Amélia conhece bem o Acre, esteve lá –, eu agradeço a solidariedade.

Senador Ricardo Ferraço, nós visitamos aquele lugar por ocasião da questão dos haitianos. Aliás, hoje o abrigo é em Rio Branco graças àquela ação, graças à ação do Governo do Estado, à ida de V. Ex^a lá – existe uma área de acolhimento em Rio Branco que é fruto de uma parceria do Governo do Estado com o Governo Federal, Ministério da Justiça; ela funciona. Aquela área que nós visitamos... Se estivessem lá os 400, 500 haitianos que havia naquela época... Ali existe uma lâmina d'água de mais de um metro, em cima daquela rua que nós visitamos, ali em Brasília. Nenhuma rua daquela parte da cidade ficou em condição de trafegabilidade.

O problema é muito grave. Eu me solidarizo: são prefeitos de oposição que o estão enfrentando, e todos nós temos que estar juntos nesta hora, sem pensar em quem é de um lado ou de outro, porque a população que está pedindo socorro é a população que está enfrentando um gravíssimo problema. E eu, por questão sentimental, pelo carinho, pela relação familiar que tenho com o povo de Brasília, vou me dedicar a buscar soluções. Amanhã espero ter uma boa resposta do Ministro Gilberto Occhi, do Governo Federal, de socorro às famílias de Brasília, Epitaciolândia, Assis Brasil, Xapuri e Rio Branco, que enfrentam essa calamidade com a cheia recorde do Rio Acre.

Muito obrigado então, Sr. Presidente, a V. Ex^a e a todos que me ouviram e me acompanharam pela Rádio e pela TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Esse foi o Senador Jorge Viana.

Passamos à palavra, como Líder, ao Senador Ricardo Ferraço para que faça o seu pronunciamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros que nos acompanham pela TV Senado, no último dia 18 de fevereiro, completou-se um ano da descabida e absurda prisão do líder oposicionista Leopoldo Lopez na Venezuela.

Trata-se de tema que, talvez, possa não significar, ou não impactar o dia a dia de um País como o nosso, que enfrenta tantos e tantos desafios no campo da política, no campo da economia – como se estivéssemos à margem ou à beira de uma tempestade perfeita se formando no âmbito econômico e no âmbito da política. Mas o que está em jogo na Venezuela são valores universais em relação aos quais nós precisamos no empenhar. O que está em jogo é a democracia, o que está em jogo é a liberdade de expressão, que está em jogo é a convivência com a diferença.

Mas, como se isso não bastasse, foi efetuada a igualmente absurda e violenta detenção do prefeito de Caracas, o Sr. Antonio Ledezma, outra importante liderança da oposição a um regime que tem se mostrado reacionário e abusivo, além de incompetente na gestão daquele país, que tem tudo, todas as condições para ser um país próspero e dinâmico.

Agora, o que chama a atenção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – e falo aqui na condição de Parlamentar que atua na Comissão de Relações Exteriores, tendo tido o prazer, inclusive, de presidir essa Comissão nos últimos dois anos – é a timidez, é a forma quase omissa – por que não dizer omissa? – que nós, lamentavelmente, percebemos na nota do Itamaraty a propósito do atual momento vivido pela Venezuela, na qual as partes são instadas a buscar o entendimento, mas sequer é mencionada a prisão, sob vagas alegações de golpismo, de um líder eleito como o prefeito de Caracas, não nos oferecendo nessa quadra, sinceramente, razão para otimismo em relação às mudanças e aos rumos da política externa brasileira.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como aprendemos a duras penas no Brasil que lutou pela redemocratização e em outros tantos países do nosso continente, a liberdade e o direito de expressão, a pluralidade e a possibilidade de dissentir são fundamentos inalienáveis. Nos nossos dias, em qualquer lugar, não pode haver, e não há, legitimidade fora do ideal democrático.

Logo após a abertura dos trabalhos legislativos, ocupei a tribuna para partilhar com colegas Senadores preocupações e expectativas relativas ao novo ciclo da Presidente Dilma Rousseff na área da política externa.

Entre outras muitas correções de rota então assinaladas, sugerimos a necessidade de superar a chamada “paciência estratégica”, que vem dominando a nossa relação com os nossos vizinhos problemáticos.

Cobrei dos formuladores da nossa política externa a capacidade de resistir aos regimes amigos, notadamente os da Venezuela e da Argentina, com quem os governos do PT mantêm fortes vínculos de cunho marcadamente ideológico.

Retorno agora a esta tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, por um sentimento de sincera solidariedade para com o povo venezuelano, para com os filhos e as filhas dessa grande nação vizinha pela qual nutrimos o mais profundo respeito e fraternal admiração.

Ouçó, com extremo prazer, o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Senador Ricardo Ferraço, nossos cumprimentos a V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento – pronunciamento que falta no Palácio do Planalto e no Itamaraty. Não se admite o silêncio do Governo brasileiro diante da violência avassaladora que toma conta da Venezuela, com um presidente truculento, boquirroto, prepotente, autoritário. Esse espetáculo de violência patrocinado por ele ainda agora, com o prefeito detido, é a consagração de um sistema autoritário, implacável, que tem de ser condenado pelos democratas de todo o mundo. Não há justificativa para o silêncio do Governo brasileiro, em nome do nosso povo, em razão das suas tradições democráticas. Essa violência tem de encontrar uma reação à altura do mundo civilizado. E, certamente, um país como o nosso, com sua grandeza, tem de ter presença marcante na hora dessa reação inevitável. A nossa solidariedade também aos venezuelanos e os cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço, Senador Alvaro Dias, e peço permissão a V. Exª para incorporar o aparte que faz ao nosso pronunciamento.

Confesso, inclusive, que é com muita tristeza e também com crescente preocupação que acompanhamos a escalada da crise que castiga nosso querido vizinho do norte e que tanto mal tem feito ao povo daquele país – crise, aliás, que a um só tempo é política, é econômica, é social, enfim, há um conjunto de variáveis que, neste momento, impacta a Venezuela.

Na economia, observamos, incrédulos, que um país com potencial de tornar-se um dos mais prósperos do continente, detentor de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, parece marchar para o absoluto colapso econômico.

É tão severa a escassez de alimentos que as pessoas fazem filas quilométricas, que demoram horas, para comprar produtos básicos, bens essenciais, de primeira necessidade, à manutenção do seu dia a dia.

Tão grave e generalizada é a crise de abastecimento que, segundo recente veiculação da Rede CNN, um pequeno pacote de preservativos chega a custar o equivalente a cerca de €55, ou seja, R\$180, no mercado oficial. É o colapso em todos os níveis do abastecimento.

Estimativas internacionais assinalam o encolhimento de 4% da economia venezuelana apenas em 2014. O déficit fiscal já compromete 20% do produto interno bruto nacional – quase o dobro do índice verificado, por exemplo, na Grécia, que atravessa a pior crise financeira de sua história. A produção de petróleo retraiu-se em 25%, e a inflação já é a maior do mundo.

O flagelo da economia é o flagelo de toda a sociedade venezuelana, que está empobrecida e maltratada. Aumentou expressivamente no último ano o contingente de pobres e miseráveis do país, ameaçando os ganhos sociais – tenho que admitir – obtidos nos primeiros 16 anos em que esteve à frente do Governo o Sr. Hugo Chávez.

Contudo, não é apenas o atual descalabro econômico que serve de combustão ao mal-estar que transborda na sociedade venezuelana.

Ouçó, com prazer, a Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Caro Senador Ricardo Ferraço, eu também vou abordar esse tema, mas V. Exª, como é natural na Casa política... Cada Parlamentar tem uma visão própria a respeito dessa situação – eu diria caótica – que vive a Venezuela. E nesse cenário de gravidade, com desabastecimento generalizado, no qual ser comerciante e vender gêneros de primeira necessidade é um crime, estão sendo presos os empresários sob acusações as mais estapafúrdias, assim como foi a prisão do prefeito de Caracas, Ledezma. Então, para ocultar os problemas gravíssimos que a população já não suporta mais viver – de desabastecimento, dessa falta de liberdade democrática –, o governo cria esses factóides, colocando na prisão um prefeito eleito democraticamente sob a acusação de que está tramando uma conspiração para a derrubada do governo. Chama atenção essa forma tolerante de ver a crise de um vizinho, especialmente quando levamos em conta que tivemos uma atitude completamente diferente quando o Paraguai, dentro da lei, promoveu o *impeachment* de seu presidente: o Governo brasileiro tomou a iniciativa imediata de suspender o Paraguai do Mercosul. Agora a Venezuela é membro do Mercosul, as cláusulas democráticas não são diferentes, são as mesmas cláusulas, e isso que está acontecendo na Venezuela deveria merecer, pelo menos, uma posição mais atenta, porque isso vai comprometer o já enfraquecido Mercosul. Além disso, a Argentina – V. Exª se ocupou deste tema –, nosso parceiro preferencial, acaba de fechar um acordo com a China que praticamente tira o Brasil de cena na relação bilateral. Então, parabéns, Senador Ricardo Ferraço, porque V. Exª teve a coragem de trazer aqui, para falar na Comissão de Relações Exteriores, uma das opositoras ao regime, a Deputada Corina, cujo mandato foi cassado pela mão forte do poder executivo venezuelano.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Agradeço a V. Exª pela atenta e precisa contribuição à reflexão que trago.

Se o Governo Federal, se o Itamaraty, que deve conduzir a nossa política externa, se apequena em um momento como este, o Senado da República não pode, e não deve, ter o mesmo papel. Tampouco deve ser esse o papel da Comissão de Relações Exteriores, até porque ávidos estamos de que o marasmo possa ser superado, a inércia possa ser, no Senado, superada, e nós possamos constituir as nossas comissões permanentes e dar continuidade aos debates, às audiências públicas, dizendo aos brasileiros e a todos os que nos acompanham que não vamos nos curvar diante do que vem ocorrendo não apenas na Venezuela, mas também na Argentina, e que tem grave e grande impacto na realidade brasileira.

Ouçó com prazer o Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Senador Ferraço, muito feliz o seu pronunciamento, que nos remete a uma questão muito importante, que é a soberania do nosso País. A forma como o Brasil vem se comportando – que não é de agora; é de tempos –, como foi no caso com a Bolívia e em

outros aqui na América do Sul, eu diria essa quase cumplicidade com as atrocidades que esses governos vêm cometendo, essas “democracias” – entre aspas –, que pretendem acabar com os opositores não com argumento, mas à bala, é muito complicado. E V. Ex^a colocou bem: nós não podemos nos apequenar. Até porque, como diz o ditado, quem se comporta como verme não pode reclamar quando é pisado. E, infelizmente, se esta Casa não enfrentar esse problema, nós vamos ficar vendo calmamente o Brasil se “venezuelar”. Alguns poderão dizer que é um exagero, mas aqui nós já vemos algumas semelhanças, como: qualquer voz contrária é tachada de golpista. A cada voz contrária, é como se estivessem querendo derrubar o Governo. Sabemos que poder não se ganha, poder se toma. Agora, nós temos um processo aqui já consolidado, de instituições consolidadas, mas temos que ficar atentos, porque, de tempos em tempos, vemos nuances do Governo brasileiro flertando com esses regimes. É decreto que vem para cá, é muita “paciência” – entre aspas –, vamos dizer assim, flertes com essas ditaduras disfarçadas de democracia. V. Ex^a, com toda a experiência que tem, vem aqui e coloca o pingão no is, e eu comungo totalmente com o seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Agradeço a contribuição de V. Ex^a. E, com igual prazer, ouço o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senador Ferraço, apenas um breve aparte para me solidarizar com o pronunciamento muito oportuno de V. Ex^a. Eu fui membro da Comissão de Relações Exteriores desta Casa sob sua Presidência e tenho as melhores lembranças do seu desempenho naquela Comissão. E V. Ex^a hoje, na tribuna, retoma uma linha de trabalho que já iniciou naquela Comissão, na sua Presidência. Eu me lembro da sua atitude corajosa de, em solidariedade ativa ao diplomata brasileiro Eduardo Saboia, ir até a fronteira do Brasil para poder propiciar a saída segura dele de uma situação vexatória e perigosa para ele. Sob a sua Presidência, a Comissão votou um requerimento de minha autoria, de convite ao embaixador da Venezuela para que viesse à Comissão exatamente para tratar de problemas de violação de direitos humanos no seu país, violações que se intensificam e que se agravam. Espero que, na retomada dos trabalhos da Comissão, nós possamos, com o mesmo denodo com que V. Ex^a se empenhou em solidarizar-se com a Deputada Corina, com o Embaixador Saboia, nesta Legislatura, retomarmos essa linha de solidariedade ativa àqueles que lutam pela democracia na Venezuela. Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (PMDB – ES) – Inclusive, com a retomada dos trabalhos na Comissão de Relações Exteriores, com base em resolução que todos nós aprovamos, nós teremos ainda, na primeira quinzena de março, a presença de S. Ex^a, o Chanceler Mauro Vieira, cumprindo determinação desta resolução, para que ele possa debater conosco os rumos da política externa brasileira.

Então, na primeira quinzena de março, teremos a oportunidade de passar em revista todos esses temas; temas que se relacionam à Venezuela, os impactos e a relação com o nosso País desse recente acordo firmado entre a Argentina e a China, que traz impactos muito negativos à construção de uma área comum aqui no nosso Mercosul.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Apenas para concluir Senador, apenas um *postscriptum*: e o Ministro Mauro Vieira haverá de receber na Comissão manifestações veementes de muitos de nós de contrariedade a essa nota covarde do Governo brasileiro em relação aos últimos acontecimentos na Venezuela.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parece-me dever imprescritível de todos nós oferecer uma enérgica contribuição à defesa desses que são valores e princípios que não podem ser negociáveis, dentro, evidentemente, das normas legais e com as armas do Direito em qualquer situação em que ela se encontre em risco. Contra o rastro de crimes e de violações perpetradas pelo Presidente Maduro, temos o dever de invocar a letra dos atos internacionais e dos tratados de que somos signatários.

A República Bolivariana da Venezuela é hoje membro integral do Mercosul, ao qual acedeu com o compromisso de respeito à cláusula democrática inscrita nos documentos constitutivos do Mercosul. Por essa razão, o que acontece na Venezuela ou em quaisquer outros dos países que compõem o Mercosul interessa, sim, ao nosso País.

Nossa longa tradição de não interferência em assuntos de natureza interna de outros países não deve nos impedir de condenar as arbitrariedades cometidas por qualquer país, desde que se transforme em tema com repercussões sobre valores que nos são caros, como a democracia, os direitos humanos e a liberdade de expressão.

Na triste fase atravessada pela política externa do atual Governo brasileiro, em que cálculos ideológicos e até partidários parecem se sobrepor ao que há de permanente e absoluto no interesse nacional, só nos resta esperar que, diante do nítido agravamento da situação venezuelana, o Brasil adote atitude compatível com a sua liderança e com o seu peso político na região.

É essa a manifestação que faço, Sr. Presidente, na expectativa de que o novo Chanceler, o experiente Embaixador Mauro Vieira, possa dar um rumo diferente na coordenação dos rumos da política externa brasileira.

O Brasil deve se oferecer, sim, como mediador, mas não pode continuar se apequenando, não pode continuar se acovardando diante das violações que estamos observando na Venezuela.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Senador Ricardo Ferraço, que fez seu pronunciamento na linha da defesa da democracia plena e das liberdades, com a competência de sempre.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para comunicar à Casa que estou protocolando junto à Mesa um projeto de lei que procura dar uma nova moldura e simplificar o emaranhado de mecanismos legais e burocráticos que transforma importação de medicamentos numa verdadeira via-crúcis.

O projeto racionaliza o procedimento de importação de medicamentos órfãos, sem similar nacional, por parte de empresas importadoras, e estabelece que, mesmo sem regulamentação local, o medicamento pode ser trazido se possuir registro na Comunidade Europeia ou nos Estados Unidos, para o fim que se objetiva dar com a importação.

Em suma, já que o Estado não ajuda no processo de importação ou produção doméstica de determinados medicamentos, é justo que não atrapalhe e ofereça condições e mecanismos céleres para a importação.

Evidentemente, nós estamos tratando daquilo que deveria ser a suprema lei: a saúde da nossa gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Na sequência, está a Senadora Ana Amélia, mas a palavra vai para o Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade que V. Ex^a me dá para comunicar à Casa que estou apresentando um requerimento de inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sr^a Maria Helena Gregori, que ocorreu no dia 15 de fevereiro de 2015, e apresentação de condolências a sua família.

Maria Helena Gregori foi, em toda a sua vida, uma militante das causas mais nobres que já foram objeto de mobilização política, social, cultural no Brasil. O centro da sua atividade foi, a vida toda, a defesa dos direitos humanos, a defesa da democracia, da liberdade, mesmo nas circunstâncias mais difíceis em que o nosso povo vivia oprimido por uma ditadura sangrenta.

Maria Helena nunca, nunca, nunca recusou a sua participação em manifestações corajosas, tomou a frente de inúmeros movimentos. A sua casa e de seu marido José Gregori era um ponto de convergência na luta pela democracia, no acompanhamento da delicada transição do Brasil da ditadura para a democracia, na construção da democracia.

Ela trabalhou no gabinete da Prefeita Luiza Erundina, como assessora de direitos humanos da Prefeitura de São Paulo, e trabalhou também com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e com Dona Ruth Cardoso, sempre com a sua militância lúcida, corajosa e generosa, voltada para esses temas.

Eu estive na missa de sétimo dia em sufrágio da alma de Maria Helena Gregori, e ali se viam pessoas de todos os horizontes políticos e ideológicos, mas que professavam o culto da defesa intransigente dos direitos humanos como valor fundamental da vida.

De modo que, com muito pesar, eu encaminho a V. Ex^a este requerimento para que ele seja inserido na ata da nossa sessão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Senador Aloysio Nunes, V. Ex^a será atendido – eu diria – não com satisfação, porque eu gostaria que não houvesse acontecido o fato, mas fazendo uma justa homenagem a Maria Helena Gregori. Com certeza, a Casa tomará todos os procedimentos em relação a seu voto de pesar, que eu faço questão de assinar embaixo, se V. Ex^a permitir.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senador Paulo Paim, caros colegas Senadores e Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Senador Aloysio, também queria me associar, porque conheci Maria Helena Gregori. Conheço a biografia dela, que trabalhou também com D. Ruth Cardoso, outra figura exemplar, mulher.

Em primeiro lugar, junto-me a essa solidariedade à família, que perde uma grande figura humana. E falo aqui também de uma lembrança que tenho do marido viúvo, José Gregori, quando Ministro da Justiça.

Eu era repórter, fui acompanhar uma comitiva de representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e do Congresso Nacional, e estive numa conversa com o então Ministro da Justiça José Gregori. Nessa reunião, eu ouvi do Ministro uma declaração, Senador Aloysio, que, ao longo da minha carreira como profissional, reputo como uma manifestação comovente e uma das mais gratas e relevantes para quem militou no ofício difícil e complexo, que é a comunicação. Ele disse: “A Ana Amélia critica sem ferir”. Isso, para mim, foi uma declaração de alto grau de humanismo e de respeito, conseguindo simplificar com uma frase aquilo que eu nunca imaginei ouvir de uma autoridade, especialmente dele, que havia sido advogado de presos políticos, uma vida longa em defesa dos direitos humanos.

José Gregori, viúvo de Maria Helena Gregori, que teve essa história também como V. Exª aqui definiu muito bem.

Por isso, tenho motivos de sobra para me associar a esse voto de condolências à família pelo Senado Federal.

Venho ocupar a tribuna hoje para dizer que há uma expectativa nacional desta Casa com o que vai acontecer nesta quinta-feira, na expectativa criada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário no Paraná, sob a liderança do juiz Sérgio Moro, em relação aos desdobramentos e às denúncias que deverão ou poderão ser apresentadas pelo procurador Rodrigo Janot. E essa expectativa poderá dimensionar, com muito mais clareza, a extensão da crise que se agrava e a extensão da crise que envolve os agentes políticos e a maior empresa estatal brasileira, a Petrobras, com reflexos, obviamente, sobre o Congresso Nacional, sobre esta Casa.

Hoje, a gravidade da situação está naquilo que nós aqui todos os dias falamos: é o impacto, Senador Paulo Paim... E V. Exª, tanto quanto eu, sabe bem que nós, do Rio Grande do Sul, vivemos duas realidades: o antes e o depois da crise da Petrobras, o antes e o depois da Operação Lava-Jato.

O antes, um Polo Naval oportuno para uma região deprimida, que é a metade sul do Rio Grande. No Porto de Rio Grande, que é o maior porto marítimo do nosso Estado, o terceiro maior do País em movimentação de cargas, numa posição estratégica, foi ali instalado o Polo Naval, com grande perspectiva. E houve uma repercussão imediata na economia do nosso Estado, que sequer estava preparado para a necessidade de abrigar mão de obra especializada. Funileiros, soldados tiveram que ser buscados em outras regiões do País – na Bahia, no Rio de Janeiro, no Espírito Santo. Foram levados para lá, para tocarem aquela obra magistral, 18 mil operários, de uma hora para outra! Uma mudança radical na economia, não só de Rio Grande, mas também de São José do Norte, ali do lado, de Pelotas, ali perto, impactando positivamente.

E hoje esse sonho está se esboroando, porque, dos 18 mil empregos, 7 mil já foram eliminados. Numa cidade, Charqueadas, no centro do Rio Grande, próximo de Porto Alegre, a 60 km de Porto Alegre, a lesa Óleo & Gás devia ali instalar uma unidade do Polo de Charqueadas, assim chamado, Polo Naval de Charqueadas, porque, veja: não só pelo Rio Grande, que é distante, mas estratégica e logisticamente era importante que fosse também espreado por outras regiões, pelas matérias-primas, pela mão de obra, para desconcentrar. Mil empregados, numa cidade de tamanho médio, um desastre: mil empregos fechados.

E agora há outro desdobramento: a Petrobras, engolfada por essa crise, não está fornecendo ou corre o risco de não fornecer a nafta, que é matéria-prima para o Polo Petroquímico de Triunfo, que foi uma conquista histórica dos gaúchos. Conquista histórica! O Polo Petroquímico de Triunfo, a maior empresa sucessora da Copesul/Braskem, recebe matéria-prima da Petrobras, que é a nafta; e, desde o ano passado, são feitos contratos aditivos, prolongando por alguns meses o fornecimento da nafta. Setenta por cento da nafta consumida por essa empresa é nafta da Petrobras.

O contrato se encerra agora, no final do mês, e, se não houver a garantia de um novo aditivo por mais alguns meses, nós, no Rio Grande do Sul, corremos o risco não só dessa crise aguda lá em Rio Grande, mas também no Polo Naval, com a suspensão das novas plataformas; no Polo de Charqueadas e, agora, no Polo Petroquímico de Triunfo, com muitas empresas que são ali da chamada cadeia produtiva petroquímica da indústria petroquímica nacional.

O problema eu já trouxe aqui para a tribuna. O Governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, amanhã à tarde, com o apoio da Bancada, terá uma reunião com o Ministro Eduardo Braga, de Minas e Energia.

É para imaginar que não há só o aspecto político dessa crise da Petrobras. E a Presidente tantas vezes diz: “As empresas não podem morrer.” É claro que não podem morrer. É preciso limpar, separar o joio do trigo e tocar, porque o Brasil precisa de crescimento, e não vai crescer em 2015.

Nós precisamos salvar o que resta desses escombros provocados por essa crise, uma debacle, eu diria um tsunami dentro da maior empresa que hoje, no mundo, está sem crédito. Como brasileira, como acionista minoritária da Petrobras, como trabalhadora – coloquei poupança na Petrobras –, eu sinto profundamente. Nós queremos salvar essa empresa, em nome desses 80 mil trabalhadores da Petrobras, que têm orgulho e honra da empresa!

Nós não podemos permitir que essa empresa seja destruída, nem podemos permitir tudo o que acontece em decorrência dessa situação.

Nós estamos falando de emprego, de um problema social gravíssimo que é a última e a pior das consequências da gravidade dessa crise. Nós não podemos permitir que isso continue se agravando dessa forma.

Hoje, caminhões paralisaram no Brasil inteiro por conta também de aumento relacionado a combustíveis. Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Medeiros e também ao Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Senadora, é bem oportuno o tema que V. Exª trouxe aqui. Tive o prazer de visitar Rio Grande naquele momento em que chegava – vamos dizer assim – todo esse desenvolvimento. Você via no semblante das pessoas como se uma coisa maravilhosa fosse acontecer. Você via esperança, você via confiança. Como V. Exª bem disse, esse problema transcende a seara política; tem a ver com a credibilidade da classe política, do Governo, de tudo, porque não é prejuízo só econômico: é prejuízo psicológico para toda uma cidade que via o desenvolvimento chegar. Rio Grande, uma cidade mais que centenária, estava parada praticamente no tempo, e, de repente, virou aquela ebulição. Todo o mundo pensava: “Agora vai”. De repente, como se uma bomba, como V. Exª bem disse, como se um *tsunami* varresse as esperanças, essas pessoas estão quase que numa depressão coletiva, eu diria. Então, com certeza, é muito importante essa reunião que vocês vão ter com o Ministro, porque é imprescindível que o Governo tenha em mente o tamanho do prejuízo que isso está causando ao Brasil e àquela região. Como V. Exª bem mencionou, a região fica parada. V. Exª também suscitou outro problema de que tratei na tribuna semana passada. Quando as duas primeiras rodovias foram interditadas, eu alertei que esse problema ia se espalhar por todo o País. Hoje, se não me engano, rodovias de sete ou oito Estados estão interditadas, correndo o risco de haver um apagão logístico no País. É muito preocupante. V. Exª traz à baila a possibilidade de o País parar. A própria Presidente disse: “É importante que as empresas não morram”. É importante. E é por isso que eu relatei aqui que nós estamos perdendo a oportunidade de passar o País a limpo. Esse acordo de leniência que está sendo gestado aí, nós, como Casa, precisamos chamar as pessoas que estão fazendo, para vermos às claras. De repente é até justo, estão preocupados com que o País não pare; mas é importante que seja feito às claras, porque, por tudo isso que a senhora falou aqui, a população já começa a não acreditar mais. E crise de confiança é pior do que qualquer crise. Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Eu que agradeço, Senador José Medeiros, pela valiosa contribuição.

O senhor falou aí de um colapso. Nós estamos prestes... O Mato Grosso, seu Estado, que V. Exª tão bem representa aqui, é um Estado que hoje é uma fronteira agrícola, a mais importante do País, o maior rebanho – lembro-me do seu discurso aqui –, o maior produtor de soja do Brasil. E agora é o tempo da safra! A colheita da safra começa agora. Então, esse colapso poderá afetar também o escoamento da safra, e seu Estado, como o meu, poderão ser afetados dramaticamente. Já estão sendo, por conta do aumento do preço dos combustíveis.

Todo o tarifaço que aconteceu impacta sobre o custo de produção. Com o aumento do dólar, se é bom para a exportação – e o Mato Grosso é um Estado exportador –, por outro lado, impacta na mitigação dessa vantagem, porque ele aumenta os custos da importação. E, lamentavelmente, mesmo que o Brasil seja um grande produtor agrícola, ele ainda depende dos insumos, especialmente fertilizantes, e a Petrobras, de novo, poderia ter desenvolvido as minas daquilo que entra na composição do fertilizante, o NPK, para que nós tivéssemos autossuficiência, ou pelo menos um bom abastecimento. Não, nós dependemos, praticamente em todos os insumos, da importação. Dependemos da importação na composição dos fertilizantes e de outros insumos também. Então, neutraliza-se o ganho proveniente do aumento do dólar na exportação com o aumento do custo de produção do insumo, que é importado.

Eu queria agradecer, Senador José Medeiros, pela valiosa colaboração.

Concedo um aparte ao Senador Ricardo Ferraço.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Veja, Senadora Ana Amélia, a dimensão e a proporção dessa crise a que a nossa Petrobras foi submetida. E essa crise não é obra do acaso: ela é obra do aparelhamento; ela é obra do patrimonialismo; ela é obra da ausência dos limites entre o privado e o público. Além da crise do Polo Naval do Rio Grande do Sul, o meu Estado também, que é um importante Estado produtor de petróleo e de gás – o Espírito Santo é hoje o segundo maior produtor brasileiro de petróleo e gás –, fez um esforço estratégico na direção de agregar valor à cadeia de petróleo e gás. Fizemos um grande esforço, liderado pelo Governador Paulo Hartung. Sou parte desse esforço, porque era vice-governador. Conseguimos consolidar a vinda, para o Espírito Santo, de um estaleiro de Cingapura, o Estaleiro Jurong,. O estaleiro instalou-se no Espírito Santo, fez um investimento extraordinário e começa sua operação; e, quando começa sua operação, está com suas contas completamente atrasadas, em razão das aquisições que foram feitas pela Sete Brasil, empresa que foi coordenada pelo BNDES, pelo Governo Federal, por fundos de pensão. As encomendas feitas não

estão sendo pagas desde outubro; no caso da Jurong, no Espírito Santo, acumula-se um passivo de US\$200 milhões, colocando em risco e trazendo uma grande preocupação a todos nós, capixabas, por conta de não termos certeza do futuro desse estaleiro que está sendo construído, trabalhando agora com a sua primeira sonda de exploração e perfuração. Então, a crise, realmente, é sem proporções, sem precedentes. Estamos aqui em linha com V. Ex^a, manifestando a nossa preocupação. Acho que a Comissão de Infraestrutura do Senado da República deve convidar as autoridades do Governo Federal, da Sete Brasil, do BNDES, para que possamos identificar, possamos debater esse tema que está trazendo muita preocupação. Em alguns Estados, como o de V. Ex^a, muito mais do que preocupação, está trazendo desemprego, está trazendo a quebra de confiança e de expectativa de brasileiros.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Agradeço imensamente, Senador Ricardo Ferraço, e fico alinhada com esse ponto de vista de que tenhamos aqui a oportunidade, a responsabilidade de convidar as autoridades para, juntos, construirmos uma solução alternativa não só para o Espírito Santo, para o Rio Grande do Sul, mas para todos os Estados, porque toda a economia brasileira, de alguma forma, é impactada. O Senador José Medeiros, que é do Mato Grosso, do coração do Brasil, já disse que vai afetar a questão da produção e do escoamento da safra, e nós, com a indústria naval.

Eu participei agora de um almoço com a vice-chanceler, vice-ministra de Relações Exteriores da Croácia, a Sr^a Vesna Pusnik, que foi parlamentar.

A Croácia é um país que tem uma indústria naval extremamente desenvolvida e tem grande interesse também, no setor de defesa, na indústria de defesa, de fazer parcerias com o Brasil.

Ora, era oportunidade de aproveitarmos mais essa aliança não só com Cingapura, como V. Ex^a fez lá no Estado do Espírito Santo, mas também com outros países que têm tecnologia e capital para nos ajudar nesses processos de desenvolvimento. No entanto, estamos agora com as portas fechadas em função daquilo que o Senador José Medeiros lembrou muito bem: a questão da credibilidade. De que forma nós vamos poder recuperar tudo isso e a nossa capacidade lá fora para atrair novos investimentos?

Nós precisamos ver essa questão dessa forma. Eu fico muito feliz com esse seu aparte, porque ele acrescenta e trabalha ainda mais em relação a isso.

Como eu disse, essas questões todas estão trazendo essa preocupação no nosso Estado. No polo de Rio Grande, que é o maior porto marítimo, a situação vai se agravar. Um dos consórcios criados para investir no polo naval, o QGI Brasil, formado pelas empresas Queiroz Galvão e Iesa, estaria prestes a desistir de montar e integrar módulos de duas plataformas de petróleo encomendadas pela Petrobras. Apesar de o consórcio não confirmar essa informação, os trabalhadores temem que, sem a intervenção do Governo, Governo Federal e Governo estadual, os investimentos sejam descontinuados, pois, sem a aprovação, pela Petrobras, de aditivos nos contratos – o mesmo acontece com relação à Braskem e ao nafta –, os recursos disponíveis não conseguem viabilizar as operações, afetando, assim, os valores e acertos mínimos previstos nas licitações.

Shoppings foram erguidos, e a construção civil passou por uma ótima fase. Foi tudo suspenso por conta dos efeitos da Operação Lava-Jato. Agora, o cenário se deteriorou. Até as empresas terceirizadas reclamam de dívidas pendentes e também começam a demitir.

Se considerarmos os outros Estados, as ameaças ao mercado de trabalho são ainda maiores: Em Maragogipe, na Bahia, consórcio que havia sido contratado pela Petrobras calcula que já fechou 4.500 vagas. No Espírito Santo, do Senador Ferraço, que acabou de se pronunciar, as preocupações também são grandes. Nesses três Estados, Rio Grande do Sul, Bahia e Espírito Santo, mais de R\$5 bilhões em investimentos estão ameaçados e pelo menos sete mil pessoas, segundo os sindicatos das categorias, já estão sem emprego nessas áreas com contratos firmados com a Petrobras.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Além disso, os custos nas rodovias estão em alta. Desde a semana passada, caminhoneiros fazem protestos nas estradas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso, em protesto contra a alta dos preços dos combustíveis, dos pedágios e dos valores dos tributos sobre o setor de transporte.

Os locais dos protestos pacíficos foram trechos das BR-386, BR-285, BR-472, BR-392, BR-116 e BR-468, segundo dados da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul. Os caminhoneiros, insatisfeitos, bloquearam, parcialmente, ao menos 38 pontos em rodovias estaduais e federais. Caminhões, com exceção de cargas vivas, de ração e de leite, ficaram parados nos acostamentos.

A crise preocupa também os investidores. Fundos de investimento tinham pelo menos R\$9 bilhões em papéis ligados à Petrobras e aos seus fornecedores, incluindo empresas citadas na Lava-Jato no final de janeiro. São aplicações que surgiram no período de grande efervescência financeira da Petrobras, mas que, agora,

se tornaram sensíveis a eventuais atrasos nos pagamentos tanto da Petrobras quanto de sua cadeia de fornecedores, com rebaixamentos de avaliação pelas agências de risco e conseqüentes perdas para os cotistas.

Assim é que essas questões todas precisam estar em sintonia com o que nós vamos, aqui, fazer e protagonizar.

Eu queria agradecer pelos pronunciamentos e não podia deixar, Senador Paim, Senador Aloysio Nunes Ferreira, de fazer um registro, porque acabo de receber, aqui, uma informação – e o Senador Ferraço fez um pronunciamento muito completo sobre a crise da Venezuela – de que um grupo de homens armados invadiu a sede do partido opositor venezuelano Copei, em Caracas, nesta segunda-feira, depois de demonstrar apoio a uma transição do governo, segundo denunciaram líderes da legenda. Outros 11 escritórios do mesmo partido no país também teriam sido tomados pelas forças do governo Maduro. Ainda não está claro sob quais circunstâncias e por quem os prédios foram ocupados.

No Twitter, o Presidente do partido, Antonio Ecarri, denunciou o sequestro de vários colegas do partido e responsabilizou o Presidente Maduro pelo incidente. Testemunhas disseram ao Vice-Presidente da legenda, Mario Acosta, que os invasores exigiam moradia. Segundo relatos, um grupo forçou o portão, quebrou a fechadura e tomou o edifício. Haveria homens no sótão, além de mulheres e crianças no térreo. Outro episódio mais cedo, no entanto, preocupou Acosta. Segundo ele, membros do Serviço Bolivariano de Inteligência Nacional e da Guarda Nacional Bolivariana compareceram à sede do partido e, ao saírem, alegaram que havia material subversivo.

É a forma que o governo da Venezuela está encontrando para sufocar, de maneira covarde e repressora, toda e qualquer manifestação democrática de quem ouse enfrentar o governo.

E é preciso que essa reunião de chanceleres liderada pelo Brasil tenha alguma eficácia, porque a retórica não vai resolver essa questão. E não é do estilo do governo – não foi de Hugo Chávez e não é, muito menos, de Maduro, menos preparado que Hugo Chávez – fazer das palavras e do diálogo um caminho de solução para essa profunda crise que está preocupando o Brasil, mas que vai exigir da diplomacia brasileira um empenho muito mais intenso, muito mais pragmático e muito mais responsável nesse processo.

Pelo respeito que tenho à diplomacia do nosso País e pelo profissionalismo dos nossos diplomatas, eu espero que a Casa de Rio Branco possa honrar essa tradição e conseguir resultados mais animadores nesse processo de uma crise que agudiza, deixando cair por terra, também, o Mercosul, que já está na UTI.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Fiz pronunciamento na abertura da sessão nesse sentido, demonstrando o desemprego na região, principalmente em Rio Grande. Aqui, na próxima sexta-feira, vamos contar com a presença do Prefeito Alexandre Duarte Lindenmeyer em uma reunião que teremos, então, com o Ministro Miguel Rossetto, para discutir esse mesmo tema.

Passo a palavra, com enorme satisfação, à Senadora do PMDB Simone Tebet, filha do nosso inesquecível Ramez Tebet – grande Ramez Tebet, que foi Presidente desta Casa e com quem eu tive a alegria, no convívio com ele, de aprender muito. Então, é uma alegria estar presidindo a sessão quando a filha do nosso inesquecível Ramez Tebet está na tribuna – Simone Tebet na tribuna.

A SR^a. SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senhor Presidente.

Eu gostaria de, em seu nome, Presidente Paulo Paim, cumprimentar as senadoras e senadores aqui presentes. Senadora Ana Amélia, é a primeira vez que ocupo o plenário do Senado Federal, desta augusta Casa de Leis, Casa de Rui Barbosa, Casa do mais alto Parlamento deste País, mas, principalmente, a Casa do povo brasileiro.

E eu não poderia começar as minhas palavras sem antes fazer um agradecimento. Agradecer porque, por obra de Deus e pela vontade da maioria absoluta do povo de meu Estado, exerço hoje a mais árdua, a mais difícil, mas, igualmente, a mais honrosa missão de minha vida pública: a de representar, no Senado Federal, o meu querido Mato Grosso do Sul e nossa generosa gente. A Deus eu, humildemente, agradeço; e à população do meu Estado, Senador Aloysio, eu só tenho como devolver tudo isso em forma de um trabalho incansável na defesa dos interesses públicos do Estado e da Nação brasileira.

Digo aos senhores e às senhoras que estão aqui que, para exercer bem minha missão, sei que preciso trazer comigo os ensinamentos que aprendi durante minha vida. O maior deles é legado de minha mãe: os valores da fé cristã. Procurarei seguir exemplos de homens e mulheres anônimos deste País que fizeram a história do Brasil. Refiro-me a homens e mulheres que dedicaram suas vidas ao bem comum e, com isso, mudaram destinos e vidas de seus semelhantes. E, na impossibilidade de mencionar a todos, refiro-me aos homens e mulheres que perderam suas vidas em prol da redemocratização deste País. Reverenciá-los torna-se muito mais importante neste momento em que vivemos crises e ameaças de retrocesso democrático na América Latina.

Sei que preciso seguir exemplos de homens e mulheres desta Casa e, também, na impossibilidade de nominá-los, os reverencio na figura de fé, ética e coragem do ex-Senador Pedro Simon. Não preciso ir longe. Tenho, no meu Estado, homens públicos de valor. Faço referência ao ex-Governador André Puccinelli, homem de coragem, trabalho e empenho destemido; homem com quem aprendi, nesses últimos quatro anos, ao ter o privilégio de ser sua Vice-Governadora. Mas o maior exemplo eu trago de minha casa. As primeiras lições de minha vida pública, eu as aprendi com meu pai. Quantas vezes, literalmente segurando minhas mãos, ele me mostrou o caminho da ética e da coragem, mas, principalmente, uma característica que lhe era muito peculiar: o respeito pelas pessoas. Ao me mostrar o caminho certo, ele impediu que me desviasse para caminhos mais fáceis, mas obscuros. Lembro-me de suas frases célebres: "O homem público tem de servir, e não ser servido"; "É preciso servir ao Brasil, servindo Mato Grosso do Sul e nossa querida terra natal Três Lagoas." Foram muitos os seus ensinamentos.

E, hoje, estar nesta tribuna, nesta Casa, percorrer os caminhos que ele percorreu, passar pelos corredores do Senado e estar neste metro quadrado, nesta tribuna em que ele, de forma tão eloquente e tão apaixonada, se dirigiu ao Brasil, dando sua parcela de contribuição à Nação, tudo isso me traz uma profunda emoção e uma grande saudade. Mais do que isso, estar nesta tribuna me traz um senso de responsabilidade, a responsabilidade de honrar a sua memória. Peço a Deus que me dê serenidade, que me dê coragem para que eu possa enfrentar os desafios que, sei, hão de vir, com a mesma altivez, com a mesma coragem e com a mesma ética de meu pai.

A minha responsabilidade, Senadora Ana Amélia, como a de V. Ex^a, é maior. Como mulher, sei da obrigação que tenho de honrar as mulheres brasileiras. Somos tão poucas na vida pública, mas não é por isso, não é pela falta de representatividade; é porque ainda somos as mais discriminadas e marginalizadas. Somos a cara mais pobre deste País. Somos as maiores vítimas da violência – e não apenas da violência doméstica. Refiro-me à violência urbana, porque, Senador Aloysio, quando a violência urbana mata os nossos jovens nas favelas, nos morros, no trânsito, está matando, aos poucos, o coração de cada mãe. Somos ainda discriminadas no mercado de trabalho. Nas mesmas funções dos homens, chegamos a receber até 25% menos de salário. Somos ainda vítimas de preconceitos. Somos as primeiras a sofrer o peso das crises econômicas e sociais.

Por isso, e diante de tanta responsabilidade, eu digo, com muita sinceridade e clareza, que eu me sinto pequena. Não tenho – e tenho consciência disso – a experiência dos Srs. e Sr^{as} Senadoras que ocupam o seu assento neste Parlamento, mas tenho a vontade de aprender e tenho a convicção de que Deus não necessariamente escolhe os capazes, mas capacita os escolhidos. Quero e peço a ajuda dos Srs. e das Sr^{as} para que eu também possa dar a minha parcela de contribuição ao País.

Nesse particular, gostaria de fazer um parêntese: fui muito bem recebida nesta Casa. Agradeço o carinho e as palavras elogiosas de cada um dos Senadores e Senadoras que conviveram com o meu pai. Agradeço, de modo especial, aos servidores públicos do Senado Federal pelas palavras, pela gentileza, pelas histórias contadas. Eu, que comecei a minha vida pública como servidora na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul por seis anos, aprendi a valorizar e a reconhecer o trabalho e a dedicação daqueles que, efetivamente, sustentam o Parlamento neste País.

Eu me refiro a todos, servidores efetivos, comissionados, terceirizados; aqueles que mantêm limpo o Plenário, a Casa, para que possamos bem trabalhar; aqueles que nos servem o copo d'água, que nos trazem até o Senado, que nos recebem na Chapelaria; os ascensoristas, os servidores efetivos e comissionados dos gabinetes, das Comissões, das Diretorias, deste Plenário, da Comunicação, da Taquigrafia, das Diretorias e das Consultorias Jurídica e Legislativa.

Rendo minhas homenagens, porque sei que este Parlamento, se tem a credibilidade que tem, se é o mais alto Parlamento deste País, muito deve ao trabalho e ao empenho dos senhores e das senhoras.

Senadora Sandra, acabo de chegar das ruas, juntamente com mais 26 Senadores e Senadoras que chegam a esta Casa. Andando pelas ruas, ouvindo, em praça pública, a população brasileira, percebo que chego aqui num dos momentos mais difíceis da Nação. Crise parece ser a palavra-chave de 2015, e tomara que seja só de 2015! A crise se avizinha, avoluma-se e nos impõe desafios.

Correndo as ruas, conversando com a população, pude perceber os anseios, as necessidades, os problemas, mas, principalmente, as prioridades do povo brasileiro: saúde pública eficiente, educação com qualidade, segurança pública que realmente nos proteja, desenvolvimento econômico e social. Não quero e não podemos retroceder nos avanços que conseguimos nos últimos 20 anos neste País, e aí estou me referindo ao emprego, ao aumento da renda do trabalhador, à diminuição da carga tributária. São questões que, no dia a dia, já estão na boca de qualquer um dos 200 milhões de brasileiros. E, diante desses desafios, a pergunta que temos de fazer é se estamos realmente preparados para enfrentá-los.

Sonho? Utopia? Conseguiremos alcançar esses fins máximos do interesse público? Sim, se nós mudarmos, mas nós temos as ferramentas, nós temos os instrumentos para fazer a mudança que o Brasil quer, a mudança

de que o Brasil precisa. Esses instrumentos, já os vi citados na voz de inúmeros Senadores que, aqui, com muita galhardia e propriedade, sobre eles discorreram.

Eu ouvi, na semana passada, o pronunciamento do Senador Aloysio. Entendo que as reformas estruturantes são necessárias. Mas não devemos parar por aí.

Temos de, urgentemente, mudar muitos dispositivos da Constituição Federal e das leis infraconstitucionais. A reforma política é prioritária. É preciso assegurar transparência e dar à população a sensação de que o sistema eleitoral que aí esta assegura ao povo brasileiro que a sua vontade é soberana. E aí precisamos, sim, rediscutir financiamento de campanha, voto distrital, coligações. São temas que estarão à baila, e acredito que o Senado dará resposta, ainda neste semestre, à população brasileira.

Mas é preciso enfrentarmos igualmente a questão da carga tributária. Isso é necessário e urgente, para que possamos impedir a desindustrialização, comentada hoje aqui pelo Senador Medeiros. Sei que estou na contramão do discurso que ouço do Governo Federal, mas é importante diminuirmos a carga tributária, principalmente desonerando a folha, para que possamos voltar a ter uma indústria que cresça neste País. Hoje, o que sustenta o Brasil é o agronegócio, é o homem do campo, é o produtor rural, é o pecuarista.

Além da reforma tributária e da reforma política, entendo que existem outros importantes problemas, talvez de solução mais demorada, mas que precisamos começar a debater o quanto antes.

Eu fui prefeita por duas vezes da minha querida cidade natal, Três Lagoas, e o que vemos hoje é que é impossível, com este pacto federativo que aí está, colocar remédios nos postos de saúde, conseguir as vagas nas creches para as nossas crianças, construir, fazer asfalto, tapar os buracos, recuperar as pontes na zona rural, em suma, fazer as obras e os serviços públicos que a população tanto almeja.

A Constituição coloca como responsabilidade dos Municípios, Senadora Ana Amélia, provavelmente, 80% ou 90% dos serviços públicos que a população quer e exige. Quase tudo que pensarmos é de responsabilidade dos Municípios, à exceção da segurança nacional, do ensino universitário e dos serviços de saúde de alta complexidade, que são responsabilidade da União; e da segurança pública e do ensino médio, que são de responsabilidade do Governo do Estado. A maioria absoluta dos demais serviços fica a cargo do Município. E é realmente lá que tem de ficar, porque ali o prefeito e a Câmara de Vereadores estão mais próximos do cidadão, que pode exigir a prestação de serviços mais eficientes.

Enquanto não redistribuirmos o bolo tributário, nenhum avanço significativo será alcançado.

A saúde pública continuará a mesma, um caos na maioria dos Municípios brasileiros. Nós não conseguiremos enfrentar, com a dignidade necessária, a questão da educação de qualidade, porque, acredito, hoje, nem 15% ou 16% do bolo tributário vão para os cofres dos Municípios. E aí nós temos a burocracia, aí nós temos a demora, aí nós temos a falta de fiscalização, aí nós temos os desvios do dinheiro público. É preciso enfrentar isso com coragem e fazer um novo pacto federativo neste País.

Por fim, porque sou filha do interior do Brasil – como acredito que é o caso da maioria dos senhores e das senhoras –, ouvindo aqui o nosso Senador de Mato Grosso, quero dizer que o interior, senhoras e senhores, tem sede de desenvolvimento. Mas, mais do que sede de desenvolvimento, nós, que somos do Centro-Oeste brasileiro, do Norte e do Nordeste, temos muito a oferecer ao Brasil. Somos os grandes Estados produtores. Produzimos a matéria-prima necessária para a indústria. Somos os exportadores que permitem que a balança comercial brasileira fique no positivo, e, muitas vezes, sustentamos os demais setores, o secundário e o terciário.

É importante nós falarmos do desenvolvimento regional com responsabilidade. Hoje, avançamos muito, é verdade. Nós temos os fundos, como o Fundo do Centro-Oeste. Temos ações específicas, obras de infraestrutura do próprio Governo Federal, espalhadas pelos quatro cantos do País. Mas isso fica ao sabor dos ventos, de acordo com a vontade dos governantes.

Nós não temos uma legislação consolidada e sistemática, um Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, como nós temos o Plano Nacional de Educação, que estabeleceu metas que precisam ser cumpridas num período de dez anos. Precisamos também ter um Plano Nacional de Desenvolvimento Regional, que comece agora, que leve 15 anos, não importa, mas que estabeleça que nós temos um recurso específico de financiamento com percentual estabelecido no Orçamento, para que saibamos, desde agora, quanto se dará para as obras de infraestrutura necessárias, para que possamos também levar as indústrias para os rincões mais distantes do País.

Eu não quero me alongar nesta minha primeira fala. Eu quero apenas, encerrando meu pronunciamento, deixar clara a minha posição. Meu pai sempre dizia: “Em casos de dúvida, minha filha, ouça as vozes das ruas.” E as vozes das ruas clamam por saúde pública, por educação, por segurança, por diminuição da carga tributária, por mais geração de emprego – enfim, por melhoria na qualidade de vida.

Se eu pudesse resumir tudo isso, diria uma única palavra: “cidadania”, que, hoje, infelizmente, é conhecida apenas na sua acepção mais restrita, como o direito do cidadão, como eleitor, de votar, de escolher seus governantes e de ser votado, mas que é muito maior que isso.

Lembro-me, como se fosse hoje – eu ainda era adolescente –, da cena marcante e memorável do Dr. Ulysses Guimarães erguendo a Constituição Cidadã em 1988. Não sei, confesso, quais foram suas palavras na literalidade, mas seu conteúdo guardo comigo. A cidadania, disse ele, começa no alfabeto, com o abc, passa por uma juventude assistida e protegida dos males da sociedade moderna, mas só se consolida com o trabalhador que tem salário digno, que pode comer, morar, ter hospitais, remédios, lazer; mas ela só termina com a aposentadoria digna. Isso é cidadania. É isso que o povo quer, e é para isso que vim representar Mato Grosso do Sul no Senado.

As minhas palavras finais são de agradecimento. Começo como terminei, pedindo ajuda a todos os senhores e senhoras, porque quero também eu dar minha parcela de contribuição. E aqui deixo como imagem final um fato que me chamou muito a atenção quando eu estava em campanha. Uma senhora olhou para mim, dedo em riste, e disse: “Simone, você é a minha última fagulha de esperança”. Eu não posso decepcionar as mulheres e os homens do meu Estado. Quero dizer aos senhores...

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Senadora Simone, acho que todos os Senadores aqui ficaram ouvindo-a. Quem subiu à tribuna não foi uma recém-eleita Senadora, que talvez nunca tivesse exercido mandatos nesta Casa. Chegou aqui uma política com posição clara e firme e com uma genética inquestionável. Seu pai, Ramez Tebet, presidiu esta Casa, o Senado Federal, e todos têm uma lembrança muito saudosa do seu papel e da sua relevância. V. Ex^a mostra sua visão como ex-prefeita de uma cidade do Mato Grosso do Sul. Tem aqui colegas representantes da melhor qualidade, como meu amigo Waldemir Moka, do seu Partido, o PMDB, e como o Senador Ruben Figueiró, do PSDB, uma figura doce e muitíssimo preparada, um sábio, que era também nosso conselheiro por sua experiência de vida, por sua capacidade e por sua integridade pessoal, moral e ética. Então, V. Ex^a está chegando aqui com a naturalidade de uso da tribuna de uma experiente Parlamentar, que chegou para não decepcionar aquela eleitora que lhe apontou o dedo em riste. É esse o sentimento que grande parte dos eleitores conscientes brasileiros têm em relação à classe política. E é isto que, quando eles vão votar, eles estão exigindo de nós: compromisso com a ética e com a responsabilidade. Eu queria cumprimentá-la e dizer que estaremos juntos aqui, homens e mulheres, Senadora Simone Tebet. Eu também sempre fiz parte das minorias. Fui jornalista num ambiente só masculino. A universidade era formada em 90% por homens. Depois, no exercício da profissão, no jornalismo econômico, 90% eram homens. Felizmente, hoje mudou tudo: são 90% de mulheres nas faculdades, são 90% das mulheres colunistas fazendo jornalismo econômico no País. Então, isso mudou. E espero que, brevemente, esta Casa também mude, com mais mulheres como a senhora fazendo a diferença aqui, com esse protagonismo e com essa decisão. Quanto a essa questão do pacto federativo, V. Ex^a traz a experiência de uma prefeita. Para quem paga imposto, Senadora, não importa saber se a segurança ou a saúde são de responsabilidade do Estado, da União ou do Município. O que importa é haver o serviço. Agora, a forma como essa repartição do recurso é feita é inaceitável, é antidemocrática, é injusta e fere o princípio de uma repartição equilibrada entre os entes federativos. A nossa Federação está fragilizada. Está fragilizada porque as prefeituras, ao longo do tempo, tiveram aumento das responsabilidades e uma redução gradual da receita. Quando o Governo Federal faz festa com o chapéu alheio, desonera, reduz IPI para vários setores importantes, impacta sobre a receita das prefeituras, sobre o FPM (Fundo de Participação dos Municípios). E aí como vai fechar a conta, Senadora? Como é que vai fechar a conta no fim do ano? E aí o prefeito é responsabilizado criminalmente porque não cumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma lei maravilhosa, que veio botar um freio na gastança. Então, precisamos discutir com urgência, como disse V. Ex^a, não apenas a reforma política, mas também essa questão do pacto federativo. Hoje, ser prefeito é um ato de coragem. Então, eu queria me solidarizar com o seu pronunciamento, dizer que estamos aqui, juntos, porque esta é a Casa da República e esta Casa tem responsabilidade com os eleitores, como essa senhora que, lá em seu Mato Grosso do Sul, a questionou para dizer que a senhora é o último fio de esperança que resta para ela, uma eleitora que não sei que idade tem, mas não me importa, o que importa é que ela tenha a cidadania expressa nesse pedido que ela lhe fez. Parabéns, Senadora!

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Senadora Ana Amélia. As suas palavras elogiosas são muito mais uma forma carinhosa de a senhora se dirigir a mim do que o meu merecimento. Mas eu aproveito para externar aqui o orgulho que tenho, como mulher, de vê-la representando não só o seu Rio Grande do Sul, mas todas as mulheres brasileiras. Eu já era sua admiradora, porque assistia à TV Senado, ainda como mera espectadora. Hoje, a minha admiração aumenta pelos seus posicionamentos firmes. Isso me orgulha! E quero dizer que terei muito o que aprender com a senhora.

Eu encerro dizendo, portanto, que, andando pelas ruas, Senador José Medeiros, Senadora Sandra, Senador Aloysio, eu percebi uma coisa que não havia percebido ainda nas outras campanhas das quais participei, seja como eleitora, ou ajudando nas campanhas eleitorais do meu pai, seja na minha campanha de Deputada Estadual e depois duas vezes Prefeita e Vice-Governadora. Eu senti um clima de impaciência. A população não vai esperar mais. Ela talvez tenha depositado nos seus mandatários, nessas eleições de 2014, o pouco, o muito pouco que ainda lhe resta de confiança na classe política e, como essa eleitora disse, a última fagulha de esperança em todos nós.

Sabemos que o Brasil precisa muito de nós. E nós devemos muito ao Brasil. Eu tenho convicção de que iremos encontrar força e o caminho certo para transformar essas esperanças em certezas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Senadora, por favor, o Senador Aloysio Nunes.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Perdão, Senador, eu não o vi. É um prazer.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado. Obrigado pelo alerta, meu prezado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Como é o primeiro pronunciamento, não há limites, fique à vontade.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Senadora Simone Tebet, eu estava aguardando a oportunidade de vê-la na tribuna pela primeira vez. Esta é a primeira vez que assisto a um discurso, a um pronunciamento de V. Exª aqui na tribuna do Senado. Eu tinha ouvido falar muito, e muito bem, da senhora, através de pessoas que deram o seu testemunho sobre o seu valor como mulher trabalhadora, aguerrida, lúcida, o seu espírito público, a sua capacidade administrativa, demonstrada à frente da Prefeitura de Três Lagoas, a sua eloquência, que denota uma cabeça bem organizada, um raciocínio claro. E eu quero dizer a V. Exª que fiquei muito feliz em ouvi-la, feliz pelo fato de o povo do seu Mato Grosso do Sul ter decidido mandá-la para cá, para o Senado Federal, na sequência do mandato do seu pai, que foi um queridíssimo amigo meu. Nessa eleição, aliás, no Mato Grosso do Sul, dois filhos de amigos queridos, diletos já falecidos, disputaram a eleição, o filho Nelson Trad e o filha de Ramez Tebet. A senhora chega aqui precedida de uma expectativa muito positiva dos nossos colegas sul-mato-grossenses – o Waldemir Moka, Delcídio do Amaral, já anteriormente do nosso prezadíssimo Figueiró – e eu tenho certeza de que V. Exª será uma grande Senadora.

A SRª. SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Tudo a credencia para isso, e esse discurso que eu ouço, que traça um roteiro, quase que um programa de trabalho, quase que uma profissão de fé de atuação parlamentar, vem confirmar essas melhores expectativas que todos nós tínhamos a respeito da sua presença nesta Casa. Muito obrigado.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Aloysio, vindo de V. Exª, um homem da experiência, com a bagagem, com a envergadura de V. Exª, para mim é uma honra. Quero dizer que não trago nada de novo. Na realidade, espelhei-me e espelho-me em homens públicos da grandeza de V. Exª. Já o ouvi aqui, nesta tribuna, como disse, falando dessa questão do Pacto Federativo, da questão da reforma tributária, e falando com muito mais eloquência do que eu. Então, essas palavras, eu as recolho como um estímulo, para que eu possa, aprendendo, poder estar à altura do cargo, merecedora da confiança dos 2,5 milhões de cidadãos sul-mato-grossenses.

Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Senadora Simone, seja bem-vinda. E, olha, com certeza, o Mato Grosso do Sul não poderia estar mais bem representado. Eu creio que Três Lagoas também deve estar muito contente de ver esse discurso. E o Senador Aloysio colocou muito bem. V. Exª já foi prefeita, tem a experiência do cargo. E, Senador Aloysio, eu acrescento aqui, porque sou vizinho, e ali, no Mato Grosso, Senadora Simone, é conhecida em verso e prosa a administração que V. Exª fez em Três Lagoas, a administração transformadora. E, quando V. Exª vem aqui, na tribuna do Senado, e fala sobre desenvolvimento regional, fala com propriedade de quem fez a região se desenvolver, porque Três Lagoas hoje é exemplo para Mato Grosso, para Mato Grosso do Sul, para muitos Municípios do Brasil, pela pujança que ficou ali. É uma região industrializada, e V. Exª tem ali as digitais naquele desenvolvimento. Então, eu fico muito contente de saber que o Estado vai estar bem representado por uma quase conterrânea – porque Mato Grosso e Mato Grosso do Sul às vezes até confundem –, com o seu preparo. Diria que as nossas dificuldades, que as nossas necessidades são muito parecidas. Quero cerrar fileiras com V. Exª em busca de uma melhor divisão desse bolo federativo. Quando V. Exª coloca a dificuldade dos prefeitos aqui é a realidade nua e crua hoje no País. Um amigo comenta que hoje é mais fácil alguém sair sem processo de um homicídio do que de um cargo de prefeito, porque

ser ordenador de despesa da forma como está dividido o bolo federativo hoje é uma tarefa quase impossível. Muito obrigado pelo aparte.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador José Medeiros, fico muito feliz por ser apartada por um representante do nosso querido Estado irmão, Mato Grosso. Temos situações muito similares. Somos grandes produtores de soja, de carne bovina, de milho, de cana de açúcar, de etanol; no meu caso específico, Mato Grosso do Sul – já que me permitem fazer essa referência e o nosso Presidente me dando pelo menos mais dois minutos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Mais doze. (*Risos.*)

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acredito que com mais dois minutos eu consigo concluir.

Eu tive o privilégio e a grande honra, como disse, de administrar a terra em que nasci. Ali, por sorte, por uma ajuda de pessoas extremamente competentes ao meu redor, cercado-me da Legislação e do apoio do Governador André Puccinelli, nós conseguimos atrair as duas maiores fábricas de celulose do mundo. Não é só Mato Grosso do Sul ou Três Lagoas, é o Brasil que detém hoje as duas maiores fábricas de celulose do mundo, e elas estão no meu Município, gerando uma divisa extraordinária, aumentando a economia local, cada uma, em 300%. Essa foi a realidade da cidade enquanto eu a estava administrando.

Estou dizendo isso porque sei que o desenvolvimento do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul passa pela industrialização. Sei que V. Exª vai se somar a mim, ou melhor, eu vou me somar a V. Exª e aos demais Senadores, não só de Mato Grosso, mas de Tocantins, de Goiás, do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste, clamando pelo desenvolvimento dessas regiões brasileiras.

Falamos muito em desigualdade social. Nós não podemos nos esquecer da desigualdade regional, que leva também à desigualdade social. Eu falei aqui que a cara mais pobre do País é a cara de uma mulher. O que eu não falei é que, pelos dados do IBGE, a cara mais pobre deste País não é simplesmente a cara de uma mulher, é a cara de uma mulher negra e nordestina.

É essa desigualdade que nós precisamos combater. Os instrumentos, as ferramentas, somos nós que temos a responsabilidade de criar, para garantir à sociedade brasileira aquilo que ela quer, que é essa diminuição da desigualdade. Para que essa mancha, essa vergonha que nós temos, possa desaparecer.

Nós precisamos desses instrumentos que mencionei. E tenho convicção de que isso passa, principalmente, por um plano nacional de desenvolvimento regional.

Obrigada pelas considerações, obrigada pelas palavras carinhosas, eu as recolho com muito carinho, e isso só aumenta a responsabilidade que tenho com meu Mato Grosso do Sul e com o nosso querido e amado Brasil. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Senadora Simone, mais uma vez. (*Risos.*)

Senadora Simone, deixe-me só cumprimentá-la, quebrando o protocolo porque normalmente quem está na Presidência não faz apartes, mas tive a alegria de viver aqui na Casa com seu pai. Uma figura ímpar.

Lembro-me, com oportunidade, e vou lhe contar esse fato. Ele foi ao Rio Grande do Sul – disse já falei, vou contar um detalhe que não contei – fazer uma palestra a meu pedido na universidade. Conquistou todos os estudantes, independentemente da questão ideológica ou parlamentar, mas sabe quem mais ele conquistou? O meu motorista. Porque eu botei um motorista à disposição dele que ficou andando com ele. O meu motorista ficou impressionado – deve estar ouvindo esta fala e vai lembrar. Marcão, o seu nome –: Senador, mas que cara, bacana, gentil, se vê que não tem problema financeiro e me tratou como se eu fosse o irmão dele. O Marcão ficou acompanhando-o em todo o período em que estive lá.

Esse para mim é o Ramez Tebet.

A SRª SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Uma figura diferente.

E me permita que diga agora. Eu fui convidado para uma reunião, uma sessão de homenagem, na Presidência do Senado, e lá cheguei, meio atrasado, como sempre, e estava V. Exª falando, e eu ouvindo V. Exª, aí perguntei: quem é essa senhora, essa moça? E alguém me disse: “Essa é a filha do Ramez Tebet, Paim.

Está falando em nome dele, da família, enfim, e pode escrever que ela vai ser sua parceira no Senado.” E hoje, V. Exª está aqui no Senado, eu na Presidência, assistindo ao seu pronunciamento.

Permite-me, de tudo o que falou, com tranquilidade, com competência, com sabedoria, mas tomei nota de três palavras, eu, que trato tanto nesse mundo de direitos humanos. Falou a palavra mulher, negra, nordestina, e falou aposentados. Isso mostra um universo, porque mulher lembra criança, negra lembra todos os discriminados, nordestino também e os aposentados hoje, neste País, são os que mais sofrem.

Será uma alegria enorme, aqui, nesta Casa, caminhar ao seu lado, dialogar com V. Exª na busca de fazer o bem sem olhar a quem.

Seja bem-vinda, seu velho pai lá de cima está orgulhoso de V. Ex^a.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Senador Presidente Paim.

Agradeço o seu aparte, quebrando aí o protocolo, porque isso me permite, talvez, reparar aqui um erro imperdoável. Falei de tantas qualidades do meu pai, como homem público – coragem, ética, o próprio respeito com as pessoas –, e talvez tenha me esquecido da sua maior qualidade, que não foi só na vida pública, mas também como cidadão, como ser humano. Quanto mais alto ele subia, mais humilde se tornava. Esse foi, talvez, o grande ensinamento que minha avó Angelina passou, não só a ele, mas a toda a família: a importância de ser, acima de tudo nesta vida, humilde.

Muito obrigada.

A Sr^a Sandra Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Senadora, convocada novamente, o culpado agora não sou eu. Senadora Sandra.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Preocupada só com o horário.

A Sr^a Sandra Braga (Bloco Maioria/PMDB – AM) – Serei rápida. Senadora, apenas para parabenizá-la pelo seu brilhante discurso. Você chega aqui nesta Casa já com uma história muito bonita, escrita e vivida também pelo seu pai; chega também aqui com a experiência do Executivo, que é muito importante para todos nós que vivemos no dia a dia da realidade brasileira. Portanto, quero dizer à senhora que estarei do seu lado nessa luta, dividindo também todas as preocupações e buscando também as soluções. Seja muito bem-vinda e parabéns mais uma vez.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigada, Senadora Sandra. Tenho certeza de que, juntas, vamos escrever uma nova história, uma história mais bonita, principalmente para as mulheres brasileiras.

Muito obrigada.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Não havendo mais nenhum orador inscrito para a sessão desta tarde... Senador Aloysio Nunes. Estava inscrito, sim, foi falha nossa aqui. V. Ex^a é convidado, como orador inscrito, para fazer o seu pronunciamento pelo tempo que for necessário.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senadora Ana Amélia fez um discurso veemente ainda há pouco, e brilhante como é a regra dos pronunciamentos de S. Ex^a, a respeito das consequências econômicas da tragédia da Petrobras.

Já tinha conversado com a Senadora a respeito destas consequências para seu Estado, o Rio Grande do Sul – especialmente Charqueadas, o porto de Rio Grande –; acompanhei algumas iniciativas que foram tomadas por políticos do Rio Grande do Sul, encabeçadas pela Senadora Ana Amélia. Sei da participação também do Senador Paulo Paim, que agora preside a sessão, na luta pela preservação desses empregos.

Cheguei a comentar que, também no meu Estado de São Paulo, caro Presidente, esse vendaval que se abateu sobre a maior empresa brasileira também está gerando mazelas e sofrimentos. Na cidade de Araçatuba, por exemplo, há um estaleiro encarregado, contratado para construir barcaças para transporte de gás pela hidrovía. O estaleiro fechou – ou está fechando.

Várias empresas fornecedoras da Petrobras – e não me refiro apenas às empreiteiras investigadas pela Operação Lava-Jato – estão pedindo recuperação judicial, porque há um efeito dominó. Na medida em que a Petrobras não paga ou atrasa pagamentos, os seus fornecedores vão também, em cadeia, atrasando seus pagamentos, estourando seus cronogramas de pagamento, e as coisas vão se complicando cada vez mais. Lembrando que a Petrobras, aliás, o setor de petróleo e gás, responde por 13% do Produto Interno Bruto do nosso País.

De modo que o que está acontecendo na Petrobras afeta gravissimamente a economia brasileira, com repercussões sociais dramáticas sobre o emprego, e contribui para fazer com que a desindustrialização do Brasil – tema abordado pelo Senador Medeiros ainda há pouco – vá conhecendo patamares cada vez mais profundos.

A cada dia novas revelações. O Brasil está agora em suspenso esperando que o Ministério Público Federal apresente o nome dos políticos envolvidos no esquema de corrupção instalado na Petrobras.

Mas a cada dia são novas revelações. Ainda hoje o jornal *O Globo* noticia que, no Centro de Pesquisa sobre Petróleo que está sendo construído no Rio de Janeiro para aprimorar a tecnologia para a exploração do Pré-Sal, somente nesse centro de pesquisas, foram R\$36 milhões desviados.

As cifras são essas, sempre: R\$36 milhões, R\$200 milhões... O delator Barusco fala em US\$200 milhões desviados por obra e graça do Sr. Duque, ex-Diretor da empresa, para os cofres do Partido dos Trabalhadores, onde há gente honrada, gente que respeito, como o Presidente desta sessão, mas que evidentemente está vivendo um drama moral gravíssimo.

Pois bem, diante dessa situação, a Presidente Dilma Rousseff faz uma declaração, numa entrevista rápida que concedeu três dias atrás, que é uma das coisas mais insensatas que eu já vi em toda a minha vida. Sinceiramente, de uma insensatez única. Ela diz o seguinte:

Olha, a culpa por tudo isso é do Fernando Henrique Cardoso, porque começou a corrupção – segundo esse Pedro Barusco – ,no final do Governo do Presidente Fernando Henrique, quando ele começou a receber propina. Então tudo começou lá. Se tivesse sido investigado, nós estaríamos vivendo no melhor dos mundos.

Ela disse isso. Essa senhora, a Presidente da República, que foi, durante 12 anos – 12 anos! –, seja como Ministra de Minas e Energia, seja como Chefe da Casa Civil, seja como Presidente da República, a pessoa que mais influenciou nos destinos da Petrobras – ela e o Presidente Lula.

Será que nesses 12 anos, eles que tiveram “a faca e o queijo na mão” para investigar o que fosse necessário investigar no governo anterior, não teriam tido ocasião de levantar ali pelo menos que fosse uma leve suspeita sobre o passado?

E olha que, na Petrobras, o PT colocou quadros políticos aguerridos, testados na luta. Não estavam ali querubins, não estavam ali coroinhas; estavam ali pessoas do porte de um ex-Presidente do PT, que coordenou a primeira campanha da Presidente Dilma, um dos chamados três porquinhos.

Estava ali o Gabrielli, quadro político do PT; estava esse Duque, pessoa indicada pelo Ministro José Dirceu. Será que não lhes ocorreu verificar se havia alguma coisa irregular do passado? Eles, que tinham a faca e o queijo na mão e que começaram o governo, já com o Lula, verberando a chamada herança maldita, a suposta herança maldita? Agora descubrem isso, a partir de um relatório, de um depoimento de um dos delatores do esquema da Operação Lava-Jato.

Quando se leem as declarações, a transcrição das declarações do Sr. Barusco, nota-se ali que efetivamente ele diz que começou a receber propina no final dos anos 90, mas diz também que ali a propina era recebida a título pessoal: ele, funcionário corrupto dessa grande empresa, para facilitar negócios, recebia propina. Ele confessa! Mas que, a partir da chegada do PT ao governo, a coisa mudou em dois aspectos: no aspecto da quantidade e no aspecto da qualidade. Da quantidade, porque passaram a ser somas vultosíssimas, mirabolantes, inacreditáveis; e da qualidade também, porque o que era antes uma corrupção para que empresas mantivessem sob o seu controle determinados negócios pagando para isso um funcionário da Petrobras, num esquema de proveito pessoal desse senhor, passou a ser um método de Governo, passou a ser uma forma de arrecadar recursos para partidos políticos que integram a Base do Governo, passou a ser um esquema metódico, organizado meticulosamente, com regras, com porcentagens estabelecidas para partido A, partido B, partido C. Ou seja, instalou-se uma quadrilha tentacular para roubar dinheiro público em proveito de um projeto para a manutenção do poder, para a conquista do poder, de dois governos, de três governos sucessivos, de quatro governos: Lula, dois; Dilma um e Dilma dois, porque o Dilma dois foi conseguido também com recursos, direta ou indiretamente, provenientes dessa operação.

Não nos esqueçamos de que o apoio de determinados partidos políticos a sua candidatura não foi um ato de amor, de benemerência. Aliás, quero dizer que conheço pouca gente, entre aqueles que militam na política, inclusive no PT – talvez o Presidente Paim seja uma exceção –, que digam: “Olha, eu sou Dilma, eu acho que a Presidente Dilma está realmente fazendo um bom trabalho; ela é realmente a pessoa talhada para governar o País.” Não vejo, não vejo entusiasmo, não vejo amor, não vejo paixão, essa paixão que move e cimenta as adesões políticas. Uma boa parte desses apoios que ela recebeu se deveu, sim, a transações tenebrosas como essas que estão agora sendo reveladas na investigação da Lava-Jato.

Diante disso, a Presidente parte para o ataque, depois de ter se consultado com o seu mentor, o ex-Presidente Lula, que deve ter sugerido a ela: “Olha, tem que partir para cima deles. Parta para cima da oposição.” E ela, na falta, talvez desprovida do talento retórico do seu antecessor, sai-se com esta: “Olha, começou no governo Fernando Henrique.” Que tenha havido corrupção no governo Fernando Henrique é possível, é claro. Pode ter havido corrupção no governo de Tomé de Sousa, no século XVI, mas corrupção sistemática, organizada, com esse objetivo de manter, aprimorar e aprofundar um esquema de poder, essa é criação de agora destes últimos 12 anos.

Penso que essa declaração não se deve apenas à insensatez, não apenas à tática política de tentar nos emparedar e nos acusar, de tentar nos intimidar, como, aliás, tentaram alguns próceres do PT, nos últimos dias. Não sabem eles que não nos intimidam; não sabem eles que não temos medo nenhum deles. Mas eu acho que isso se deveu ao desespero, porque, a qualquer momento, pode surgir uma delação premiada que transforme em dolo aquilo que pode ser atribuído a ela por culpa.

O que é a teoria do domínio do fato? O Ministro Dirceu foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal sob a tese de domínio do fato.

Ele, como Chefe da Casa Civil, teria pleno conhecimento, e não teria tomado as providências necessárias inerentes ao seu cargo, teria sido conivente, teria estimulado o esquema de corrupção conhecido como mensalão. Em razão disso, ainda que não se tenha identificado nenhum recurso ilícito embolsado pelo Ministro Dirceu, ele foi condenado.

A quem Dirceu servia? Será que Dirceu fez isso da sua própria cabeça? Eu tenho certeza de que não. Convivi com o Ministro José Dirceu há muitos anos. Fui colega dele na Câmara dos Deputados, além de ter sido amigo dele na juventude. Me lembro, logo depois da eleição do Presidente Lula, de, conversando com ele no plenário da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, ele me ter dito que, na sua opinião, seria necessário fazer uma aliança formal, de papel passado, com o PMDB, para dar sustentação e estabilidade ao governo. Mas esse seu ponto de vista não foi aceito. Passou-se, então, a comprar no varejo, e o resultado foi a Ação Penal 470, o chamado mensalão.

Mas será que Dirceu agiu sozinho? Claro que não! Os senhores acham que Lula não sabia o que estava sendo feito? Cá entre nós, evidentemente sabia, evidentemente sabia! Poderia ter sido proposto *impeachment* contra o Presidente Lula na época? Poderia. Havia elementos jurídicos para isso, inclusive o aparecimento, a confissão por parte do seu marqueteiro, Duda Mendonça, de que havia recursos ilícitos no pagamento dos seus serviços de publicidade. Apenas as circunstâncias políticas não permitiam, não aconselhavam o estabelecimento, a instauração de um processo de *impeachment*, porque, todos sabem, o *impeachment* é um processo jurídico e político. É preciso haver um fato juridicamente relevante e comprovado, mas é preciso também que haja uma maioria, pelo menos uma maioria absoluta de Deputados para a decretação do *impeachment* e de Senadores para a condenação. E, na época, não havia, e seria uma tentativa aventureira lançar-se, naquele momento, uma campanha pelo *impeachment*.

Quero dizer aos Senhores que não vejo, neste momento, condições para que a oposição se lance numa campanha pelo *impeachment*, embora concorde com a tese esposada pelo jurista Ives Gandra, num artigo na *Folha de S.Paulo*, em que afirma algo que está, aliás, na Lei de Improbidade, que é possível o cometimento de ações de improbidade administrativa por culpa, quando o dirigente, no caso a Presidente do Conselho de Administração, hoje Presidente da república, não toma as providências necessárias para estancar um processo que, seguramente, ela tinha todas as razões para conhecer e teve todas as oportunidades para desfazer. Mas não creio que haja condições políticas para isso, não acho desejável que haja isso. Eu quero que o Brasil possa, de alguma forma, organizar-se para sair dessa crise.

E sinto, meu caro Presidente, por essa declaração da Presidente Dilma, que ela não sabe o que fazer. Nós estamos sem Governo, essa é que é a realidade dos fatos. A Presidente Dilma se elege, nomeia um Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que parece ser o único dos Ministros – quero dizer, a bem da verdade, que vejo nosso colega Eduardo Braga ali se esfalfando para tentar remendar um desastre que foi promovido pela Presidente naquela mudança que fez no regime jurídico da produção e da comercialização da energia elétrica no Brasil, além, evidentemente, dos fatores climáticos – que tem projeto de organizar o estado.

E o que diz o Ministro da Fazenda? Ele diz o seguinte, e disse numa reunião recente em Washington, durante o Carnaval:

O momento agora é de desfazer algumas medidas recentes que desequilibraram as contas públicas brasileiras, por exemplo, cortes de impostos, que derrubaram a arrecadação. O País deve deixar as medidas anticíclicas para trás. A política monetária vai se tornar mais restritiva mais cedo ou mais tarde. [Não é um discurso meu, não; é do Ministro da Fazenda!]

Todos lamentam que o crescimento tenha desacelerado e que a economia pode ter até encolhido no ano passado.

As projeções para este ano do PIB são também negativas. Recentemente a relação dívida bruta e Produto Interno Bruto subiu de 50% do PIB para 64% do PIB. Os aportes do Tesouro Nacional ao BNDES devem ser abandonados, deve-se voltar à normalidade e deve haver maior transparência fiscal para garantir a credibilidade junto aos investidores e analistas.

Essa é a opinião do Ministro da Fazenda, expressa em Washington, durante o Carnaval. E, também no mesmo sentido, no mesmo teor, constam do relatório do Tesouro Nacional, que foi divulgado, no dia 11 de fevereiro.

Já dou um aparte a V. Ex^a, um minutinho só, e também ao Senador Medeiros. Peço apenas um minuto, para concluir, e já passo para V. Ex^a.

A Sr^a Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Eu estava nervosa, porque, outro dia, tentei, e não consegui, o Senhor não me deu o aparte. (*Risos.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Não, mas agora faço questão absoluta.

Ora, o Ministro da Fazenda faz um diagnóstico duro, realista, da herança maldita que recebeu do primeiro Governo Dilma – fala, esta, na condição de Ministro do segundo Governo Dilma. E o que a Presidente diz a esse respeito? Ela continua na cantilena de que os problemas da economia brasileira se devem a fatores externos, ou seja, é um Governo absolutamente desvinculado da realidade; é um Governo que perdeu o pé; é um Governo que não tem norte, que não tem rumo; é um Governo que não sabe para que existe.

Aliás, no dia 27 de dezembro, um ex-porta-voz do Presidente Lula, um cientista político, André Singer, disse o seguinte: “A Presidente parece uma personagem de Kafka, condenada a cumprir um papel que sabe não ter sentido.” Esta é a situação que nós estamos vivendo: um País sem Governo; uma crise econômica grave; uma crise social que se anuncia e que, seguramente, vai acontecer, porque o desemprego vai aumentar, a recessão vai se agravar; uma crise política, consequência do petróleo, mas também consequência da aventura da Presidente da República, que estimou ser possível descarnar o PMDB, valendo-se de partidos, digamos assim, estimulados por ela. E o resultado é que o PT já tem um candidato à Presidência, em 2018, que é o Presidente Lula, e o PMDB também tem um candidato à sucessão presidencial dela – dois meses de Governo, e os dois maiores partidos da base de sustentação já têm candidatos à Presidência da República.

Senhores, Senhoras, nós estamos vivendo, um momento gravíssimo na vida política do nosso País. E sinto e lamento que à Presidente não lhe ocorra nada além de tentar acuar a oposição, como se ela pudesse nos meter medo. É isso que é inacreditável!

Ouçó o aparte da Senadora Ana Amélia, em seguida, o Senador Medeiros, em seguida o meu Líder.

A Srª Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – Senador Aloysio, V. Exª tem uma clareza para expor. Primeiro, quero cumprimentá-lo, porque partilho também da sua opinião sobre a questão do *impeachment*. Acho que o trabalho que as instituições estão fazendo... Fazer uma CPI aqui também seria natural, mas a Câmara já iniciou a investigação. Penso que o trabalho já está bem adiantado pela instituição adequada, que é a Polícia Federal, agindo republicanamente, com o Ministério Público e o Poder Judiciário, na figura do Juiz Sérgio Moro. Eu queria dizer ao senhor, a propósito dessa declaração, que custo a crer que o ex-Presidente Lula tenha aconselhado... Eu fico mais com o João Santana, que talvez tenha dito isso para ver se cola esta versão: “Não. Não fui eu. Foi o Fernando Henrique.” Aliás, o Fernando Henrique está com as costas bem largas, porque tudo foi ele. Mas isso vem também de uma entrevista famosa que foi dada em Paris, nos jardins de um hotel ou da embaixada brasileira, em que o então Presidente, ao falar sobre caixa dois, dizia que todos faziam. Então, ao agir assim, o Partido estava apenas, digamos, dividindo o butim da questão do...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É a banalização do mal, na expressão de Hannah Arendt.

A Srª Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – É isso aí. E ela, sábia, nos ensina tudo da política, das boas e das más políticas. Então, o que agora se está fazendo é praticamente repetir aquela versão, só que agora se tenta imaginar que sociedade brasileira vai engolir essa explicação sobre o que está acontecendo na Petrobras. Aí é que está o grave erro. A sociedade brasileira está num grau, eu diria, de exasperação, de fiscalização, de atenção a tudo que está acontecendo, porque está batendo à porta de todos, Senador. Todos estão sentindo o que está acontecendo em nosso País, seja no bolso, seja no emprego, seja na vergonha, seja em todos os aspectos. Então, nós temos a obrigação moral de assumir aqui uma visão crítica, como V. Exª está fazendo, com responsabilidade, com muita responsabilidade, sendo capaz de dizer: “Acho que não é o caso de *impeachment*, embora existam fundamentos.” Não é o caso, porque estamos trabalhando por um outro viés, pela área institucional, para resolver esse problema de uma vez por todas e apurar os responsáveis em qualquer área. Há gente no meu Partido? Há. E eu quero que a mesma régua usada para julgar os outros sirva para o meu Partido, em primeiro lugar. Então, nós não podemos ser tolerantes com o erro, com o desmando, com o que está acontecendo, porque é um crime o que se está fazendo com a Petrobras – é um crime! O que V. Exª falou sobre o reflexo, lá no seu Estado de São Paulo e em todos os outros Estados...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Veja o Rio de Janeiro, a tragédia do Rio de Janeiro.

A Srª Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – O Rio de Janeiro que paga por isso. Então, tudo isso...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – E as refinarias que foram canceladas no Ceará, no Maranhão?

A Srª Ana Amélia (Bloco Democracia Participativa/PP – RS) – No Rio Grande do Sul, não refinarias... E quanto custou isso? Onde está enterrado esse dinheiro de áreas nobres, que agora estão lá apurando todos os prejuízos? E mais a credibilidade, citada aqui pelo Senador Medeiros, há pouco, sobre a questão da credibilidade. Então, eu queria cumprimentá-lo, primeiro por isso, mas dizer que o ex-Presidente Fernando Henrique

vai ainda pagar muito, muitas contas que ele não deve, mas que, lamentavelmente, não se pode acreditar que a sociedade brasileira vai engolir mais essa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço muito o aparte de V. Exª e me penitencio, penitenciar-me-ei sempre por não ter concedido aquele aparte na outra sessão, porque sempre V. Exª enriquece os meus pronunciamentos, e realmente eu quero colocar no meu *curriculum vitae* que frequentemente sou aparteado por V. Exª.

Senador Medeiros, por favor.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Senador Aloysio, certa vez, ainda quando muito jovem, lendo o livro *Revolução Impossível*, do Luís Mir, em que há um capítulo sobre V. Exª, e eu não o conhecia ainda, mas um Deputado, amigo com o qual eu comentei a respeito, ele me disse: “Olha, você ainda, um dia, vai ter oportunidade de ver esse homem falando, e ele fala como música.” (Risos.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – E eu estou vendo aqui que realmente é verdade. É uma honra...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Permita-me só uma lembrança.

Certa vez eu estava em São Paulo, caminhando por uma rua, ali perto da Faculdade de Filosofia, junto com Augusto Boal. Nós íamos ao Teatro de Arena, descendo a Rua Major Sertório. E umas mocinhas iam à nossa frente, comentando sobre um exame a que elas haviam se submetido, havia pouco, sobre Literatura, e uma delas perguntou: “O que caiu na sua prova?”, e ela disse: “Caiu Augusto Boal” – e o Boal ouvindo. “E você acertou?” “Eu não, não sabia nada!” (Risos.)

Mas, então, V. Exª encontrou meu nome no livro do Luís Mir.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Um capítulo inteiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – (Risos.) Obrigado, muito obrigado.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Mas, Senador, V. Exª explanou muito bem aqui, e falou um termo muito correto. Quando eu vi a declaração da Presidente Dilma, eu fiquei estarrecido. Pareceu-me um desvinculamento total da realidade. Eu tinha me pronunciado na tribuna, semana passada, justamente falando as mesmas palavras que V. Exª colocou aqui.

Falei que eu não via ainda clima para se falar em *impeachment*, visto que eu não via as digitais da Presidente Dilma e não a via dentro desse rolo todo.

(Soa a campanha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – E eu até esperava que, quando ela se pronunciasse, Senador, que pudesse nos dar uma declaração firme, uma posição, um rumo claro para o País, o que a população está esperando: “Olha, doa a quem doer, vamos limpar isso aqui; vamos aproveitar esta oportunidade e sanear essa empresa, que é grande patrimônio nacional.” E dar um rumo claro, mas, infelizmente...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Como pode dar rumo quem não o tem?

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Mas o que aconteceu? No meu entender, a Presidente Dilma pulou pra dentro da coisa, pra dentro do turbilhão, com pés, mãos e todas as digitais, porque jogar para o passado não é o caminho, não é o que se esperava. E, aí, a gente começa a lembrar, fazer uma linha do tempo das coisas que ocorreram. Lembro-me do depoimento daquela moça que disse que recorreu a todas as instâncias e a pessoas muito próximas da Presidente Dilma, a Srª Venina, que, quando tenta levar isso a ponto. E é mandada para onde? Para o outro lado do mundo: “Olha, vai estudar e fica aí!” Isso são variáveis que precisamos colocar. Depois, vemos o Ministro da Justiça se reunir ali num ponto em que a gente já tinha experiência, esse filme a gente já tinha visto, que o Ministério da Justiça, infelizmente, em determinado momento de crise, parece que vira antessala das estratégias. E o Ministro da Justiça recebe essas pessoas, advogados, e quis fazer parecer para o País inteiro que foi a coisa mais normal do mundo, e não foi – não foi! Se é legal, foi moralmente questionável por quê? Principalmente pelo que vazou depois, e a gente há de convir aqui que política não tem segredo – política não tem segredo!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Acho que foi feito para vazar. Esse encontro é daqueles que são feitos para vazar.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Pois é. O que aconteceu? As revistas, os folhetins colocaram: “Olha, semana que vem, vai vazar alguma coisa da oposição.” Ora, gente, tínhamos de estar preocupados em resolver, por este País para andar, sanear essa empresa, mas não, o negócio aqui parece que é colocar uma cortina de fumaça. E, aí, por incrível que pareça, ontem, assistindo ao Fantástico, escuto já denúncias requentadas de quase um ano atrás, sobre membros da oposição. Ora, já confirmando os desmentidos que tinham dito aqui de que a revista tinha lado e que a revista era mentirosa. Mas a revista tinha falado:

na próxima semana, coisas que foram conversadas nessas reuniões. São fumaças que saem. Aí eu vi ontem, Senador, uma declaração direta – parecendo um Mae Geri, chute direto do caratê – do Sr. Paulo Okamoto. Ao ser perguntado sobre o que teria acontecido, ele foi de uma declaração cristalina – mais cristalina impossível. Ele disse: “Em tese era o seguinte. Você chegava para a empresa e dizia o seguinte: você está ganhando dinheiro, não está? Está tendo lucro, não está? ‘Estou.’ Então, o que custa você passar um pouco aqui para o partido?” Em tese, era o que acontecia. Mas o caso é que isso parece esclarecer, parece ser normal, mas não é, quando, pela boca das pessoas que delataram, foi dito que essas empresas não entraram para esses negócios, para ter esses lucros, pelas vias normais; foi através de informações privilegiadas, através de vício em licitações...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – De cartel.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Exato. Através, como a Venina mesmo disse, de licitações não pelo procedimento normal. Então, o que acontece? Todo esse bolo aí, a Presidente vai e diz: “mas o acusado Barusco disse que isso aconteceu lá no início do Fernando Henrique.” Tudo bem. Então, se o que Barusco disse foi que começou a corrupção no início do Fernando Henrique, o que a Presidente fez foi validar de cima embaixo. Até agora, eu vi aqui as pessoas negando nessa tribuna, de que é um bandido e que não se dava crédito. Mas a Presidente veio e chancelou.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – É verdade. V. Exª tem toda a razão.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Chancelou como verdade o depoimento do Sr. Barusco. Então, preocupo-me agora porque vi aqui meio que quererem jogar para a oposição que é golpismo falar em *impeachment*, é golpismo falar sobre esse tema. Na verdade, isso está mais corrente nas bocas das pessoas por um fato, Senador. O senhor falou que na época o Presidente Lula não sofreu *impeachment* e nem foi indicado a *impeachment* porque havia a parte jurídica, havia fato determinado e tudo, mas não havia condições políticas. E é verdade. Ele detinha a solidariedade não só desta Casa, como da Câmara, como detinha solidariedade da população. Via-se isso na rua. As pessoas não queriam acreditar, não queriam aquilo: “Poxa, com o Lula não!” Mas eu vejo uma situação diferente. A Presidente Dilma está perdendo a solidariedade, a única solidariedade que lhe restava. Porque eu cheguei há poucos dias nesta Casa, Senador, e eu não tenho visto... Ela tem a base, mas eu não vejo que ela tenha a solidariedade da Casa. V. Exª falou muito bem, talvez alguns fiéis sigam a Presidência sem nenhum outro... Seguem por ideologia partidária, por questão de fidelidade partidária, mas não a seguem... Ela não tem a solidariedade. E está muito próximo. Já se ouve, nas redes sociais, esse rumor; a voz rouca das ruas já falando dessas coisas. E ela teve a grande oportunidade de vir e pôr um ponto final e falar: “Não, aqui tem um rumo.” Ela diz o quê? A culpa é do Fernando Henrique. Então...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Assim como a situação econômica se deve a uma conjunção de fatores externos. A mesma linha.

O Sr. José Medeiros (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Então, já finalizando, Senador, eu penso o seguinte: nós precisamos agora, nesta Casa, começar a dar suporte à equipe que está fazendo essa investigação. A Senadora Ana Amélia colocou muito bem que o Judiciário e o Ministério Público já estão conduzindo muito bem. Mas eu noto que começa a haver manobras. Tomara que eu esteja errado, mas esse acordo que começa a ser feito... A Justiça já estava propondo acordo de delação para essas empresas, para que pudessem aclarar os fatos, e vem, de repente, por uma outra vertente, o Executivo fazendo esse acordo de leniência. Creio que a Casa tem que ficar muito atenta, porque me parece que está querendo haver um *jumping* aí nessa equipe do Juiz Sérgio Moro e do Ministério Público. E eles vão precisar muito. Eu vejo que, mesmo que a Casa não faça uma CPI aqui – e eu acho que nem deva fazer, porque já está sendo investigado ali muito bem por eles –, eles vão precisar do suporte político aqui, porque me parece que essa cortina de fumaça está mais densa do que se pensava. Parece que está havendo uma orquestração total para dizer: “Olha, isso aí não foi nada, a culpa foi do Fernando Henrique, e vamos lá tocar e continuar o barco.” Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Agradeço o aparte de V. Exª, que, além de confortar-me no apoio quanto ao fundo da minha intervenção, foi também muito útil para quem nos ouve, por trazer à baila muitos fatos que ilustram a tese do raciocínio, que é meu e que é seu.

Ouçó o aparte do meu Líder, Senador Cássio Cunha Lima.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Senador Aloysio Nunes, eu só pude ter o privilégio de ouvir uma parte do seu pronunciamento e faço, portanto, o aparte de uma parte.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Mas, como nós nos comunicamos por telepatia, eu tenho certeza de que V. Exª acabou tomando conhecimento de tudo.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Temos muita sintonia, sem dúvida. Mas, antes de breves comentários sobre o pronunciamento lúcido de V. Exª – o que é absolutamente comum –, registro que o Brasil precisa de personalidades como a sua...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Obrigado.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ... que possuam caráter, firmeza e clareza em suas posições e que tenham maturidade suficiente para enfrentar este momento, que é grave. O momento que o Brasil vive é extremamente grave porque há uma conjunção de problemas que, se olhados isoladamente, já seriam situações preocupantes; quando somados então ficam quase que explosivos porque estamos diante de uma crise econômica que foi provocada pelo próprio Governo. Eu disse semana passada que uma das grandes diferenças ou a grande diferença do Presidente Lula para a Presidente Dilma é que o primeiro sucedeu a Fernando Henrique Cardoso, e a segunda sucedeu a ela própria e herdou o caos que ela provocou. Neste ambiente de ameaça do emprego, hoje, em sete Estados do Brasil, estradas fechadas, paralisadas, no protesto de caminhoneiros em relação à alta do combustível e outras reivindicações; uma deterioração ética por completo do Governo. E, quando, depois de dois meses de silêncio...

(Soa a campanha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ... obsequioso da Presidente da República, ela se dirige ao Brasil e ao País, vem, *data maxima venia* pela expressão mais forte, com um tapa na cara do povo brasileiro, zombando na nossa inteligência ao tentar atribuir a culpa ao governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Se assim fosse, talvez ela devesse ter atribuído as responsabilidades a Getúlio Vargas, que foi quem criou a Petrobras. Uma postura que não contribui, em absolutamente nada, para solucionar os problemas que estamos vivendo. Afora isso, uma base política rebelada, porque todos os graves problemas, Senador José Medeiros, que o Governo tem enfrentado, tanto no Senado e principalmente na Câmara Federal, vêm da base que esteve esses anos todos habituada a ser mantida no “toma lá, dá cá”, no paternalismo político, nesse aparelhamento do Estado brasileiro que a sociedade já não suporta mais bancar. Porque, diante de tantos desmandos na economia, dessa grave doença fiscal que o Brasil vive, o trabalhador e o contribuinte brasileiro é que são chamados a tomar o remédio. O Governo está doente, e o trabalhador e o contribuinte brasileiro que estão sendo chamados a tomar o remédio amargo, com aumento de tributos, com elevação da carga tributária, sem que o Governo apresente uma única medida real, concreta de diminuição do seu tamanho, de eficiência, de redução de sua estrutura e de sinalização mínima que fosse de fim do aparelhamento do Estado. Ou seja, um partido político aparelhou o Estado brasileiro, inchou esse Estado, gasta de forma desmedida, de forma descontrolada, sem nenhum planejamento, faz um rombo fiscal sem precedentes na nossa história recente e chama o trabalhador, chama o contribuinte para tomar o remédio da doença que o Governo provocou. Então, o cenário é muito grave, porque, diferentemente do que aconteceu durante o período do Presidente Lula – e V. Ex^a foi muito lúcido nessa análise –, havia àquela altura base popular de sustentação do Governo. Também, na semana passada, ocupei a tribuna que V. Ex^a ocupa neste instante para chamar atenção, com muita responsabilidade, com muita serenidade, para que queda de popularidade não é motivo de *impeachment*.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Claro.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB – PB) – Não se trata disso. Mas é preciso que o Governo possa tratar a sociedade com o mínimo de respeito e tratar também a oposição com respeito. As tentativas que se anunciam de intimidar a oposição não vão funcionar. Nós não vamos nos intimidar nem vamos permitir que a luz seja apagada pelo Governo para que, no escuro, todos fiquem iguais. Não! Na República a luz será sempre a verdade. E nós vamos fazer o nosso papel. Para concluir o meu aparte e não interromper o brilhante pronunciamento de V. Ex^a, quero, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, comunicar à Casa que estou apresentando um requerimento de informação dirigido a S. Ex^a o Ministro de Estado da Justiça, realizando algumas indagações para que possamos esclarecer definitivamente o episódio polêmico da audiência secreta, já que S. Ex^a fez crer a todos que é rotina na sua agenda receber advogados e que isso, portanto, não deve causar espécie. A mim não causa porque sou advogado e defendo o livre exercício da profissão dos operadores do Direito. O que causa estranheza, aí sim, são audiências secretas, audiências que só são reveladas quando a imprensa as anuncia. Então, estou indagando ao Sr. Ministro: 1) Nos últimos três anos, a contar da presente data, quais advogados de investigados pela Polícia Federal e cujo caso já esteja em sede judicial o Ministro recebeu em seu gabinete? 2) Quais são os nomes das pessoas que foram atendidas nesse tipo de audiência? 3) Quais as datas e horários em que essas audiências ocorreram? 4) Quais assuntos foram tratados? E assim prossigo, em uma série de questionamentos, para que nós possamos ter...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB – PB) – ... o esclarecimento à sociedade de que existe equidade, existe equilíbrio no trato de todas as demandas que possam estar sendo alvo de investigação da Polícia Federal ou mesmo em sede do Poder Judiciário. Com isso, vamos aprofundar esse debate. Há um outro requerimento, Sr. Presidente – aproveito o aparte para já dar ciência à Mesa –, que faz indagações sobre

a suspensão do programa Minha Casa Melhor. E, concluindo, peço que seja incluído nos *Anais* desta Casa um brilhante artigo, publicado, salvo engano hoje, já na data de hoje, do jornalista Ricardo Noblat, cujo título é “Anão diplomático – O Brasil de Dilma e Lula”, que nos remete a outro problema grave que estamos vivendo, que é o equívoco que o Governo da Presidente Dilma vem praticando na nossa diplomacia. O episódio do não recebimento do Embaixador da Indonésia é algo que é difícil de ser classificado. O endosso de tudo que está acontecendo na Venezuela é algo difícil de acreditar. Então, é nesse ambiente, Senador Aloysio, que nós estamos vivendo. E é nesse ambiente que o Brasil precisa de homens com a sua maturidade, com a sua responsabilidade, sua vivência, seu patriotismo, seu espírito público, para que nós possamos ter condutores para a saída dessa grave crise que o Brasil vive neste instante. Cumprimento V. Exª pelo pronunciamento e por toda a sua trajetória de serviços prestados ao nosso País.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA EM APARTE AO SR. SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA

Matéria referida:

– “Anão diplomático – O Brasil de Dilma e Lula”, *O Globo*, em 23/02/2015.

Anão diplomático - O Brasil de Dilma e Lula

Na Era PT, definitivamente os interesses superiores do país deixaram de orientar nossa política externa. Cederam a vez à ideologia pessoal do governante da ocasião

Ricardo Noblat

Que alma corajosa se oferece para aconselhar a presidente Dilma a renovar seu vocabulário, começando por descartar lugares comuns do tipo “Não ficará pedra sobre pedra” e “Doa em quem doer”?

Lugares comuns arranham os ouvidos. E com frequência se voltam contra os que gostam de usá-los. Um exemplo? “Não ficará pedra sobre pedra” da política externa brasileira depois da passagem de Dilma pelo poder.

Forcei a barra? Tentarei ser mais justo: não ficará pedra sobre pedra da política externa brasileira depois da passagem de Lula e Dilma pelo poder. Melhor assim?

Este gigante econômico e cultural, chamado de “anão diplomático” em julho do ano passado pelo porta-voz do Ministério das Relações Exteriores de Israel, sempre contou com uma das diplomacias mais respeitadas e bem-sucedidas do mundo.

Há farto conhecimento adquirido com aplicação e afincos. Relativa grandeza. E coerência política secular.

Tamanho patrimônio, infelizmente, repousa, hoje, quase esquecido nos subterrâneos do Itamaraty.

O retrato de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, ainda enfeita paredes de gabinetes acarpetados. Mas como dói observá-lo.

Na semana passada, com muitos quilos a menos, mas sem ter perdido um grama de arrogância, Dilma emergiu do carnaval disposta a ocupar por todos os meios o espaço que a mídia costuma lhe oferecer com generosidade.

E assim foi. Sem pejo, remeteu ao governo Fernando Henrique Cardoso a origem da roubalheira na Petrobras, que só se tornou sistêmica a partir de 2003.

É como se não bastasse tal agressão à verdade, resolveu brigar com um país situado do outro lado do mundo – a República da Indonésia, um arquipélago com mais de 17 mil ilhas.

No momento, a Indonésia deveria ser o último país com quem o Brasil almejasse a arranjar briga. Ali, em 17 de janeiro último, o brasileiro Marcos Archer, um traficante de drogas, foi executado a tiros.

Archer havia sido preso há 10 anos, julgado e condenado à morte. A legislação da Indonésia contra a droga é uma mais rígidas do mundo.

Dilma empenhou-se em salvar a vida de Archer. Reagiu à sua morte chamando de volta o embaixador do Brasil por lá.

Era tudo o que não deveria ter feito – afinal, há outro brasileiro na Indonésia condenado à morte por tráfico de droga.

Se havia uma tênue esperança de que a diplomacia fosse possível evitar um segundo fuzilamento, ela se dissipou com outra decisão desastrosa tomada por Dilma na última sexta-feira.

Novos embaixadores de outros países estavam reunidos no Palácio do Planalto para apresentar suas credenciais a Dilma. Pela ordem, o primeiro deles seria o embaixador da Indonésia.

Uma vez cumprido o rito, o embaixador desceria a majestosa rampa do palácio, entraria no seu carro e iria embora. Não foi o que aconteceu.

No último minuto, o ministro das Relações Exteriores do Brasil chamou o embaixador para uma conversa a sós. Comunicou que Dilma não receberia mais suas credenciais.

O embaixador saiu humilhado pela lateral do palácio. A Indonésia foi humilhada na figura dele. E para quê? Para quê?

Para Dilma parecer forte e aguerrida aos olhos dos seus governados? Pareceu estabanada, como sempre. Imprudente. Adepta de jogadas vagabundas de marketing.

Saca o Estado Islâmico – aqueles loucos que degolam e incineram pessoas?

Pois é: Dilma já recomendou que se dialogasse com eles.

A Venezuela deixou de ser uma democracia há muito tempo. Para fazer parte do Mercosul, um país tem que ser democrático.

Dilma faz de conta que ainda existe uma democracia na Venezuela, onde o governo prende e arrebenta a oposição e libera o Exército para que reprima manifestações à bala.

Na guerra entre judeus e palestinos, Dilma tomou partido dos últimos. E, para que não restem dúvidas sobre isso, no ano passado chamou de volta o embaixador do Brasil em Israel.

O Congresso do Paraguai depôs em junho de 2012 o presidente da República Fernando Lugo. Aí o Brasil juntou-se à Argentina e à Venezuela para suspender o Paraguai do Mercosul.

Seis anos antes, na Bolívia, o presidente Evo Morales usou o exército para ocupar as instalações da Petrobras no país depois de ter nacionalizado a exploração de petróleo e gás.

Mais tarde, dobrou o preço do gás vendido ao Brasil. O então presidente Lula nada fez. "Queriam que eu invadissem a Bolívia?", debochou como de hábito.

Na Era PT, definitivamente os interesses superiores do país deixaram de orientar nossa política externa. Cederam a vez à ideologia pessoal do governante da ocasião.

Pobre barão do Rio Branco. Pobres de nós.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Senador Aloysio, permita só que eu responda.

Os seus requerimentos serão recebidos e encaminhados na forma do Regimento.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Muito obrigado pelo seu aparte, meu caro amigo, meu Líder. V. Ex^a, com dois meses de liderança, já se afirma como um dos grandes líderes partidários que esta Casa já conheceu. Para mim, não é surpresa nenhuma.

Mas, além dos fatores convergentes que o V.Ex^a elencou, que levam ao volume da crise que estamos vivendo hoje, há um ingrediente novo, que é a saturação da opinião pública, que já veio à luz nas manifestações do ano passado, sob a alegação do protesto contra o aumento das passagens de ônibus, mas que acabaram catalisando todo o descontentamento do nosso povo pelo fato de viver num país onde a cidadania não é respeitada – para resumir.

Estamos, agora, vivendo um momento semelhante a este: a manifestação que deverá ocorrer no próximo dia 15, uma manifestação grande, uma manifestação que não é dirigida por nenhum partido político, uma manifestação que não tem nenhuma liderança conhecida, que não tem um programa claro.

É claro que alguns defendem o *impeachment* da Presidente Dilma, mas defender o *impeachment* significa, no fundo, e quer dizer o seguinte: não aguentamos mais viver num Governo que não governa, num Governo que não dá resposta aos problemas do nosso País. É uma manifestação de descontentamento muito grande, que a Presidente acaba por polarizar, acaba por atrair para ela com manifestações como essa a que nos referimos, ainda há pouco, de provocação da oposição a respeito da Petrobras. Faz-me lembrar do episódio do Presidente Collor, já naquele momento de uma campanha pelo *impeachment*, ao fazer uma convocação para que as pessoas fossem à rua para apoiá-lo. Evidentemente, o tiro saiu pela culatra. Nós estamos vivendo algo semelhante.

Por isso, meu caro Líder, a minha preocupação é de duas ordens: primeiro, como a oposição se conduz nesta conjuntura tão grave e tão melindrosa; segundo, qual será o nível do nosso diálogo com as demais forças políticas.

Nós não podemos, como se disse ainda na semana passada, aderir à tese de que o *impeachment* é golpe. Não, o *impeachment* é algo que está previsto na Constituição.

Mas não pode ser aplicado de qualquer forma. Lênin dizia o seguinte: “Não se pode brincar com a greve geral”. Não se pode brincar com o *impeachment*. Não é um instrumento a ser chamado em função da queda de popularidade de um governante.

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB – SP) – Por outro lado, não se pode desconhecer o vigor da oposição, o vigor da oposição popular. Nós temos que dialogar com essa oposição sem tentar tutelá-la, mas estimulando, estando presente. Eu estarei presente no dia 15, com as posições que tenho.

Por outro lado, nós precisamos ter também a preocupação e a cautela institucional. Não nos esqueçamos de que nós temos apenas dois meses do atual Governo. Faltam ainda três anos e dez meses para terminar um Governo que já está velho, por esgotamento de liderança, por esgotamento de ideias, de propostas, por incapacidade de fazer política, por incompreensão do papel pedagógico que a Presidente da República exerce em um País presidencialista. Três anos e dez meses! “Governo novo, ideias novas”, dizia ela na campanha. Que ideias novas? É um Governo novo que envelheceu – e que precisa chegar ao final! Nós não queremos a interrupção catastrófica deste Governo. Isso nos leva a ter um grau de diálogo com as demais forças políticas, o que, evidentemente, não significa qualquer tipo de abrandamento da nossa oposição às medidas concretas que o Governo toma. Essas medidas do chamado ajuste fiscal merecerão o nosso voto contrário, porque, como diz V. Ex^a, são medidas de curto prazo sem que a Presidente apresente uma visão estratégica. E daí, e depois, o que vai acontecer? Põem o Ministro da Fazenda para propor o ajuste, sendo algumas medidas são apenas um tiro no pé, na medida em que você não corta despesas mais as onera – com o aumento da taxa de juros, tornando mais gravosa a administração da dívida interna, mas sem apontar nenhum horizonte de saída. E depois, como é que nós vamos fazer?

Então, não esperem da oposição nenhuma atitude de complacência em relação às ações erráticas do Governo. Pelo contrário, não nos intimidam.

Vamos continuar nossa oposição, absolutamente intransigente. Mas precisamos ter um nível de diálogo com as demais forças políticas responsáveis, inclusive com o PT. Porque não acredito que todos os membros do PT entrem nessa cantilena de que “agora, vamos partir para cima deles”. Deve haver gente – seguramente, estou falando na presença de um deles: V. Ex^a, que agora preside a sessão, Senador Paim – que tem preocupações com os rumos do nosso País.

É competência da Presidente da República um papel moderador da política. Um Presidente da República não pode ser chefe de facção. Um Presidente da República, a rigor, deveria se desfiliar do partido político pelo qual foi eleito para poder ser o Presidente de todos. Agora, a Presidente se comporta como se ainda estivesse em campanha, chamando a oposição para a briga!

Por isso, é que, infelizmente, não posso esperar nada que venha da Presidente da República, reiterando o que disse logo após o segundo turno das eleições presidenciais, no sentido de criar um clima favorável a um tratamento institucional, tranquilo dos problemas que nós estamos vivendo. Nós precisamos ter – e sei que esse é o pensamento do meu Líder, é o pensamento do Presidente do nosso Partido – um diálogo responsável com os demais partidos políticos, para ver como é que vamos carregar essa cristaleira no ombro durante mais três anos e dez meses, para que ela não caia, não se espatife, não quebre tudo, porque isso seria a pior das tragédias.

Enfim, Sr. Presidente, agradeço imensamente a complacência de V. Ex^a com o horário, os apartes que recebi. Desço da tribuna, revigorado pelas opiniões que recebi dos meus ilustres colegas que me apartearam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Esse foi o Senador Aloysio Nunes, que fez uma reflexão sobre a conjuntura atual.

Não havendo mais nenhum...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Democracia Participativa/PPS – MT) – Sr. Presidente, eu queria apenas acrescentar, dizendo que, quando S. Ex^a falou que existiriam pessoas no PT e que ele estaria diante de uma, eu disse que queria reiterar que a sua história e a sua conduta na política brasileira fazem de V. Ex^a uma dessas pessoas. Eu disse que, com certeza, existem muitas outras pessoas no PT que não concordam com qualquer ato que, porventura, tenha ocorrido.

Ontem, eu vi uma pessoa dizendo o seguinte: “O PT é o cavaleiro que protege a Petrobras contra terceiros e os toma para si”. Eu falei: “Não genelarize, porque há muita gente no PT agoniada com esse tipo de coisa”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Muito bem. Eu agradeço pelo complemento, em relação, inclusive, ao meu trabalho, Senador José Medeiros. Assim, não havendo mais nenhum orador inscrito, encerramos os trabalhos do dia de hoje, sob a proteção de Deus. Que todos, oposição, situação e Governo, consigamos estabelecer um grande diálogo para o bem comum, ou seja, para o bem do povo brasileiro.

Estão encerrados os trabalhos do dia de hoje.

Encerramos assim a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 39 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PMDB - Fernando Ribeiro* (S)
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PT - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSDB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
PT - Paulo Paim*
PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Luiz Henrique*
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 22 PMDB-18 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Fernando Ribeiro.	PMDB / PA
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16 PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

PT - 14

Angela Portela.	RR
Delcídio do Amaral.	MS
Donizeti Nogueira.	TO
Fátima Bezerra.	RN
Gleisi Hoffmann.	PR
Humberto Costa.	PE
Jorge Viana.	AC
José Pimentel.	CE
Lindbergh Farias.	RJ
Marta Suplicy.	SP
Paulo Paim.	RS
Paulo Rocha.	PA
Regina Sousa.	PI

Walter Pinheiro. BA

Bloco Parlamentar Democracia Participativa - 12 PP-5 / PSB-6 / PPS-1

Ana Amélia.	PP / RS
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ

Bloco Parlamentar União e Força - 9 PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

PDT - 6

Acir Gurgacz.	RO
Cristovam Buarque.	DF
Lasier Martins.	RS
Reguffe.	DF
Telmário Mota.	RR
Zeze Perrella.	MG

PCdoB - 1

Vanessa Grazziotin. AM

PSOL - 1

Randolfe Rodrigues. AP

Bloco da Maioria.	22
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
PT.	14
Bloco Parlamentar Democracia Participativa.	12
Bloco Parlamentar União e Força.	9
PDT.	6
PSOL.	1
PCdoB.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (PT-PI)
Angela Portela* (PT-RR)	Humberto Costa* (PT-PE)	Reguffe** (PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (PT-AC)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (PDT-DF)	José Pimentel* (PT-CE)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (PDT-RS)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Delcídio do Amaral* (PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Donizeti Nogueira** (PT-TO)	Lindbergh Farias* (PT-RJ)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSDB-GO)	Telmário Mota** (PDT-RR)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Luiz Henrique* (Bloco-PMDB-SC)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (PT-RN)	Marta Suplicy* (PT-SP)	Walter Pinheiro* (PT-BA)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Ribeiro* (Bloco-PMDB-PA)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO**1º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)**2º** João Alberto Souza - (PMDB-MA)**3º** - VAGO**4º** Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 22</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz ⁽¹²⁾</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão ⁽¹³⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB ⁽²¹⁾</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima ⁽¹⁹⁾</p> <p>Vice-Líder do PSDB</p> <p>Paulo Bauer ⁽²³⁾</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado ⁽³⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Participativa (PP/PSB/PPS) - 12</p> <p>Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB ⁽¹⁵⁾</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Benedito de Lira ^(14,16)</p> <p>José Medeiros ^(17,18)</p> <p>João Capiberibe ^(1,11)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira ^(14,16)</p> <p>Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe ^(1,11)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros ^(17,18)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB ^(7,8)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi ⁽⁶⁾</p> <p>Eduardo Amorim ⁽⁵⁾</p> <p>Marcelo Crivella ^(2,4)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor ^(7,8)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi ⁽⁶⁾</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim ⁽⁵⁾</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella ^(2,4)</p>	<p>PT - 14</p> <p>Líder</p> <p>Humberto Costa - PT ⁽²²⁾</p>	<p>PDT - 6</p> <p>Líder</p> <p>Acir Gurgacz - PDT ⁽¹⁰⁾</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Telmário Mota ⁽⁹⁾</p>
<p>PCdoB - 1</p> <p>Líder</p> <p>Vanessa Graziotin - PCdoB ⁽²⁰⁾</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder</p> <p>Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽²⁴⁾</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
15. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
20. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
21. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) T - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

2) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

*** . Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

**** . Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

***** . Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

***** . Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

***** . Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

***** . Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

***** . Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

***** . Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o obj tivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE
2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 10, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE
PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO
EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 3, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.leg.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a criação da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas Brasileiras, destinada a tratar de assuntos de seu interesse.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 5, de 2006)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303- 3496

Fax: 61 3303-3546

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

(Requerimento Da Comissão De Relações Exteriores E Defesa Nacional 9, de 2009)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 61 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI
Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO
Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 32, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Finalidade: Discutir os serviços prestados ao cidadão e à sociedade mediante o uso de informática.

(Requerimento Da Comissão De Ciência, Tec., Inov., Com. E Informática 4, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 6133031095
E-mail: csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
PSDB	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PTB	
VAGO	1. VAGO
PP	
VAGO	1.
PDT	
VAGO	1.
PSB	
VAGO	1. VAGO
DEM	
VAGO	1. VAGO
PR	
VAGO	1. VAGO
PSD	
VAGO	1. VAGO
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
	COORDENADOR

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255
Fax: (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL
(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 31/01/2015

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO ⁽³⁾
PSC
PSOL
VAGO ⁽¹⁾
PROS
SD
VAGO ⁽²⁾

Atualização:31/01/2015

Notas:

1. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVLV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. Em 17.11.2014, vago em virtude de o Senador Marcelo Crivella ter comunicado sua desistência de ocupar a vaga do Partido Republicano Brasileiro ? PRB, conforme Ofício nº 042d/2014 ? GSMC, datado de 11.11.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.11.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO
PROS

Atualização:31/01/2015

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
VAGO
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

Relator do PLDO: Vital do Rêgo (-) ⁽³³⁾

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³²⁾

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. VAGO
Romero Jucá - PMDB/RR	2. VAGO ⁽³⁴⁾
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. Humberto Costa - PT/PE ⁽³⁰⁾
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
VAGO	1. VAGO
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
VAGO ⁽²⁴⁾	1. VAGO
VAGO ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
Vicentinho Alves - PR/TO	1. Ataídes Oliveira - PSDB/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (17,35)
VAGO (35)	3. VAGO (8,35)
VAGO (35)	4. VAGO (35)
VAGO (35)	5. VAGO (35)
PMDB	
VAGO (31,5,29,35)	1. VAGO (5,35)
VAGO (5,35)	2. VAGO (10,35)
VAGO (10,35)	3. VAGO (35)
VAGO (35)	4. VAGO (27,35)
VAGO (35)	5. VAGO (28,35)
PSDB	
VAGO (35)	1. VAGO (11,35)
VAGO (35)	2. VAGO (16,35)
VAGO (35)	3. VAGO (18,35)
PSD	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (26,35)
VAGO (4,35)	3. VAGO (4,35)
PP	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (9,35)	2. VAGO (35)
VAGO (35)	3. VAGO (35)
PR	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
PSB	
VAGO (20,35)	1. VAGO (35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
DEM	
VAGO (35)	1. VAGO (12,35)
VAGO (35)	2. VAGO (35)
SD	
VAGO (7,22,35)	1. VAGO (7,23,22,35)
PTB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
Bloco PV, PPS	
VAGO (13,25,35)	1. VAGO (35)
PROS	
VAGO (6,35)	1. VAGO (6,35)

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
VAGO (19,35)	1. VAGO (19,35)
PCdoB	
VAGO (35)	1. VAGO (35)
PSC	
VAGO (35)	1. VAGO (14,35)
PSOL	
VAGO (3,35)	1. VAGO (3,35)
PRB	
VAGO (35)	

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Benjamin Maranhão, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, e, como membro suplente, o Deputado Henrique Oliveira, em substituição ao Deputado Benjamin Maranhão, em 6-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2014, da Liderança do SD.

23. Designado, como membro suplente, o Deputado Laercio Oliveira, em substituição ao Deputado Henrique Oliveira, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353, de 2014, da Liderança do SD.

24. Designado, como membro titular, o Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, em 12-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 73, de 2014, da Liderança do BLUFOR.

25. Designado, como membro titular, o Deputado Penna, em substituição ao Deputado Paulo Wagner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2014, das Lideranças do PV e do PPS.
26. Designado, como membro titular, o Deputado Geraldo Thadeu, em substituição ao Deputado Roberto Dorner, em 18-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PSD.
27. Designado, como membro suplente, o Deputado Júnior Coimbra, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
28. Designado, como membro suplente, o Deputado Professor Setimo, em vaga existente, em 20-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1038, de 2014, da Liderança do PMDB.
29. Designado, como membro titular, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Alexandre Santos, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1054, de 2014, da Liderança do PMDB.
30. Designado, como membro suplente, o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador João Capiberibe, em 24-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83, de 2014, da Liderança do PT.
31. Designado, como membro titular, o Deputado Alexandre Santos, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, em 26-11-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1062, de 2014, da Liderança do PMDB.
32. Relator do PLOA 2015 (PLN 13/2014)
33. Relator do PLDO 2015 (PLN 3/2014)
34. Em virtude de renúncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, conforme ofício nº 23, de 2014, lido em Plenário em 22/12/2014
35. Vago em virtude do final da 54ª Legislatura.

Secretário: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefone(s): 3216-6892 **Fax:** 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C", Sala 08, Térreo

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Cyro Miranda (-)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (-)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Moreira Mendes (-)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Gastão Vieira (-)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Deputado Alfredo Nascimento (PR / AM)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira
PR	Deputado João Maia
PSD	Deputado Eliene Lima
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke
PSDB	Deputado Cesar Colnago

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (PR / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS) ⁽¹⁾

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti
PSDB	Senador Cyro Miranda

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel
PSB	Deputado Alexandre Roso
PSD	Deputado Roberto Dorner
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado
PPS	Deputado Arnaldo Jardim (PPS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto
PMDB	Deputado Alexandre Santos
PR	Deputado Luciano Castro
PSD	Deputado Moreira Mendes
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Resolução nº 02, de 2013-CN (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO
Líder da Maioria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO	Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Maioria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria VAGO	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Secretário: Marcos Machado Melo
Telefone(s): 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional
(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional VAGO

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania VAGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional VAGO

Atualização: 04/02/2015

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	VAGO	VAGO
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	VAGO	VAGO
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	VAGO	VAGO
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	VAGO	VAGO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO	VAGO

Atualização: 07/08/2014

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
scop@senado.leg.br

Edição de hoje: 122 páginas
(O.S. 10301/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

